

**VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional
Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul**

VI CESANS-RS/2015

CADERNO DE SISTEMATIZAÇÕES

**“Comida de Verdade no Campo e na Cidade:
por Direitos e Soberania Alimentar”**



09 a 11/setembro/2015

Porto Alegre – RS



Apresentação

Você está recebendo um Caderno contendo informações e subsídios para a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – VI CESANS/2015.

Primeiramente apresentamos a **Programação da Conferência**. São três dias de Conferência, no primeiro dia há o Curso de Formação para os Delegados/as na parte da manhã, na parte da tarde a Plenária de Abertura, o Painel sobre os Desafios da SAN para o RS, além de encaminhamentos e informações sobre o desenrolar dos dois dias seguintes. No segundo dia, estaremos reunidos em salas menores, em outros endereços da cidade, para melhor debatermos e discutirmos sobre os Três Eixos que estão norteando todos os debates para a 5ª Conferência Nacional. Neste dia, estaremos reunidos na parte da manhã em “Rodas de Conversas” por regiões, e na parte da tarde os “Grupos” por eixos, num processo contínuo de construção das nossas propostas. No final do dia, vamos escrever as propostas que serão finalizadas e aprovadas na Plenária Final que será realizada no Terceiro dia.

Na sequência você tem o **Documento 01**, que é um apanhado de tudo que o Consea Estadual recebeu das Conferências Municipais, Regionais, e das Conferências Temáticas, que se realizaram no nosso Estado nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2015. Estão aglutinadas por Semelhança de assuntos, dentro de cada Eixo que foram trabalhados nas suas respectivas conferências. É na verdade um grande diagnóstico vindo dos municípios e dos fóruns onde verdadeiramente se debate a Segurança Alimentar no Rio Grande do Sul, e por isso foi mantida a fidelidade dos textos originais. Temos, portanto em mãos uma fonte documental histórica para podermos estudá-la a fundo nos próximos anos. As “Rodas de Conversa” devem se apropriar deste documento nos seus espaços de conversação.

Estes relatórios que nos chegaram, foram sistematizados e com isso foi possível criar o **Documento 02**. Aglutinados por semelhança de assuntos, dentro de cada Eixo, representam um grande esforço de síntese para construirmos uma proposta conjunta e unificada de SAN para a 5ª CNSAN. Que esse esforço jogue luz aos conferencistas para construir uma proposta debatida exaustivamente e com muita democracia ainda na parte da tarde deste dia, para que se chegue a um consenso solidário no dia seguinte. Sabemos que estamos buscando um ideal de viver bem, mas devemos ter consciência da realidade e que, o que queremos, é dar um grande salto para o futuro. Lembrando, *...hacer el camino al caminar*.

E por fim, mas não menos importante apresentamos um quadro de como está o Sisan no Estado, onde temos mapeado os municípios que já possuem Consea, os que já aderiram ao Sisan e os que ainda gostaríamos que assim o fizessem.

Boa Conferência a todos e todas.

Equipe Organizadora e Executiva da VI CESANS-RS/2015



PROGRAMAÇÃO

09 a 11/setembro/2015 - Tenda da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, no Salão de Eventos da Paróquia Pompeia

Dia 09/setembro/2015 - 4ª feira – Atividades no Salão de Eventos da Paróquia POMPÉIA (SEPP)

08h00 - 12h00 – Instalação de Banners / faixas / exposição de materiais de distribuição – no Salão de Eventos-SEPP

09h00 - 16h00 – **Credenciamento de Delegados/as** Titulares e Suplentes investidos/as de titularidade

* Na Secretaria do evento - Hall interno da entrada do Salão de Eventos-SEPP

10h00 - 12h00 - **Encontro Presencial do Curso de Formação para Delegados/as** – Espaço Principal do Salão de Eventos-SEPP

* Apresentação sobre como um processo de formação em SANS pode ser um diferencial para o Povo Gaúcho

* Síntese de exposição dos Três Eixos Temáticos da Conferência e do Curso de Formação

* Apresentação de experiências significativas que apareceram ao longo do Curso de Formação

* Discussões e proposições

* Encerramento e entrega de Certificados

12h00 - 18h00 – **Tenda da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável** - *no espaço do Salão de Eventos-SEPP*

12h30 - 13h30 - **Credenciamento dos/as Observadores/as e Convidados/as** participantes da VI CESANS RS/2015 - Secretaria do evento-SEPP

14h00 – 15h00 – **Plenária de Abertura da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS** no Salão de Eventos Paróquia Pompeia

Constituição da Mesa de Abertura da VI CESANS RS/2015

* Governador do Estado do RS – Gov. José Ivo Sartori

* Presidente da Assembleia Legislativa do RS - Dep. Edson Brum (a confirmar)

* Presidente do Judiciário do RS – Des. José Aquino Flores de Camargo (a confirmar)

* Secretaria Geral da Presidência da República – Ass. Especial Selvino Heck

* Presidente da CAISAN-RS –Secretário Miki Breier

* Representante do CONSEA-Nacional – Prof. Irio Luiz Conti

* Presidente do CONSEA-RS e da VI CESANS-RS – Prof. Edni Oscar Schroeder

* Representante da Sociedade Civil no CONSEA-RS – Cleonice Fabiane Back

* Representante dos COMSEAs-Municipais: Joice Baldez

15h00 – 15h30 – **Apresentação dos membros do CONSEA-RS e CAISAN-RS**

* Assinatura de Protocolo de Intenções de Municípios ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Prefeitos/as presentes



15h30 – 16h00 - **Aprovação do Regulamento da VI CESANS RS/2015**

16h00 – 16h30 – **Intervalo para Convivências. Lanche saudável.**

16h00 – 18h30 – **1º Período para inscrições e/ou sugestões** (todas na Secretaria do evento):

* Inscrição de **Propostas de Moções**

* **Sugestões à Carta Política Gaúcha** de Segurança Alimentar e Nutricional

Sustentável

* **Registro de candidatura de delegados/as** à 5ª Conferência Nacional de SAN – 5ª. CNSAN (por região de SANS-RS e para vagas de cotas)

16h30 - 17h30 – **Painel – Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**

* Falas do CONSEA-RS e da Sociedade Civil

- Plano Estadual de SANS e Plano Plurianual de SANS-2016-2019 – Edni Oscar

Schroeder

- Povos e Comunidades Tradicionais – Reginete Bispo

- Obesidade e Sobrepeso – Signorá Konrad (a confirmar)]}

- Agrotóxicos: Alimentos de Meio Ambiente – Leonardo Melgarejo

- Agricultura Familiar – Cleonice Back

- Fala do Governo Estadual

17h30 – 18h00 - **Orientação para as atividades da VI CESANS RS/2015 em 10/set/15**

**(listagens dos participantes para Rodas de Conversa e Grupos de Trabalho serão afixadas na entrada do Salão de Eventos-SEPP)*

Dia 10 / setembro / 2015– 5ª feira – Atividades em Salas do entorno do Salão de Eventos-SEPP

08h30 – 10h30 – **Rodas de Conversa por Regiões de SANS do RS - 1ª etapa** (Região 01 a Região 12)

* Orientações sobre a proposta de trabalho do dia e informações (Nas próprias salas designadas para cada Região)

* **RODAS DE CONVERSA POR REGIÕES**

– com base no **Documento Nº 01** (Sistematização das Propostas das Conferências Municipais e Regionais e de Encontros Temáticos)

10h - 18h30 – **2º Período para inscrições e/ou sugestões** (na Secretaria do evento):

* **Inscrição de Propostas de Moções**

* **Sugestões à Carta Política Gaúcha** de Segurança Alimentar e Nutricional

Sustentável

* **Registro de candidaturas de delegados/as** à 5ª Conferência Nacional de SAN – 5ª. CNSAN (por região de SANS-RS e para vagas de cotas)

10h30 - 11h00 – Intervalo para convivência

11h00 – 12h30 – **Rodas de Conversa por Regiões de SANS do RS - 2ª. Etapa** (nas mesmas salas)

12h30 - 13h30 – Intervalo para Almoço (livre)

13h30 - 15h30 – **GRUPOS DE TRABALHO MISTOS, POR EIXO TEMÁTICO**, para consolidação de propostas à Plenária Final da VI CESANS RS/2015 do dia seguinte



15h30 – 16h00 – Intervalo para convivência

16h00 – 17h30 – Continuação dos **GRUPOS DE TRABALHO MISTOS** para consolidação e finalização de propostas à Plenária Final (fechamentos)

17h30 – 18h00 – **Entrega** (à Comissão de Sistematização) **das propostas priorizadas nos Grupos de Trabalho - por Eixo Temático**

17h45 – Espaço Cultural

18h00 até concluir – Sistematização das Propostas, por Eixo Temático, para apresentação e aprovação na Plenária Final – (pela Comissão de Sistematização)

Dia 11 / setembro / 2015 – 6ª feira – Atividades no Salão de Eventos da Paróquia POMPEIA

08h00 - 12h00 – **Plenária Final para Apresentação e Aprovação do Documento 03** (Sistematização da VI CESANS-RS), **Aprovação de Moções e da Carta Política Gaúcha**

12h00 -12h15 – **Lançamentos de atividades e/ou ações projetadas na área da SANS no RS:**

- * SEMANA DA ALIMENTAÇÃO RS/2015 (de 12 a 18/outubro/2015)
- * GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA
- * CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 01 sobre Implementação do SISANS-RS

12h15 - 13h30 - Intervalo para Almoço (livre)

13h30 – 14h00 - **Retomada da Plenária Final** (Complementações)

14h00 – 15h00 – **Pronunciamento da Ministra Tereza Campello do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministro Miguel Rosseto da Secretaria Geral da Presidência da República** (a confirmar)

15h00 - 16h00 - **Eleição de Delegados/as à 5ª Conf. Nacional de SAN – 5ª CNSAN** (03 a 06/nov/2015, em Brasília)

16h00- 17h00 – **Encaminhamentos à 5ª CNSAN e apresentação da Delegação Gaúcha à Conferência Nacional** (Foto oficial da delegação – Titulares e Suplentes)

17h00 – 17h30 – **Encerramento da VI CESANS RS/2015 e retorno dos/as participantes para as respectivas regiões / municípios para consolidações e (re)compromissos com**

- a **Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável,**
- o **Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA-S),**
- as **lutas pela Soberania Alimentar e Nutricional Sustentável e**
- a **construção solidária do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Estado do RS e nos Municípios.**



Documento 01

Sistematização incentivadora para as “Rodas de Conversa”

GLOSSÁRIO

EIXO TEMÁTICO I

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. SUSTENTABILIDADE - AGROECOLOGIA – AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA	07
2. INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL, MULHERES, JOVENS, IDOSOS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	11
3. DESENVOLVIMENTO RURAL	12
4. REGULAMENTAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	15
5. EDUCAÇÃO FORMAÇÃO PESQUISA ENSINO	18
6. ACESSO UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE, EQUIPAMENTOS DE SAN	22
7. SOBERANIA ALIMENTAR, DHA, POLÍTICA DE SAN, SISAN	24
8. USO DA ÁGUA	27

EIXO TEMÁTICO II

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. EDUCAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E INFORMAÇÃO	29
2. EQUIPAMENTOS DE SAN	33
3. INSTÂNCIAS DO SISAN, RECURSOS HUMANOS, POLITICAS PÚBLICAS	34
4. LEGISLAÇÃO	40
5. DESENVOLVIMENTO RURAL , AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE	41
6. GÊNERO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	45

EIXO TEMÁTICO III

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. INSTÂNCIAS DO SISAN, EFETIVAÇÃO DO SISAN, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	47
2. EQUIPAMENTOS DE SAN, POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ORGANICA, EDUCAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, OUTROS	54



EIXO TEMÁTICO I: Comida de verdade: Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar

1. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE SUSTENTABILIDADE – AGROECOLOGIA – AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA	MUNICÍPIO DE ORIGEM
Sensibilização dos produtores agrícolas e agricultores sobre o uso racional de agrotóxicos	Caxias do Sul
Conscientização dos produtores agrícolas e agricultores sobre os riscos e malefícios do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.	Caxias do Sul
Incentivo e capacitação dos agricultores para adesão à produção orgânica e sustentável, bem como a divulgação de suas vantagens no que se refere à saúde e redução de impactos ambientais;	Caxias do Sul
Apoio técnico, estrutural e logístico as feiras ecológicas, aumentando a frequência e acessibilidade das mesmas;	Caxias do Sul
Regulamentação e controle da propaganda de alimentos industrializados, transgênicos, com agrotóxicos e não saudáveis	Caxias do Sul
Incentivar a criação de estufas e viveiros com mudas e sementes disponíveis a sociedade; Incentivar a troca de sementes crioulas para que elas não desapareçam; Incentivar a preservação das sementes crioulas através de banco de sementes	Caxias do Sul
Incentivar a pesquisa de produtos naturais e que não agridam o meio ambiente na prevenção das pragas agrícolas;	Caxias do Sul
Ampliar a qualidade e acesso ao produto orgânico em quantidade e variedade;	Caxias do Sul
Desenvolver atividades sobre a cadeia alimentar incentivando o consumo de alimentos in natura, promovendo uma alimentação mais saudável	Caxias do Sul
Propiciar qualificação permanente as comunidades abordando temas como reaproveitamento e aproveitamento integral dos alimentos, consumo de produtos da época, produção de adubos naturais;	Caxias do Sul
Ampliar a diversidade de alimentos oferecidos de forma orgânica no Centro de Comercialização e feiras.	Erval Seco
Incentivar a soberania da população e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno, à preservação de sementes crioulas e da sociobiodiversidade.	Erval Seco
Valorizar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável.	Erval Seco
Produção de alimentos diversificados e livres de agrotóxicos para a população do campo e da cidade	Santa Rosa
O acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos;	Santa Rosa
O incentivo a programas de produção agroecológica (Pronaf), através do processo de assistência continuada na produção primária;	Santa Rosa
O resgate das sementes e mudas crioulas;	Santa Rosa
A redução da utilização de agrotóxicos;	Santa Rosa
Fiscalização de agrotóxicos nas fronteiras e no comércio e empresas aplicadoras com o apoio de órgãos municipais e estaduais.	Cachoeira do Sul
Rigor nas reposições imediatas das matas nativas.	Cachoeira do Sul
Garantir a permanência da identificação de produtos transgênicos na rotulagem de alimentos, através do símbolo tradicionalmente reconhecido pela sociedade.	Cachoeira do Sul
Fortalecer o debate sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, através de reuniões, campanhas e seminários periódicos em Cachoeira do Sul com órgãos competentes (poder público de Cachoeira do Sul, Emater-RS/ Ascar, Conselhos Municipais e universidades) e sociedade	Cachoeira do Sul
Criação de um programa de permanência do jovem no meio rural, pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal coma redução da taxa de juros do Pronaf, incentivando a produção orgânica e agroecológica e agregação de valor destes produtos, através do fomento de agroindústrias familiares.	Cachoeira do Sul
Regular e fortalecer os grupos formais e informais (reconhecidos pela sociedade) voltados à	Cachoeira do



produções orgânicas e agroecológicas, através da garantia da disponibilidade e acesso a estes alimentos à sociedade, com a promoção de feiras comerciais permanentes no município de Cachoeira do Sul, promovido pelo poder público.	Sul
Assegurar o direito à informação completa do que será consumido, desde a origem até o produto final. Divulgar ao consumidor alimentos que possuem OGM (transgênicos) e agrotóxicos.	Cachoeira do Sul
Incentivar programas de produção agroecológica, por meio de capacitação, através do processo de assistência continuada na produção primária.	Tupandi
Facilitar o acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos (feiras locais).	Tupandi
Conscientizar o consumidor para a aquisição de produtos saudáveis e livres de agrotóxicos	Tupandi
Incentivar o agricultor a produzir mais alimentos orgânicos através do incentivo já existente da Prefeitura Municipal para construção de estufas.	Tupandi
Desenvolver processos sociais para evitar o desperdício da água.	São Vendelino
Buscar incentivo no âmbito municipal, estadual e federal para a produção agroecológica e orgânica diversificada, garantindo assistência técnica e equipamentos adequados a pequena propriedade;	Passo Fundo
Manter a rotulagem dos alimentos com identificação de transgênicos e orgânicos	Canoas
Manter a indicação de transgênicos nos rótulos	Novo Hamburgo
O que o grupo considera comida de verdade: alimentos in natura, sem agrotóxicos, nutritivos	São Leopoldo
Perguntar a procedência	Cristal
Respeitar as origens (das sementes, das pessoas e dos alimentos)	Cristal
É difícil encontrar alimentos orgânicos a preços acessíveis, devendo existir maior incentivo para a produção desses alimentos.	Canoas
Preocupar-se mais com qualidade e não somente com a aparência do alimento, principalmente quando forem orgânicos.	Canoas
Ter limites no processamento dos alimentos e no uso de aditivos	Canoas
Uma alimentação que respeite a cultura, os hábitos alimentares da região e que seja o mais natural possível, produzida sem agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e valorizando a agricultura familiar.	S. Livramento
Criação do Programa Municipal de Agroecologia abrangendo: acesso a água, aproveitamento da água da chuva, estufas, sementes crioulas, banco de sementes, pancs, ater, feiras e espaço de comercialização, mecanização agrícola, compras municipais, apoio a compras coletivas de insumos, campanha de conscientização de alimentação saudável	S. Livramento
Divulgar os benefícios dos alimentos orgânicos e da agricultura familiar para a comunidade	Sª Maria do Herval
Mobilizar instituições de extensão rural à incentivar os agricultores a aderirem a produção agro ecológica	Sª Maria do Herval
Valorização e incentivo a produção de sementes crioulas	Ilópolis
Rotular e tasear os alimentos orgânicos	Ilópolis
Valorizar a agricultura familiar como produtora de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos para a população de campo e da cidade, respeitando a cultura alimentar local e os componentes ambientais	Ilópolis
Incentivar programas de produção agroecológicas, por meio de capacitação, através do processo ATER continuada na produção primária	Ilópolis
Facilitar o acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos (feiras locais)	Ilópolis
Conscientizar o consumidor para a aquisição de produtos saudáveis e livres de agrotóxicos	Ilópolis
Utilizar adubação orgânica	Cristal
Ampliar os limites de CRÉDITO disponibilizados pelas linhas de PRONAF JOVEM E PRONAF MULHER e contemplar ações empreendedoras na produção e ou processamento de alimentos de Base Ecológica e agricultura familiar	São Martinho
Incentivo estadual e federal para formação de técnicos para trabalhar na agricultura familiar para produção agroecológica	São Martinho



Racionalizar o uso de agrotóxico	Miraguaí
Apoio Técnico para Produção de Alimento Ecológico	Miraguaí
Incentivar a manutenção e preservação de sementes crioulas	Miraguaí
Buscar apoio governamental local com relação a ampliação de feiras agro ecológicas	S ^a Maria do Herval
Retirar as isenções de impostos aos defensivos/agrotóxicos	Canoas
Não permitir o uso de defensivos agrícolas proibidos em outros países	Canoas
Falta de conhecimento para a não utilização de agrotóxicos;	São Leopoldo
Dificuldade na adesão à agricultura orgânica pelos agricultores devido à falta de mão de obra	São Leopoldo
Criar políticas públicas, em todas as esferas do governo para a manutenção da biodiversidade (sementes crioulas, fauna, flora, solo, recursos hídricos...)	Ilópolis
Manutenção de Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural de acesso gratuito, voltadas a produção de alimentos agroecológicos pela agricultura familiar	São Martinho
Incentivar a produção diversificada de alimentos agroecológicos para garantir o suprimento das demandas ampliando as ofertas de produtos nos mercados	São Martinho
Subsidiar a agricultura familiar orgânica e do meio urbano	Canoas
Articulação das entidades locais, detectar as pessoas sensibilizadas no município e procurar apoio para incentivar a produção, o comércio e o consumo de orgânicos	S ^a Maria do Herval
Mobilizar diferentes setores incluindo profissionais da área da saúde, educação e assistência social para conscientizar e difundir os benefícios do consumo de alimentos agro ecológico para a população	S ^a Maria do Herval
Manter a identificação no rótulo dos produtos transgênicos	Canoas
Colocar nos rótulos a origem de produção dos alimentos	Canoas
Dificuldade na aquisição de alimentos devido às rotulagens (orgânica e funcional)	São Leopoldo
Insuficiente divulgação de feiras locais e orgânicas	São Leopoldo
Ampliação da propaganda e do marketing de produção Agroecológica, do consumo e educação nutricional	São Martinho
Ervas de chás medicinais estimulados em cultivo caseiro para uso em oferendas e consumo de pessoas envolvidas em religiões de matriz africana	S. Livramento
Os alimentos devem ser produzidos de forma orgânica, sem agrotóxicos.	Agudo
Comida que resgate nossas origens, cultura e tradições regionais; Comida que promova saúde; Em bom estado de conservação; Alimento agroecológico; Mais natural, menos industrializada; Diversificada, com qualidade, balanceada e em quantidade suficiente; Alimento local, respeitando a sazonalidade da produção;	Palmares do Sul
Falta de incentivo, pesquisa e políticas públicas para a agroecologia	Palmares do Sul
Estimular acesso aos produtos orgânicos, incentivando espaços para a comercialização	Camaquã
Criar mecanismos de divulgação a fim de salientar os malefícios de alimentos modificados, transgênicos e benefícios de alimentos orgânicos.	Camaquã
Valorizar a Agricultura Familiar como produtora de alimentos diversificado e saudáveis, respeitando a cultura alimentar dos povos em geral.	Camaquã
Fomentar programas e projetos voltados para a agricultura familiar que garantam a produção para o auto-consumo.	Erechim
Linhas de crédito especiais para unidade familiar, incentivando a produção orgânica	Erechim
Incentivar as estratégias de produção e comercialização agroecológica e orgânica.	Ijuí
Disponibilizar recursos financeiros específicos para investimentos e custeio de produção agroecológica e orgânica.	Ijuí
Regulamentar a certificação da origem das sementes "crioulas".	Ijuí
Simplificar Adesão ao SUSAF	Ijuí
Resgatar o cultivo da horta familiar e pomares, melhorando o acesso de sementes e mudas buscando assistência técnica para o cultivo de alimentos orgânicos, manejo e preparação do solo, resgate de sementes.	Nova Palma



É preciso desenvolver uma perspectiva de longo prazo a partir de um novo paradigma, no qual o uso racional dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade, a soberania e segurança alimentar e nutricional são centrais.	Santo Ângelo
Fazer campanhas que incentivem o consumo de produtos in natura, como frutas, hortaliças entre outros.	Lagoa Vermelha
Reimplantar hortas escolares para incentivar a produção e o consumo de hortaliças sem uso de agrotóxicos.	Lagoa Vermelha
Desburocratizar o acesso dos pequenos agricultores ao crédito para a produção de produtos agroecológicos e agroindústrias.	Lagoa Vermelha
Criação de um programa com incentivo a produção e distribuição de sementes e mudas criolas.	Lagoa Vermelha
Incentivar a agroecologia e eliminar ou diminuir os alimentos transgênicos.	Porto Alegre
Estimular para que o governo diminua os impostos dos alimentos agroecológicos	Porto Alegre
Promover o acesso a terra, regularização fundiária, valorização e estímulo às sementes crioulas, assim como, o assessoramento técnico e social, a produtores familiares em vulnerabilidade social de forma, a garantir sua sustentabilidade e inclusão social produtiva, através de programas adequados a sua realidade local;	São Lourenço do Sul
Valorização da Agricultura Familiar, como produtores de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos para a população do campo e da cidade, respeitando a cultura alimentar local e os componentes ambientais, facilitação do acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos (feiras locais), assim como, a manutenção e divulgação contínua da campanha permanente contra o uso de agrotóxico e pela vida;	São Lourenço do Sul
Promover o resgate e valorização dos produtos e receitas dos conhecimentos populares e tradicionais, assim como, os oriundos da agricultura familiar, promovendo sua segurança e soberania alimentar, incentivando a produção de alimentos saudáveis: principalmente a base de carne ovina, charque, batata doce, feijão miúdo, milho, moganga, mandioca e abobora queijo, butiá e derivados do leite;	São Lourenço do Sul
Assistência técnica, implementos agrícolas e sementes crioulas para produzir os alimentos de acordo com seus costumes e a cultura.	Enc. Tem. Proj. SISAN
Criação de hortas comunitárias, escolares, caseiras, compostagem, feiras agroecológicas, plantio e conhecimento de ervas medicinais, mulheres envolvidas nas praticas agroecológicas urbana	AUP
Desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas para as especificidades da realidade da agricultura urbana e periurbana;	AUP
Apoio ao escoamento, processamento, beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos urbanos em mercados institucionais;	AUP
Assegurar assessoria técnica específica e capacitação continuada em agroecologia e formação de agentes comunitários locais	AUP
Provisão de insumos e fortalecimento de capacidades;	AUP
Criar bancos de sementes crioulas e promover feiras de troca de sementes e mudas para valorizar e manter a qualidade genética das variedades de modo a disponibilizá-las a agricultura familiar , garantindo autonomia e controle destes sobre o mercado de sementes;	Encont. Metropolitano
Desenvolver programas de conscientização, formação e capacitação em educação alimentar e nutricional , conforme a Lei Federal Nº 11.947/2009 nas zonas rural e urbana , para a comunidade escolar, agricultores familiares, núcleos e associações comunitárias, organizações da sociedade civil , associações pastorais, etc, com acompanhamento dos conselhos municipais de saúde, agricultura e segurança alimentar abordando e debatendo os temas malefícios dos agrotóxicos e do consumo de gorduras hidrogenadas (gordura trans), tabaco e açúcares livres; limitar o consumo de sódio e garantir a iodação, dentre muitos outros;	Encont. Metropolitano
Construir com assentados e produtores a realização de atividades formadoras e de qualificação com a assistência técnica , evitando a utilização indevida de pesticidas e agroquímicos nas lavouras, constituindo posicionamento político perante o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) objetivando dar visibilidade e protagonismo aos pequenos agricultores;	Encont. Metropolitano



Realizar com assentados e produtores oficina de alfabetização trabalhando as datas da produção, o regime pluviométrico as estações do ano e as culturas produzidas mediante a utilização de figuras, demandando recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para elaboração de um caderno de campo padrão utilizando a linguagem do Biomapa renovável;	Encont. Metropolitano
Transformar a piscicultura num processo de ofertas permanente, buscando parceria pública privada (Ministério da Pesca, Prefeituras e empresa fileteadora de peixes) para organização de indústrias de processamento no interior dos assentamentos rurais e urbanos;	Encont. Metropolitano

2. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL, MULHERES, JOVENS, IDOSOS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Assegurar condições para que o <u>jovem</u> agricultor permaneça no campo, tais como ensino de qualidade, lazer e acesso à tecnologia (telefone, internet, etc.) e assistência técnica para o melhor aproveitamento da terra;	Caxias do Sul
Melhoria do acesso a meios de comunicação, postos de saúde mais próximos e/ou disponibilidade de transporte até os mesmos, segurança (postos de policiamento fixos) e energia elétrica trifásica nas comunidades do interior para possibilitar a permanência dos agricultores no campo;	Caxias do Sul
Aumento, incentivo e valorização da participação das mulheres no campo. Mulheres assumindo cargos para contribuir com as decisões e buscando um maior empoderamento e equidade de gênero.	Caxias do Sul
Criação de um programa de permanência do jovem no meio rural, pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal coma redução da taxa de juros do Pronaf, incentivando a produção orgânica e agroecológica e agregação de valor destes produtos, através do fomento de agroindústrias familiares.	Cachoeira do Sul
Políticas públicas para viabilizar a produção de alimentos orgânicos como: Viabilizar a contratação simplificada de mão de obra no meio rural	Ilópolis
Os avanços são as políticas públicas direcionadas para os menos favorecidos, a preservação da cultura alimentar das mulheres do meio rural e conscientizar as populações sobre as políticas públicas que as beneficiam	S. Livramento
Manter Frentes de Trabalho como uma das formas de garantir a segurança alimentar	Canoas
Fortalecer as ações da ATER na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza rural	Ilópolis
Diretriz 4 ausente	S. Livramento
Atividades de formação com mulheres rurais ligadas a segurança e soberania alimentar, além da manipulação de alimentos.	S. Livramento
Avanços e obstáculos para mulheres, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada? Avanços: Avanço dos programas de inclusão social Obstáculos: Não cumprimento das leis; Desrespeito à cultura; Acesso a informação.	Palmares do Sul
Avanços e obstáculos para as mulheres negras /povos indígenas/ povos e comunidades tradicionais, para a garantia do DHAA, Avanços- ter políticas publicas Terem demandas próprias e especiais Obstáculos: falta de organização destes grupos Difícil acesso dos órgãos que trabalham nestas comunidades.	Gravataí
Considerar ações que potencializem os catadores e seus familiares (preparação adequada de marmitas, noções de educação alimentar, etc) ante a grande dificuldade quanto à preparação dos alimentos durante o dia, em virtude do tipo de trabalho executado e do contato permanente com resíduos (lixo).	Porto Alegre
Criar um Conselho Gestor Indígena para fiscalizar a qualidade dos alimentos; facilitar o acesso ao PAA garantindo alimentos tradicionais indígenas	Encontro Temat. Proj. Sisan.
Assegurar projetos que garantem renda aos indígenas, como: materiais para artesanatos, infraestrutura, implementos agrícolas, sementes e apoio técnico para plantio	Encontro Temat. Proj.



	Sisan.
Criar mecanismos para que os jovens permaneçam no meio rural produzindo alimentos orgânicos e saudáveis.	Encontro Temat. Proj. Sisan.
Incentivo à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar local, usando técnicas sustentáveis de produção.	São Luiz Gonzaga

3. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE DESENVOLVIMENTO RURAL	MUNICÍPIO DE ORIGEM
Maior incentivo a agricultura familiar e a formação de cooperativas agrícolas;	Caxias do Sul
Maior divulgação das feiras locais de produtos hortifrutigranjeiros.	Caxias do Sul
Desenvolver um projeto intersetorial de incentivo a implantação de hortas escolares, comunitárias e caseiras;	Caxias do Sul
Apoio técnico em boas práticas de produção de alimentos (qualidade e racionalidade do uso da água, redução de desperdício na colheita, armazenamento e transporte adequados, etc.);	Caxias do Sul
Melhoria de preços dos produtos agrícolas e política de incentivo fiscal ao pequeno produtor, com redução de impostos sobre os insumos (máquinas, matéria-prima, etc.) e facilidade de acesso as linhas de crédito;	Caxias do Sul
Aumento da compra de produtos produzidos na região por parte dos governos locais;	Caxias do Sul
Melhoria da infraestrutura e das vias de acesso nas zonas rurais;	Caxias do Sul
Fomentar o uso de alimentos produzidos na agricultura familiar	Erval Seco
Organizar a produção oriunda da agricultura familiar camponesa responsável por produzir a comida de verdade.	Erval Seco
A valorização da agricultura familiar como produtora de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos, para a população do campo e da cidade, respeitando a cultura alimentar local e os componentes ambientais;	Santa Rosa
Inclusão da Economia Solidária	Santa Rosa
A garantia das ações de EMATER-ASCAR que ampliem e qualifiquem a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar;	Santa Rosa
Fortalecimento e incentivo da produção proveniente da agricultura familiar, através da valorização, fomento e descentralização das feiras livres municipais, oportunizando o acesso a todos a alimentos de qualidade e saudáveis; que tenham registro e procedência	Cachoeira do Sul
Valorização da Agricultura Familiar como produtora de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos para a população do campo e da cidade, respeitando a cultura alimentar local e os componentes ambientais.	Tupandi
Resgate e valorização de produtos e receitas oriundos da agricultura familiar, promovendo sua segurança e soberania alimentar, incentivando a produção de alimentos saudáveis: principalmente a base de carne ovina, charque, batata doce, feijão miúdo, milho, morango, mandioca e abóbora, queijo, e outros derivados do leite	Tupandi
Estímulo a criação de agroindústrias, através do apoio (criação/ampliação de programas, projetos, fundos) municipal, estadual e da união	Campo Novo
Superar as dificuldades do agricultor em relação à logística e transporte dos seus alimentos (falta de suporte)	São Leopoldo
Execução das políticas públicas (PNAE, PAA, FEAPER), feiras, espaços de comercialização em eventos ex: festivais gastronômicos.	S. Livramento
inexistência de veículo específico e adequado para auxiliar o escoamento da produção	S. Livramento
maior comprometimento das entidades contempladas pelas políticas públicas	S. Livramento
Orientar de modo correto a época do plantio e da colheita para sempre ter alimentos frescos e saudáveis para o consumo	Crystal
Aproveitar as potencialidade locais	Crystal



Incentivo para ampliação de política existente do Programa Nacional de Crédito Fundiário através de flexibilização dos critérios de elegibilidade do programa	São Martinho
Valorizar o conhecimento dos agricultores pioneiros do Município	Miraguaí
Viabilizar transporte dos alimentos do campo para cidade	Miraguaí
Apoio Técnico para o agricultor descobrir aptidão da propriedade	Miraguaí
aproveitamento de espaços para implantação de hortas comunitárias	S. Livramento
Expansão das feiras de produtores rurais nos bairros	Novo Hamburgo
Avanços destacados: existência/funcionamento da Feira do produtor	São Leopoldo
Avanços destacados: Hortas Comunitárias	São Leopoldo
Obstáculos destacados: necessidade de maior incentivo às Hortas Urbanas	São Leopoldo
Feira do produtor: precisa ser mais divulgada, pois muitos moradores da cidade não sabem que há esta opção no município. Informações sobre onde acontece, quais dias e horários. Também, a sugestão de que não seja apenas uma vez por semana e sim mais frequente, em outros bairros também, melhorando o ACESSO à população	São Leopoldo
Incentivar e conscientizar a população da importância da Feira Livre	Miraguaí
Falta de cooperatividade entre agricultores e produtores para facilitar o acesso dos alimentos cultivados/produzidos por eles ao mercado institucional (programas e políticas públicas para compra de alimentos da agricultura familiar)	São Leopoldo
Garantir ações de ATER que ampliem e qualifiquem a produção de alimentos que o autoconsumo e o abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar	Ilópolis
Fortalecer as ações da ATER na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza rural	Ilópolis
Garantia da ATER pública e gratuita para os agricultores familiares como estratégia de fortalecimento dos políticos públicas de SAN(PNAE, PAA, fomento a inclusão social e produtiva)	Ilópolis
Prefeitura deve aumentar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para além dos 30% previstos em lei, assim como adquirir alimentos dos agricultores locais para os demais programas onde alimentos são comprados	Canoas
Iniciando a compra da AF para o PNAE Municipal e PAA Municipal	S. Livramento
215 agricultores familiares assentados abastecendo 17 entidades via PAA Conab	S. Livramento
PAA via Conab em andamento e PAA Municipal iniciando, com foco na população contemplada na Diretriz 1	S. Livramento
Criação de um programa de incentivo financeiro destinado a produção de alimentos agroindustriais (credito diferenciado) que não seja o PRONAF. (ex: FEAPER)	São Martinho
Trabalhar o tema da gestão das propriedades da agricultura familiar nas Escolas	Miraguaí
Organizar um entreposto e espaço para comercialização adequada dos produtos da agricultura familiar; (centro de Comercialização)	Miraguaí
Fomento a organização de Hortas Comunitárias	Novo Hamburgo
Apoiar os agricultores a organizarem-se em cooperativa, agroindústrias e outras formas de associação para otimizar o beneficiamento e a comercialização dos alimentos produzidos	Cristal
Criar e/ou melhorar espaços diferenciados para comercialização de alimentos – ex: feira do produtor	Cristal
Levantamento de demanda de consumo de alimento no Município (mercados, frigorífico), realizados pelos alunos do politécnico	Miraguaí
Reverter as situações que nos afastam da oferta de comida de verdade, acesso ao produtor, facilitando a compra direta.	Bento Gonçalves
Viabilizar maior comercialização dos produtos da agricultura familiar junto às redes de supermercados locais.	Bento Gonçalves
Organização da produção com auxílio da EMATER.	Agudo
Realização da Feira da Produção deve ocorrer com mais frequência pois hoje ela ocorre semanalmente.	Agudo
Fomentar mais um local para a venda dos gêneros alimentícios dos produtores rurais.	Agudo



Incentivar a participação dos pequenos produtores em Feiras Regionais e em chamadas públicas dos municípios vizinhos.	Agudo
Políticas públicas; Comercialização direta entre produtor e consumidor (feiras).	Palmares do Sul
Incentivar a agricultura familiar através das feiras de produtos orgânicos.	Bagé
Estimular programas de compras direto do agricultor como por exemplo, o PAA e PNAE.	Bagé
Incentivar as políticas municipais de apoio a agricultura familiar	Bagé
Ampliar as verbas dentro das políticas orçamentárias do governo que estimulem a produção da agricultura familiar.	Bagé
Diminuir a burocracia das políticas que envolvam o agricultor familiar.	Bagé
Resgate das sementes crioulas. Ter estradas boas. Formação de hortas. Apoio as agroindústrias rurais.	Gravataí
Fortalecimento do horto municipal para produção e integração com a comunidade. Manter e fortalecer a EMATER . Êxodo rural. Recursos para Sec. de Agricultura para incentivar a produção local de alimentos.	Gravataí
Ampliar a assistência técnica, incentivando a diversificação na propriedade	Camaquã
Incentivar o transporte dos alimentos locais, promovendo a produção local	Camaquã
incentivar programas de produção agro ecológica por meio de capacitação, através de assistência técnica continuada para as famílias rurais	Canguçu
Implantação da Feira de Produto Rural agroecológicos e de economia solidária.	Crissiumal
Fortalecimento da agricultura familiar como promotora de alimentos saudáveis através da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS)	Erechim
Ampliar recursos humanos e financeiros nos campos da pesquisa para a produção de alimentos saudáveis e a extensão do conhecimento através da ATERS	Erechim
Fortalecer e garantir da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural executada pela ASCAR/EMATER. Tendo em vista o Risco da ASCAR/EMATER-RS receber cortes no orçamento anual, e o conseqüente retrocesso da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades assentadas	Ijuí
Restringir a atuação dos conselhos profissionais (responsabilidade técnica) nas agroindústrias familiares.	Ijuí
Levantamento das áreas apropriadas para cada cultura, considerando as espécies existentes em cada comunidade.	Nova Palma
Incentivar os jovens do meio rural para que em conjunto com a EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura possam manter projetos de sustentabilidade para que dessa forma permanecerem no meio rural.	Santiago
Incentivar a produção e o consumo de produtos produzidos localmente, respeitando os hábitos alimentares das culturas (alemão, italiano, indígena).	Lagoa Vermelha
Fortalecer assistência técnica para produção de subsistência.	Lagoa Vermelha
Incentivar política municipal de fomento à agricultura familiar garantindo trabalho e renda respeitando as diretrizes de segurança e soberania alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Estimular o governo para que intensifique a Reforma Agrária para aumentar a produção da agricultura familiar	Porto Alegre
Fortalecer as organizações dos agricultores familiares e povos tradicionais para o processo de comercialização e inclusão produtiva em cadeias curtas de acordo com a realidade local;	Santa Maria
Acesso à terra, para produção de alimentos; incentivo à produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, respeitando a cultura e etnia de cada comunidade	Encont. Temat. Proj. SISEAN
Assegurar o controle da produção	Encont. Temat. Proj. SISEAN
Garantia de territórios	Encont. Temat.



4. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE REGULAMENTAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Cumprimento da Resolução CFN nº 380/2005 que dispõe sobre o número mínimo de nutricionistas por área de atuação, para promoção da alimentação saudável e adequada à população;	Caxias do Sul
Regulamentação e controle da propaganda de alimentos industrializados, transgênicos, com agrotóxicos e não saudáveis	Caxias do Sul
Conscientizar a população em geral para evitar o desperdício e sobre a importância do aproveitamento integral dos alimentos;	Caxias do Sul
Assegurar o cumprimento da legislação existente no município, quanto às capacitações necessárias aos estabelecimentos de alimentação, escolas, e demais locais envolvidos na manipulação de alimentos;	Caxias do Sul
Legislação mais rígida acerca da rotulagem dos alimentos, com obrigatoriedade da descrição dos produtos e componentes utilizados no processo de produção, de forma clara e que permita o entendimento da população;	Caxias do Sul
Manutenção da rotulagem dos transgênicos;	Caxias do Sul
Criação da rotulagem de alimentos que utilizam agrotóxicos na produção	Caxias do Sul
Apoiar programas para inclusão, divulgação e colocação de profissionais da área de alimentos formados em instituições de ensino localizadas no município;	Caxias do Sul
O estímulo a divulgação e conscientização para produção de produtos agroecológicos	Santa Rosa
A existência de legislação que regulamente o setor agroecologia	Santa Rosa
A divulgação na mídia do que é alimento de verdade;	Santa Rosa
O incentivo a fóruns amplos/intersectoriais de debate para acesso e divulgação de informações em relação a segurança alimentar e nutricional sustentável da população;	Santa Rosa
O incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses, continuando a prática até pelo menos os dois anos de idade da criança, conforme preconizado pela OMS; A divulgação e valorização do aleitamento materno como o primeiro alimento de verdade e o primeiro direito humano a alimentação adequada e saudável; O incentivo e a divulgação da alimentação complementar saudável e adequada;	Santa rosa
O estímulo à alimentação saudável e adequada em todos os ciclos da vida.	Santa Rosa
- Incentivar pais e crianças da rede escolar pública e privada a consumirem alimentos saudáveis, através de uma campanha municipal em parceria com COMSEA, secretarias municipais de educação, saúde, agricultura, assistência social e meio ambiente.	Cachoeira do Sul
Assegurar o direito à informação completa do que será consumido, desde a origem até o produto final. Divulgar ao consumidor alimentos que possuem OGM (transgênicos) e agrotóxicos.	Cachoeira do Sul
Conscientizar o consumidor para a aquisição de produtos saudáveis e livres de agrotóxicos	Tupandi
Melhorar a forma de impressão da data de validade e fabricação dos alimentos para facilitar a visualização pelo consumidor, tendo uma padronização de sequência na apresentação	Canoas
Governo deve fiscalizar a comercialização de alimentos	Canoas
Proibir alimentos industrializados ou prejudiciais à saúde nas escolas (Cantinas), incentivando o consumo de alimentos <i>in natura</i> ;	Caxias do Sul
Criação de uma ouvidoria relacionada a alimentação escolar;	Caxias do Sul
Legislação específica para pequenos produtores de alimentos urbanos	Canoas
presença local de um órgão certificador de agroecológicos	S. Livramento
Moção: Lei de regulamentação dos meios de comunicação	Novo Hamburgo
Respeito ao vendedor ambulante, da economia solidária: existe muita fiscalização e cobrança, porém não há uma orientação prévia para que o vendedor/produtor possa se adequar. É necessária a orientação técnica aos trabalhadores deste segmento, para que possam comercializar seus produtos de forma segura e adequada	São Leopoldo
Alterar a legislação da rotulagem nutricional de alimentos para deixá-la mais clara e simples	Ilópolis
Verificar se a legislação está sendo cumprida	Cristal



Desburocratização da legislação, para que efetivamente o agricultor possa se inserir na legalização, é necessária uma legislação específica para este setor	São Martinho
Revisão da legislação atual considerando a adequação legal (âmbito sanitário) das diretrizes de produção/manipulação dos produtos oriundos da agricultura familiar preservando a identidade e o modo de produção local	São Martinho
Capacitação efetiva dos fiscais sanitários (municipal, estadual e federal) para atuarem nas agroindústrias familiares	São Martinho
Fortalecimento da vigilância sanitária, tornando a fiscalização mais eficaz nos supermercados, comércio e ambulantes, quanto a procedência dos hortifrutigranjeiros, carnes, embutidos, etc; com o objetivo de fortalecer a produção local de alimentos e a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional	Campo Novo
A ampliação do número de profissionais (nutricionistas, psicólogas e assistentes sociais, nas áreas de saúde, educação e assistência social) atuantes nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional	Novo Hamburgo
Obstáculos destacados: Pouca informação e divulgação destas ações (Comida de verdade) OU MELHOR promover a comida de verdade	São Leopoldo
Retirar as isenções de impostos aos defensivos/agrotóxicos	Canoas
Não permitir o uso de defensivos agrícolas proibidos em outros países	Canoas
Mobilizar diferentes setores incluindo profissionais da área da saúde, educação e assistência social para conscientizar e difundir os benefícios do consumo de alimentos agro ecológico para a população	S ^a Maria do Herval
Fortalecer sistemas de coletas de resíduos sólidos como realizar ações de conscientização para reciclagem e reaproveitamento do lixo orgânico na compostagem como forma de conservação do solo, água e do meio ambiente em geral	Cristal
Manter a identificação no rótulo dos produtos transgênicos	Canoas
Colocar nos rótulos a origem de produção dos alimentos	Canoas
Propor a criação de legislação que permita a aquisição por órgãos públicos de alimentos da economia solidária e de hortas urbanas	Canoas
Garantir a promoção, proteção e o apoio ao aleitamento materno, fortalecendo a Política Nacional de Aleitamento Materno e o cumprimento da legislação brasileira que protege a prática da amamentação	Campo Novo
Proporcionar atividades que incentivem a alimentação saudável, através do conhecimento do alimento e todo seu processo de produção	Cristal
Estabelecer limites para comerciais de TV que fale sobre alimentos	Canoas
Insuficiente divulgação de feiras locais e orgânicas	São Leopoldo
Ampliação da propaganda e do marketing de produção Agroecológica, do consumo e educação nutricional	São Martinho
Divulgação dos programas existentes e potencialidades do Município	Miraguaí
Fomentar formas de se ter maior aproveitamento integral dos produtos e de evitar o desperdício dos alimentos.	Bento Gonçalves
Maior esclarecimento à população, sobre comida de verdade, com ações em feiras, mercados, praças... na Semana da Alimentação, por estudantes dos cursos ligados à área da alimentação (Curso Superior de Tecnologia de Alimentos - IFRGS), Nutrição (UCS - Cenecista) (SENAC), dentre outros.	Bento Gonçalves
Estimular que a mídia apresente mais propagandas de "comida de verdade" e reduza a de alimentos não saudáveis.	Bento Gonçalves
É necessário uma mudança da sociedade civil em relação a importância e uma alimentação saudável, pois a causa é a falta de tempo que acaba forçando as pessoas a consumir alimentos industrializados e que são mais baratos.	Agudo
Comida que resgate nossas origens, cultura e tradições regionais; Comida que promova saúde; Em bom estado de conservação; Alimento agroecológico; Mais natural, menos industrializada; Diversificada, com qualidade, balanceada e em quantidade suficiente; Alimento local, respeitando a sazonalidade da produção;	Palmares do Sul
4-Influência negativa da publicidade e mídia no padrão alimentar; Poder político do agronegócio e das	Palmares do Sul



grandes corporações da cadeia produtiva; Falta de consciência do consumidor; Falta de educação alimentar e nutricional; Burocracia para adequação sanitária de produtos da agricultura familiar; Acesso integral aos alimentos (desigualdade social).	
Ampliar a responsabilidade social das empresas que tenham conexão com os objetivos da segurança alimentar.	Bagé
Criar mecanismos de divulgação a fim de salientar os malefícios de alimentos modificados, transgênicos e benefícios de alimentos orgânicos.	Camaquã
Rever as exigências para a industrialização dos produtos da agricultura familiar	Camaquã
Intensificar a divulgação na mídia da importância de produzir e consumir alimentos orgânicos	Erechim
Fortalecer o vínculo com representantes do sistema de fiscalização, em especial a vigilância e inspeção sanitária	Erechim
Retornar a obrigatoriedade de identificação na rotulagem se o alimento possui ingredientes transgênicos, para a informação do consumidor	Erechim
Propor a efetiva fiscalização pelos órgãos responsáveis ao uso desenfreado de agrotóxicos, inclusive na Política de Segurança Pública a entrada de agrotóxicos ilegais no país.	Ijuí
Estimular a criação de órgãos de certificação participativa de produtos orgânicos.	Ijuí
Flexibilizar/Simplificar as legislações do processamento e comercialização de alimentos da agricultura familiar.	Ijuí
Unificar a legislação em nível de região, que o SIM municipal possa servir para abranger mercados de municípios da região.	Ijuí
Adequar legalmente as COOPERATIVAS e pequenas Associações para que possam produzir dentro do sistema.	Ijuí
Incentivo a criação e adequação a legislação vigente de agroindústrias familiares	Nova Palma
Montar projetos a fim de conscientizar as pessoas, principalmente as crianças em idade escolar, para que saibam o que é alimentação saudável.	Santiago
Facilitar a legislação para produção de produtos de agroindústria familiares.	Lagoa Vermelha
Que o governo municipal de Porto Alegre cumpra a função social das cidades, conforme Lei Federal do Estatuto da Cidade, garantindo o gravame dos Territórios de matriz africana, quilombolas e indígenas e outras comunidades tradicionais como Áreas Especiais de Interesse Cultural e Social e econômicas, no Plano Diretor da Cidade, conforme Lei 434 de 1999, do PPDUA de Porto Alegre, em primeiro lugar para preservação destes territórios e garantir a implantação de programas de produção alimentar orgânica com respeito à cultura e aos valores civilizatórios destes segmentos na contribuição da Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Estendendo esta política aos municípios com mais de 20.000 habitantes, que obrigatoriamente devem ter Planos Diretores.	Porto Alegre
Estimular o governo para que este proíba no território nacional a comercialização de alimentos transgênicos, e garanta o direito à informação nos rótulos dos produtos compostos por alimentos transgênicos.	Porto Alegre
Tornar mais acessível o processo de produção e certificação de alimentos orgânicos (diminuição do custo burocracia), assim diminuindo o custo ao consumidor.	Santa Cruz do Sul
Ampliar a fiscalização na cadeia produtiva de alimentos, visando a redução de fraudes	Santa Cruz do Sul
Campanhas de divulgação na mídia nas três esferas de governo do novo Guia Alimentar para a População Brasileira	Santa Cruz do Sul
Formulação de alertas semelhantes ao tabaco, medicamentos, bebidas alcoólicas e leite para alimentos ultraprocessados.	Santa Cruz do Sul
Permanência da informação e maior visibilidade da identificação nos rótulos aos alimentos transgênicos e produtos que contenham alimentos transgênicos.	Santa Cruz do Sul
Criação de legislação específica para redução da produção, utilização e consumo de produtos que contêm gordura trans.	Santa Cruz do Sul
Fortalecimento da legislação específica para redução na produção, utilização e consumo de produtos de alta concentração de sódio.	Santa Cruz do Sul



Formulação, implementação e fomentação da Rede de Prevenção e Enfrentamento do Sobrepeso e Obesidade.	Santa Cruz do Sul
Municipalização da fiscalização sanitária de produtos origem vegetal. Com a adesão da legislação municipal a esta política. Buscando valorizar cultura local.	Tenente Portela
Criar mecanismos legais que garanta a manutenção das zonas rurais dos municípios brasileiros, como espaços indispensáveis para a promoção de segurança e soberania alimentar, restringindo a “proliferação” de loteamentos e condomínios urbanos nos tradicionais territórios de produção de alimentos;	São Lourenço do Sul
Regulamentar o marketing desleal que utiliza de técnicas de condicionamento mental (psicologia) que ativam gatilhos mentais que disparam ou geram determinados comportamentos adrede previstos por parte de quem produziu a propaganda, estes mecanismos mentais são largamente utilizados em propaganda em canais abertos de TV inclusive para “alimentos” que não são alimentos de verdade. Ai o ato desleal. Será que os nossos gestores públicos não sabem disso?	Santa Maria
Retirar ou reformular a Resolução 062/2013.	Encon. Tem. Proj. SISOAN.
Maior fiscalização na produção de alimentos e incentivo à produção orgânica.	Encon. Tem. Proj. SISOAN.
Criar leis que impossibilitam o uso abusivo de agrotóxicos na produção de alimentos.	Encon. Tem. Proj. SISOAN
Promover maior controle social na vigilância da propaganda enganosa sobre alimentos sugerindo a veiculação de informações sobre preparo adequado da alimentação a ser ingerida, educação alimentar, valor nutritivo, manipulação e reaproveitamento de alimentos para consumo, dentre outros temas, para profissionais dos meios de comunicação;	Encont. Metropolitano
Garantir a identificação e o reconhecimento das Comunidades e dos Povos Tradicionais, visando a demarcação e titulação dos territórios bem como realização de cadastramento para que possuam Programa de Aquisição de Alimento próprio contemplando especificidades alimentares e possibilidade de comercialização para o famílias de afrodescendentes, hospitais, universidades, estabelecimentos de ensino e casas de religião;	Encont. Metropolitano

5. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO PESQUISA ENSINO	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Nas escolas, conscientizar os estudantes, pais, professores e gestores quanto ao cuidado com o meio ambiente e hábitos alimentares saudáveis;	Caxias do Sul
Desenvolver um projeto intersetorial de incentivo a implantação de hortas escolares, comunitárias e caseiras;	Caxias do Sul
Proibir alimentos industrializados ou prejudiciais à saúde nas escolas (Cantinas), incentivando o consumo de alimentos <i>in natura</i> ;	Caxias do Sul
Criação de uma ouvidoria relacionada a alimentação escolar;	Caxias do Sul
Elaboração de material didático para educação em segurança alimentar e nutricional e implementação de programas de capacitação para os envolvidos nas atividades ligadas à alimentação;	Caxias do Sul
Estimular a criação de novos cursos na área de produção, conservação e distribuição de alimentos, em escolas técnicas públicas para formação do pequeno agricultor no meio rural;	Caxias do Sul
Assegurar o cumprimento da legislação existente no município, quanto às capacitações necessárias aos estabelecimentos de alimentação, escolas, e demais locais envolvidos na manipulação de alimentos;	Caxias do Sul
Desenvolver atividades sobre a cadeia alimentar incentivando o consumo de alimentos <i>in natura</i> , promovendo uma alimentação mais saudável.	Caxias do Sul
Propiciar qualificação permanente as comunidades abordando temas como reaproveitamento e aproveitamento integral dos alimentos, consumo de produtos da época, produção de adubos naturais;	Caxias do Sul



Apoio técnico em boas práticas de produção de alimentos (qualidade e racionalidade do uso da água, redução de desperdício na colheita, armazenamento e transporte adequados, etc.)	Caxias do Sul
Conhecer e debater sobre as formas que a população esta encontrando para obter o acesso aos alimentos (verificando a influencia da alimentação dos nossos antepassados nos dias atuais).	Erval Seco
Diminuir gradativamente o consumo de produtos industrializados, valorizando e incentivando a produção familiar.	Erval Seco
A revisão/inclusão da educação alimentar no currículo escolar e na forma de temas transversais . A inclusão de atividades periódicas e práticas durante o ano letivo;	Santa Rosa
Incentivo ao consumo de alimentos in natura, como frutas e hortaliças;	Santa Rosa
Proibir a comercialização de produtos ultraprocessados com índices de sódio, açúcar e gordura acima dos permitidos pela OMS nos estabelecimentos de ensino.	Cachoeira do Sul
Implementação no currículo escolar da educação alimentar, nutricional e ambiental; como componente curricular a ser desenvolvido desde a educação infantil.	Cachoeira do Sul
Aumentar os itens da Merenda Escolar provenientes da Agricultura Familiar	Tupandi
Conscientização das pessoas para praticarem uma alimentação saudável baseada em alimentos caseiros, produzidos na horta com temperos e chás, uma alimentação com alimentos orgânicos, sem utilização de agrotóxicos e nem sementes de origem transgênica.	São Vendelino
Promover o consumo de comida caseira como o arroz, feijão, legumes, frutas, saladas e que desmotive o consumo de alimentos processados.	São Vendelino
Conscientizar a população para a diminuição do consumo do sal, açúcar e de gorduras.	São Vendelino
Promover o uso de receitas caseiras e alimentos in natura de forma a aumentar consumo de alimentos saudáveis	Canoas
Incentivar o preparo de alimentos nos lares	Novo Hamburgo
Incentivo ao consumo de alimentos in natura e minimamente processado	Miraguá
Educação Alimentar para o povo por meio de políticas públicas	Canoas
ampliação das capacitações na comunidade escolar em educação alimentar	S. Livramento
Educação Alimentar no currículo escolar	Novo Hamburgo
<i>Avanços destacados:</i> PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	São Leopoldo
<i>Obstáculos destacados:</i> EAN (Educação Alimentar e Nutricional) ainda não está presente no ambiente escolar	São Leopoldo
<i>Sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais:</i> é necessário estimular o resgate à cultura alimentar de cada povo, inserir nos currículos escolares esta temática	São Leopoldo
Incluir/ampliar a oferta de alimentos orgânicos na alimentação escolar, assim como em outras instituições publicas	Sª Maria do Herval
Aumentar o repasse no valor disponibilizado ao PNAE, viabilizando a compra de alimentos orgânicos	Ilópolis
Incluir e educação nutricional no plano pedagógico das escolas	Ilópolis
Quanto ao PNAE, reivindicamos que as Chamadas Públicas da Agricultura Familiar, no âmbito das redes municipal e estadual de ensino, do município de Campo Novo, seja executado em nível de município, e não regionalizado, priorizando os agricultores locais	Campo Novo
Criação de Campanhas para Inclusão dos idosos no processo educativo, valorizando os aspectos e manejos histórico-culturais na Produção de Alimentos	São Martinho
Ampliação de Financiamento do ensino, pesquisa e e Extensão para as instituições envolvidas no desenvolvimento de projetos voltados para a produção de base ecológica	São Martinho
Ampliar discussões a respeito de Segurança Alimentar (vários setores)	Novo Hamburgo
Prefeitura organizar orientações para as cantinas escolares de forma a oferecer mais alimentos saudáveis	Canoas
Aumentar atividades de educação alimentar nas escolas de forma a reduzir o desperdício e consumir alimentos saudáveis	Canoas
Incluir nos PPPs educação alimentar e a importância da alimentação saudável	Canoas
Município organizar material orientador para cantinas de escolas particulares de forma a estimular a	Canoas



comercialização de alimentos saudáveis	
Qualificação com manipuladores de alimentos de escolas estaduais e municipais	S. Livramento
Abastecimento descentralizado via PNAE Escolas Estaduais, envolvendo também 6 produtos agroindustrializados	S. Livramento
Não há trabalho de educação alimentar junto às crianças e pais. Há avaliação nutricional em escolas estaduais e municipais(PSE)	S. Livramento
Algumas escolas municipais e outras estaduais tem trabalho com horta escolar, via Programa Mais Educação. Treze escolas municipais e quinze estaduais mantém o Mais Educação, trabalhando com horta escolar. Projeto Quintais Orgânicos da Embrapa implementado em algumas escolas	S. Livramento
Cumprir a legislação federal com relação ao número de Nutricionistas adequado ao público existente nas escolas municipais e nas CRE, garantindo que a educação nutricional e as avaliações nutricionais exigidas sejam realizadas.	S. Livramento
Formular um Programa Municipal de Educação Alimentar que inclua os temas da segurança e soberania alimentar, a segurança nutricional, a importância da agricultura familiar, da produção e desenvolvimento local, da contaminação dos alimentos, dos alimentos agroecológicos, além da alimentação adequada para cada ciclo de vida e manipulação dos alimentos (BPMA). O Programa precisa incluir toda a comunidade escolar, público atendido nos CRAS, CREAS e CAPS-AD; entidades sociais ligadas ao PAA, além de grupos independentes em condições de insegurança alimentar	S. Livramento
Ausência de conteúdos/ estudos referentes a SAN nos currículos do Ensino Superior (formação específica)	São Leopoldo
É preciso ampliar as políticas como o PNAE, para promoção de Educação Alimentar e Nutricional	São Leopoldo
Dificuldade de eliminar cantinas escolares que vendam alimentos ultra processados	São Leopoldo
Dificuldade na inserção da Educação Alimentar e Nutricional no PPP – Projeto Político Pedagógico	São Leopoldo
Fortalecer a parceria com os conselhos municipais, principalmente com o Conselho de Alimentação Escolar, para que a legislação do PNAE seja cumprida	Ilópolis
Educação alimentar e nutricional nas escolas com inclusão da grade curricular e como atividades complementares	Ilópolis
Capacitação de profissionais envolvidos em ações de SANS	Ilópolis
Incentivar a prática da Alimentação saudável através de oficinas culinárias para responsáveis pela alimentação da família	Ilópolis
Estimular e ampliar ações de SAN, através de treinamentos de recursos humanos do município para o aproveitando-os na merenda escolar	Campo Novo
Viabilizar campanhas municipais para ampliar o conceito de educação alimentar e nutricional, valorizando a alimentação saudável e promovendo a conscientização de comunidades escolares, proibindo as cantinas nas escolas	São Martinho
Dar ênfase na educação alimentar nas escolas	Miraguaí
* Incentivo a horta doméstica e escolar	Miraguaí
Compra da AF para o PNAE Estadual, incluindo alimentos que os estudantes não comem em casa, criando novos hábitos alimentares	S. Livramento
Há ações desarticuladas que contemplam os temas da educação alimentar e saúde, de forma pontual em escolas municipais. Há sugestão para professores de séries iniciais trabalharem com o tema da educação alimentar, porém sem material didático sistematizado	S. Livramento
Formação de uma Rede de entidades públicas e da sociedade civil para implementar uma ação permanente em educação, saúde e qualificação profissional focada no público participante dos projetos do PAA e Bolsa Família	S. Livramento
Poder público em parceria com Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional: propor qualificação da rede na área de SAN	Novo Hamburgo
Levantamento de demanda de consumo de alimento no Município (mercados, frigorífico), realizados pelos alunos do politécnico	Miraguaí
Eliminação de bares e cantinas das escolas.	Rio Grande
Incluir no currículo escolar o tema da Alimentação Adequada.	Rio Grande



Garantir nutricionistas e técnicos de nutrição em todas as escolas.	Rio Grande
4. Incluir nas escolas projetos de alimentação saudável, promovendo a formação de multiplicadores do tema.	Rio Grande
Os alimentos adquiridos para a alimentação escolar devem ser adquiridos pela prefeitura.	Agudo
Esclarecimento, divulgação, conscientização e incentivo a alimentação saudável através da mobilização nos diversos segmentos, inclusive contemplando a disciplina de Educação Ambiental nas escolas.	Canguçu
Aumentar o índice de aquisição de alimentos para a merenda escolar oriunda da Agricultura familiar, fortalecendo assim a organização já existente.	Crissiumal
Desenvolver ações em educação e cidadania alimentar, promovida pela ATERS, para a comunidade escolar e familiar.	Erechim
Voltar a comer alimentos mais naturais e aumentar a conscientização desde a educação e reeducação alimentar.	Santo Ângelo
Conscientizar o consumidor para a aquisição de produtos saudáveis e livres de agrotóxicos.	
Aumentar os itens da Merenda Escolar provenientes da Agricultura Familiar	
Reformular os cardápios junto às intuições de educação nos 03 níveis, municipal, estadual, federal e particular visando o aumento do consumo do alimento orgânico.	Porto Alegre
Incluir no calendário escolar momentos de roda de conversa e palestras para comunidade sobre o tema da segurança alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Introduzir no currículo escolar o plantio, o cuidado, a colheita e a distribuição de alimentos saudáveis através de feiras de troca-troca nas escolas.	Porto Alegre
Incluir no currículo escolar o conteúdo sobre segurança alimentar e nutricional, e práticas saudáveis e oportunizar momentos de alimentação saudável na escola.	Porto Alegre
Incentivar a irrigação das hortas escolares com o reaproveitamento das águas das chuvas, com programas de governo que subsidiem essas iniciativas com recursos para aquisição de equipamentos e organização dos espaços físicos para estas ações.	Porto Alegre
Instituir em todas as escolas do território Nacional o dia da alimentação saudável.	Porto Alegre
Criar um programa de tecnologias sociais e inovadoras para Educação Alimentar Nutricional.	Porto Alegre
Divulgar através de redes sociais e em todas as mídias sobre a importância da alimentação saudável.	Porto Alegre
Criar programas para divulgar e explicar os benefícios e malefícios dos alimentos. O fato do governo arrecadar mais impostos faz com que as informações sobre esses alimentos sejam escassas, pois as pessoas passaram a preferir os industrializados (você já convidou alguém pra comer uma fruta?)	Porto Alegre
Incentivar os alunos a levarem alimentos mais saudáveis para a escola. Ex: saladas de frutas.	Porto Alegre
Trabalhar de forma transversal a educação alimentar e nutricional, agrícola e ambiental nos currículos escolares.	Santa Cruz do Sul
Estimular o cultivo de hortas pedagógicas em escolas e nas comunidades (rurais e urbanas).	Santa Cruz do Sul
Organizar campanha educativa de resgate da cultura alimentar dos alimentos tradicionais;	Santa Maria
Promover ações de educação nutricional em escolas, postos de saúde e para a população em geral;	Santa Maria
Trabalhos educativos de cunho conscientizador quando ao consumo/aquisição de produtos saudáveis e livres de agrotóxicos provindos da agricultura familiar;	Três Palmeiras
Realizar reeducação alimentar;	Encon. Temat. Proj. SISAN
Disponibilizar maior informação sobre a alimentação saudável com trabalho nas escolas	Encon. Temat. Proj. SISAN
Fortalecimento da ideia de soberania alimentar e segurança alimentar de qualidade	AUP
Reconhecimento da importância da AUP no campo da formação;	AUP
Formação, capacitação e mobilização para a sustentabilidade dos envolvidos em AUP, com o desenvolvimento de metodologias que promovam a autonomia dos grupos.	AUP
Projetos de Educação Alimentar nas escolas, envolvendo professores, funcionários, alunos, familiares	São Luiz



e responsáveis pelas cantinas;	Gonzaga
Debate sobre o tipo de alimentos comercializados nas escolas.	São Luiz Gonzaga

6. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE ACESSO UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE, EQUIPAMENTOS DE SAN	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Acesso à água de qualidade a todos e incentivo ao seu uso de forma racional, (ex. reaproveitamento da água da chuva);	Caxias do Sul
Ampliar a qualidade e acesso ao produto orgânico em quantidade e variedade	Caxias do Sul
Conhecer e debater sobre as formas que a população esta encontrando para obter o acesso aos alimentos (verificando a influencia da alimentação dos nossos antepassados nos dias atuais).	
Fortalecer o consumo de alimentos produzidos na região, mantendo a cultura local	Erval Seco
Diminuir gradativamente o consumo de produtos industrializados, valorizando e incentivando a produção familiar.	Erval Seco
O acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos;	Santa Rosa
Garantir o acesso à alimentação de qualidade e segura aos grupos sociais rurais e da cidade; comunidades indígenas, quilombolas e grupos tradicionais, através da modificação da forma de aquisição dos alimentos destinados a esses grupos, priorizando e incentivando o consumo de alimentos condizentes com suas culturas	Cachoeira do Sul
Fortalecimento e incentivo da produção proveniente da agricultura familiar, através da valorização, fomento e descentralização das feiras livres municipais, oportunizando o acesso a todos a alimentos de qualidade e saudáveis; que tenham registro e procedência	Cachoeira do Sul
Facilitar o acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos (feiras locais).	Tupandi
O acesso da população aos produtos orgânicos e agroecológicos;	Santa Rosa
Ampliar a qualidade e acesso ao produto orgânico em quantidade e variedade;	Caxias do Sul
População precisa ter acesso à renda para adquirir alimentos	Canoas
Criar Restaurantes Populares nos demais quadrantes da cidade	Canoas
Refeições disponibilizadas pela Secretaria da Saúde, vias CAPS (3 refeições/dia por pessoa = 30 pessoas + 30 refeições/dia).	S. Livramento
Albergue = 10 refeições/dia.	S. Livramento
Projeto Tchê = 30 refeições por dia para crianças.	S. Livramento
Creche santa Elvira, 57 cafés da manhã e almoços + 30 lanches/dia a tarde	S. Livramento
Banco de Alimentos em processo de reativação (aula de reforço para 30 crianças com lanche da tarde).	S. Livramento
Implantação de Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias	Novo Hamburgo
Modificar/ qualificar o “auxílio-alimentação” repassado pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS à população de NH	Novo Hamburgo
Ervas de chás medicinais estimulados em cultivo caseiro para uso em oferendas e consumo de pessoas envolvidas em religiões de matriz africana	S. Livramento
Diretriz 4 ausente	S. Livramento
Enfrentar o crescimento e desenvolvimento urbano desordenado, que retiram a comunidade local de seu território.	Rio Grande
Enfrentar a falta de acesso ao alimento de qualidade, devido ao baixo poder aquisitivo destas populações. Políticas afirmativas às minorias estão garantido maior poder aquisitivo e garantia de terra a estas populações.	Rio Grande
Enfrentar a desvalorização da cultura dos povos tradicionais: discriminação, desvalorização da identidade, desvalorização de comidas/pratos tradicionais.	Rio Grande
Reverter as situações que nos afastam da oferta de comida de verdade, acesso ao produtor, facilitando a compra direta.	Bento Gonçalves



Incentivar que mais produtores se habilitem a ter o Selo "Sabor de Bento".	Bento Gonçalves
Acessível a todos; Respeite o meio ambiente; Acompanhamento técnico por parte dos órgãos públicos, associações e cooperativas; Articulação entre os atores envolvidos; Formação de redes produtivas; Assistência técnica para produção agroecológica; Iniciativas que incentivem a produção e o acesso ao alimento;	Palmares do Sul
Implantar e/ou implementar o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e outros equipamentos públicos (Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Restaurante Popular).	Ijuí
Programa de estruturação para feiras livres municipais e regionais.	Lagoa Vermelha
Estimular hortas domésticas e a continuidade de projetos implantados em outras gestões.	Porto Alegre
Estabelecer que espaços públicos, como praças, que possam ser utilizados pela comunidade para o plantio de hortas comunitárias.	Porto Alegre
Realizar parceria público privada para implantação de cozinhas comunitárias e refeitórios em áreas próximas aos grandes centros e unidades de triagem e compostagem para atender aos catadores em situação de rua, galpões e cooperativas organizadas, também a povos indígenas, povos tradicionais de matriz africana, povo negro, comunidades quilombolas e comunidades de pescadores.	Porto Alegre
Transformar equipamentos de SAN (cozinhas comunitárias e restaurantes populares) em centros de referência de segurança alimentar.	Porto Alegre
Estimular que o governo determine que instituições públicas com refeitórios comprem, preparem e distribuam alimentos respeitando as diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Incentivar o cultivo de hortas comunitárias, reunindo vizinhos com o objetivo de alimentação mais saudável e de coesão social.	Porto Alegre
Incentivar a educação permanente sobre segurança alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Assegurar o acesso aos alimentos adequados e saudáveis diariamente, de acordo com todas as faixas da vida, livres de contaminantes e agroquímicos e de preferência produzidos no local; assegurar o acesso à saúde e à educação de qualidade;	Enc. Tem. Proj. SISAN
Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável em todas as fases da vida	Enc. Tem. Proj. SISAN
Garantir o acesso à terra e ao território para assegurar o alimento de verdade	Enc. Tem. Proj. SISAN
Criar usinas de compostagem de material orgânico com resíduos alimentares proveniente de excedentes da merenda escolar e sobras da alimentação de hotéis, asilos, casas prisionais, etc.	Encont. Metropolitano
Implantar nos CRAS, CREAS e Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional benefício eventual (cestas básicas) através da política de segurança alimentar e nutricional para atender, em caráter emergencial, assentados rurais ou urbanos, Povos e Comunidades Tradicionais, pescadores, ilhéus e outras comunidades quando da ocorrência de eventos climáticos (incêndios, inundações, terremotos, etc) conforme deliberação da Lei municipal de SAN e do Plano Estadual de Segurança Alimentar;	Encont. Metropolitano
Discutir no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA NACIONAL), da Comissão Nacional de Produtos Orgânicos (CPORG) e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) posicionamento contrário da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que, sob pressão e orientação da Organização Mundial do Comércio (OMC) considera a política pública de abastecimento contemplada nas compras institucionais uma espécie de subsídio para a alimentação popular defendendo sua extinção;	Encont. Metropolitano
Promover a melhoria das condições de vida e o acesso a alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de miséria, beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), através da política de saúde, articulada intersetorialmente a outras ações e políticas;	Encont. Metropolitano
Repensar e implantar novos critérios para implantação de cozinhas comunitárias, promovendo sustentabilidade dos projetos, evitando o abandono e sucateamento do equipamento;	Encont. Metropolitano



Vencer obstáculos históricos colocados quanto a produção dos alimentos no campo e sua distribuição na cidade, tais como :exclusão dos agricultores familiares e assentados que produzem leite por não terem apoio para atender as exigências estabelecidas pela comercialização (mercado);dificuldades no escoamento da produção, na infra estrutura precaríssima de estradas e acessos a assentamentos e municípios e na organização das cooperativas pequenas , que não conseguem produzir 30% para o PNAE e tudo acaba ficando com o atravessador a preços menores.Por fim , dificuldades na renegociação das dívidas dos agricultores familiares e com um sem número de documentações que acabam por excluí-lo do processo restando o alimento podre ou jogado aos porcos e bois no campo e o pobre morrendo de fome na cidade;	Encont. Metropolitano
Construir rede regional de atenção em segurança alimentar e nutricional a população de rua e catadores de Porto Alegre envolvendo cozinhas comunitárias localizadas nas 17 regiões do orçamento participativo no atendimento da demanda excedente de comensais do Restaurante Popular de Porto Alegre;	Pop em situação de Rua
Implantação nos municípios de grande e médio porte de refeitórios comunitários para atender as necessidades básicas de alimentação da população adulta em situação de rua funcionando enquanto Centros de Referência em Segurança Alimentar, promovendo sua politização, cidadania e inclusão produtiva;	Pop em situação de Rua

7. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE SOBERANIA ALIMENTAR, DHA, POLÍTICA DE SAN, SISAN	MUNICÍPIO DE ORÍGEM
Fortalecimento de um novo modelo agroalimentar como forma de reduzir as doenças crônicas que abalam a sociedade.	Erval Seco
Criar mecanismos que efetivem o direito humano a alimentação adequada, respeitando a cultura alimentar, a diversidade étnica e cultural das populações.	Tupandi
Incentivar a soberania da população e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno, à preservação de sementes crioulas e da sociobiodiversidade.	Erval Seco
Efetivar a intersectorialidade (por meio dos conselhos temáticos)	Novo Hamburgo
Priorizar a segurança nutricional e alimentar (saúde prevenção)	Novo Hamburgo
Obstáculos destacados: necessidade de buscar outros serviços que garantam SAN; como Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias	São Leopoldo
Monitoramento de peso das crianças de famílias com o Bolsa Família (semestral nas UBSs, de 0 a 7 anos) e Pastoral da Criança (mensalmente). Em 11 escolas pactuadas pelo PSE (programa saúde na escola) é realizado o monitoramento	S. Livramento
Consolidar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em articulação com o SUAS, através da organização das ações de atenção básica e proteção especial aos segmentos previstos no LOAS.	Campo Novo
Promover políticas públicas que apoiem a agricultura familiar, através do crédito rural, regularização fundiária, capacitação de agricultores na produção de alimentos orgânicos	Camaquã
Incluir nas políticas públicas existentes (PNAE, PAA) a limitação para aquisição de produtos transgênicos	Camaquã
Maior articulação dos conselhos que envolvem a segurança alimentar, no sentido de somar forças, sendo imprescindível ações propositivas eficazes e efetivas.	Canguçu
Regulamentar e tornar obrigatório o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios	Erechim
Incentivar financeiramente os municípios que ultrapassem percentual mínimo de 30% da compra direta da agricultura no Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo este incentivo destinado para a compra direta da agricultura familiar.	Ijuí
Criar mecanismos que efetivem o direito humano a alimentação adequada, respeitando a cultura alimentar, a diversidade étnica e cultural das populações.	Ijuí
Manter e fortalecer os programas PNAE e PAA.	Lagoa Vermelha



Promover ações que incluam populações tradicionais ou grupos específicos nas discussões de políticas públicas sobre segurança alimentar e nutricional, visando efetivamente as necessidades destes grupos.	Lagoa Vermelha
Estimular as comunidades e entidades que fazem parte do SAN para que trabalhem com soberania.	Porto Alegre
Fortalecer a intersectorialidade e transversalidade da política de segurança alimentar, os conselhos de direito e o exercício do controle social buscando a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação.	Porto Alegre
Aperfeiçoar o controle social sobre as chamadas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para que os preços pagos aos agricultores familiares sejam justos, utilizando critérios de referência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou semelhante, submetendo a prestação de contas ao CAE, fortalecendo a participação dos agricultores no mesmo e nos conselhos municipais de educação, assistência social e segurança e soberania alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Incluir nos programas de atenção domiciliar, os temas de segurança alimentar e nutricional.	Porto Alegre
Criar política nacional de medicamentos que também respeite a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.	Porto Alegre
Valorização comercial dos produtos do PAA	Porto Alegre
Maior adesão dos municípios ao SISAN.	Santa Cruz do Sul
Criar mecanismos de condicionalidades para o comprometimento das famílias na produção e cultivo de alimentos para subsistência associado a programas sociais.	Santa Cruz do Sul
Criar feiras permanentes de produtos agroecológicos.	Santa Cruz do Sul
Criar um mercado público regional valorizando a produção local.	Santa Cruz do Sul
Incentivo a diversificação de culturas da agricultura familiar.	Santa Cruz do Sul
Incentivo e ampliação ao Programa Mais Alimentos.	Santa Cruz do Sul
Reajuste anual dos recursos repassados pelo PNAE/FNDE.	Santa Cruz do Sul
Facilitar o acesso à compra institucional com cadastro e distribuição regional	Santa Cruz do Sul
Seja montado um PAA indígena, respeitando a cultura, com produtos que tenham origem de produção pelos indígenas e complementados com a produção dos demais agricultores do Município.	Tenente Portela
Estratégia para o fortalecimento do PAA.	Tenente Portela
Mais recursos para os municípios de pequeno porte, ampliar os seus quadros técnicos com profissionais da área de alimentação e nutrição, primando por uma alimentação saudável e adequada;	São Lourenço do Sul
Efetivar a regulação do marketing e propaganda que induz ao consumo de alimentos industrializados ultraprocessados de forma enganosa;	Santa Maria
Realizar campanhas que valorizem os alimentos produzidos pela agricultura familiar;	Santa Maria
Garantir ações de ATER que ampliem e qualifiquem a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar;	Santa Maria
Fortalecer as ações da Emater/RS- Ascar na promoção da inclusão produtiva dos das famílias em situação de pobreza rural;	Santa Maria
Garantia de ATER pública e gratuita para os agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pecuaristas familiares e demais povos e comunidades tradicionais como estratégia de fortalecimento das políticas públicas de SAN (PNAE, PAA, Fomento a Inclusão Social e Produtiva);	Santa Maria
Fortalecer programas e políticas públicas de instrumentalização do agricultor familiar favorecendo a permanência do homem no campo e a produção de alimentos;	Santa Maria



Articular ações de segurança alimentar e economia solidária que promova a soberania alimentar visando a produção socialmente justa;	Santa Maria
Qualificar as compras institucionais da agricultura familiar no PNAE priorizando a compra dos agricultores familiares e suas organizações;	Santa Maria
Incluir nos Planos Municipais de Educação questões relevantes a educação nutricional valorizando a comida de verdade atentando para os produtos ofertados nos bares escolares;	Santa Maria
Incentivo à produção agroecológica;	Três Palmeiras
Procurar estabilizar recursos, linhas de crédito para viabilizar sua produção	Três Palmeiras
Elaborar um programa que vise o manejo sobre as águas do município;	Três Palmeiras
Capacitação do agricultor familiar quanto tornar sua propriedade autossustentável;	Três Palmeiras
Instituir um fórum municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a aumentar a produção orgânica	Três Palmeiras
Criar um programa municipal de assistência técnica e agricultura familiar de forma mais direcionada e de forma prioritária	Três Palmeiras
Trabalhar por meio da permacultura, a qual garante práticas agrícolas sem custo e sem uso de agrotóxicos, que estimule a agricultura familiar e permite a alimentação saudável e de verdade;	Três Palmeiras
Instituir o programa municipal para famílias que estão em situação de insegurança alimentar, através de uma formação empreendedora que permitirá a permanência no município, assim buscando melhor qualidade de vida;	Três Palmeiras
Criação de um programa com incentivo da produção e sementes e mudas;	Três Palmeiras
Fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Três Palmeiras
Criação de cooperativas indígenas com incentivo à produção agroecológica.	Três Palmeiras
Comprometimento dos Três Poderes e menos burocracia na execução dos programas sociais;	Encon. Tem. Proj. Sisan.
Adequar os alimentos adquiridos através das compras institucionais (PNAE e PAA) às diferenças culturais alimentares dos Povos e Comunidades Tradicionais e os cardápios da merenda escolar às necessidades especiais dos alunos;	Encont. Metropolitano
Implantar políticas municipais e estaduais de abastecimento, criando programas de comercialização de alimentos a baixo custo, estimulando o pequeno varejo e priorizando os alimentos de primeira necessidade, de forma a garantir que todos os cidadãos tenham acesso à alimentação;	Encont. Metropolitano
Organizar ações para facilitar o acesso da população local a alimentos produzidos por pequenos produtores e grupos comunitários criando espaços (feiras, Círculos de Compras, etc) para compra direta de produtos com preços mais acessíveis e qualidade garantida e a origem dos alimentos assegurada;	Encont. Metropolitano
Criar em Estados e Municípios iniciativas públicas capazes de combater o desperdício de alimentos através da promoção de qualificação das redes incentivando doação de produtos provenientes do excedente da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária e troca simultâneas com articulação de iniciativas capazes de contribuir para suplementação alimentar de segmentos sociais extremamente vulnerabilizados (apenados, catadores e população de rua, enfermos asilares, etc) em parceria com restaurantes populares e cozinhas comunitárias, sob supervisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);	Encont. Metropolitano
Promover a conexão da produção agro alimentar local e regional, estimulando a formação de consórcios intermunicipais de comercialização e produção com criação de infra estrutura para comercialização de produtos da agroindústria familiar dos pequenos agricultores, produtores, artesãos etc;	Encont. Metropolitano
Incluir a representação dos consumidores nas instâncias públicas deliberativas e nos Programas de compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);	Encont. Metropolitano
Empreender ações envolvendo a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS), Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e graduações em Nutrição de universidades no concernente a geração de dados e informações sobre o consumo e qualidade de frutas, verduras e	Encont. Metropolitano



legumes objetivando a construção de mecanismos que permitam aos supermercados informar e orientar o consumidor compartilhando com estes, dados sobre a qualidade da alimentação disponibilizada nas gôndolas ,obedecendo aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor(CDC);	
Incentivar e estimular, entre os consumidores ,procedimentos de lavagem, retirada de cascas e folhas externas de verduras visando a redução de resíduos de agrotóxicos presentes nas superfícies dos alimentos;	Encont. Metropolitano
Produção de indicadores e divulgação de pesquisas governamentais revelando a vulnerabilidade alimentar da população em situação de rua e catadores de recicláveis para implementação de políticas de SAN;	Pop em Situação de Rua
Aperfeiçoar o processo de busca ativa para a inclusão de catadores e pessoas em situação de rua e catadores no cadastro único da assistência social (CAD ÚNICO) utilizando espaços de distribuição de alimentação gratuita em via pública e equipamentos públicos de alimentação e nutrição utilizados por estas populações;	Pop em Situação de Rua
Que o Programa Bolsa Família contribua para a inclusão das famílias em situação de rua e catadores que atendam aos critérios e condicionalidades designados mediante a contratação de recursos humanos para a realização da busca ativa em pontes, arroios, valões e viadutos;	Pop em Situação de Rua
Divulgar e publicizar nos CRAS e CREAS listas de famílias e beneficiários atendidos pelo Programa Bolsa Família (PBF) com respectivos rendimentos mensais, contribuindo com a transparência do Programa;	Pop em Situação de Rua

8. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE USO DA ÁGUA	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Criar estratégias urgentes para proteção da água	Canoas
Incentivo ao produtor através da disponibilidade a água potável, ao saneamento básico ao serviço de saúde, que garanta a qualidade de vida.	Miraguaí
Acesso à água de qualidade a todos e incentivo ao seu uso de forma racional, (ex. reaproveitamento da água da chuva);	Caxias do Sul
Acesso à água de qualidade a todos e incentivo ao seu uso de forma racional, (ex. reaproveitamento da água da chuva);	Caxias do Sul
Diretriz 6 ausente. Há monitoramento da qualidade microbiológica da água de AF	S. Livramento
Baixa qualidade da água	São Leopoldo
Incentivo a produção de alimentos para consumo próprio e construção de depósitos de água de chuva (cisternas) aos beneficiários do Programa Bolsa Família, com suporte técnico, sendo condicionalidade para receber benefício	Ilópolis
Cuidar da água e da propriedade do agricultor com oficinas de capacitação	Cristal
Estimular o uso consciente da água como elemento alimentar e aperfeiçoamento de legislações que regulamentem a sua utilização racional e que a reconheçam como bem público, inclusive na fiscalização quanto ao uso racional e ao manejo	Campo Novo
Apoio e adoção de métodos de captação, armazenamento, gerenciamento e distribuição de água de qualidade para o consumo humano, animal e produção de alimentos, que preservem os recursos naturais renováveis e as nascentes dos cursos de água e incentivem e promovam a recuperação de áreas degradadas.	Crissiumal
Melhoria ao acesso de água de qualidade para consumo a população na área rural e urbana.	Santa Cruz do Sul
Capacitação da população sobre formas de se tratar a água, bem como destinação dos dejetos. Com a realização de planejamentos ambiental/sanitários.	Tenente Portela
Na semana da água: Trabalhar a água como elemento essencial para a vida, e abordar temas que envolvam a qualidade da mesma.	Tenente Portela
A irrigação das hortas escolares deverá ser feitas com o reaproveitamento das águas das chuvas.	Colégio



	Mesquita
acesso à água potável para consumo e criação de alternativas para reaproveitamento da mesma evitando desperdícios;	Encon. Tem. Proj. Sisan.
Assegurar acesso a água aos agricultores familiares para uso humano e atividades agropecuárias , através da recuperação de nascentes , com participação e aprovação das comunidades envolvidas;	Encont. Metropolitano



EIXO TEMÁTICO II: Estratégias e políticas públicas em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local

1. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE EDUCAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E INFORMAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Desenvolver parcerias com as instituições de ensino superior locais para projetos e pesquisas voltados a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável da população;	Caxias do Sul
Criação de projeto de incentivo ao aleitamento materno nas empresas e escolas de educação infantil, através da disponibilização de espaço físico adequado;	Caxias do Sul
Utilizar o espaço do programa Família na Escola para abordar temáticas relacionadas a alimentação;	Caxias do Sul
Implementar a educação alimentar e nutricional nos currículos escolares	Caxias do Sul
Ampliar o Projeto Ação Integrada em forma de viandas aproveitando as cozinhas das escolas para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar	Caxias do Sul
Incentivar a qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social para que estas possam se inserir no mercado de trabalho e/ou contribuir com a renda familiar oportunizando a aquisição de uma alimentação de maior qualidade;	Caxias do Sul
Criar espaços para a divulgação da agricultura familiar;	Caxias do Sul
Divulgar a existência e funções do Banco de Alimentos	Caxias do Sul
Viabilizar aos consumidores o conhecimento da procedência dos alimentos que consomem, oportunizando desta forma a possibilidade de escolha na hora de comprar.	Erval Seco
Promover campanhas em todas as esferas de governo que incentivem o consumo de alimentos in natura, como frutas e hortaliças.	Erval Seco
Incentivar e fomentar os espaços públicos e privados de alimentação para que gradativamente ofereçam somente alimentos com base agroecológica, fortalecendo o comércio local, garantindo menores custos e ofertando alimentos adequados e saudáveis nesses ambientes	Erval Seco
Valorizar o protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável	Erval Seco
Respeitar e apoiar as práticas tradicionais de saúde de povos indígenas e povos de comunidades tradicionais reconhecê-las e descriminalizá-las para que com seus conhecimentos possam garantir a segurança alimentar de seus povos	Erval Seco
Manter um processo de educação permanente em segurança alimentar e nutricional, dirigida aos gestores, profissionais de diversas áreas e conselheiros da sociedade civil, visando o desenvolvimento de capacidades para formulação e implementação da política de segurança alimentar e nutricional e seus programas de ação.	Erval Seco
Ampliação do incentivo para a produção de alimentos para autoconsumo;	Santa Rosa
Fiscalizar e controlar a propaganda na mídia de alimentos ultraprocessados, que ferem o direito humano a alimentação adequada e saudável;	Santa Rosa
Educação profissional para os jovens, direcionado ao incentivo à permanência na agricultura;	Santa Rosa
Incentivar a formação dos agricultores através de cursos oferecidos pela Emater, sindicatos, Embrapa, dentre outros, visando a promoção da agricultura familiar;	Santa Rosa
Incentivar a pesquisa de tecnologias limpas para a produção de alimentos;	Santa Rosa
Fortalecer o papel das universidades no preparo do aluno para usar os conhecimentos na produção de alimentos saudáveis;	Santa Rosa
Aumentar o número de profissionais qualificados, com formação, para trabalhar com educação nutricional para a população;	Santa Rosa
Inserir a educação nutricional no currículo básico escolar e na forma de temas transversais;	Santa Rosa
- Incentivar pais e crianças da rede escolar pública e privada a consumirem alimentos saudáveis, através de uma campanha municipal em parceria com COMSEA, secretarias municipais de educação, saúde, agricultura, assistência social e meio ambiente.	Cachoeira do Sul
Proibir a comercialização de produtos ultraprocessados com índices de sódio, açúcar e gordura acima	Cachoeira do



dos permitidos pela OMS nos estabelecimentos de ensino.	Sul
Ter a identificação correta dos alimentos transgênicos a fim de esclarecer o consumidor. E esta identificação deve estar no rótulo de maneira bastante legível de modo a não gerar dúvidas para quem for comprar o produto.	Tupandi
Políticas, estratégias e programas que viabilizem a educação nutricional nos espaços de educação e aprendizado.	Passo Fundo
Desenvolver legislação que obrigue cantina escolares a oferecer opções saudáveis aos alunos ou que proíba a oferta de determinados alimentos.	Passo Fundo
Organização e articulação de eventos provendo alimentação saudável, caracterizando o município como promotor de saúde;	Passo Fundo
Ter no currículo escolar a disciplina de Educação Alimentar e Nutricional	Tupandi
Incentivar a reformulação dos currículos escolares, cursos de nível superior e escolas técnicas em consonância com as diretrizes da segurança alimentar e nutricional.	Tupandi
Deveria haver maior conscientização do consumidor na aquisição os alimentos.	Agudo
Implantação de uma disciplina nos currículos escolares que aborde a temática Educação Alimentar de forma interdisciplinar.	
Através das escolas, promover ações para identificar de onde vem nosso alimento, conhecer o que estamos consumindo de agrotóxicos, visto que a educação é o melhor caminho para a conscientização e valorização da participação social;	Palmares do Sul
Incentivar o consumo de alimentos in natura, ampliando o acompanhamento das nutricionistas para a redução no consumo dos alimentos processado e ultraprocessados.	Palmares do Sul
Capacitação de Merendeiras	Palmares do Sul
Criar mecanismos contábeis que facilitem a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar para alimentação via PNAE.	Bagé
Que os currículos escolares na serie iniciais contemplem a abordagem de SANS.	Bagé
Que os municípios ofertem anualmente cursos de educação alimentar e SANS à população.	Bagé
Discutir a criminalização quanto ao desperdício de alimentos, realizando debates na forma de seminários de empoderamento da população sobre o verdadeiro enfoque do conceito de alimentos e não de produtos.	Gravataí
Incentivar o consumo e produção de alimentos orgânicos nas escolas e auxiliar alunos, professores e merendeiras no sentido de melhor entendimento desses programas alimentares além de incluir educação alimentar no currículo escolar.	Canguçu
Contratação de mais nutricionistas, por meio de consumo público, garantindo a implementação da política de educação nutricional nas escolas, creche, e com as famílias, com ações no diagnóstico nutricional, ações intersetoriais com educadores das várias disciplinas e demais atribuições do profissional.	Crissiumal
Efetivar a fiscalização das cantinas escolares.	Ijuí
Incentivar propagandas de educação alimentar na mídia.	Ijuí
Incluir disciplinas de educação alimentar no currículo escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio.	Ijuí
Garantir acesso a informação e capacitação aos trabalhos nas diferentes esferas do governo e da população sobre SAN.	Lagoa Vermelha
Inserir no currículo escolar, técnicas agrícolas, conteúdos de educação alimentar e nutricional.	Lagoa Vermelha
Criar espaços de debates para o entendimento da relação ao acesso aos alimentos.	Porto Alegre
Criar um programa permanente de formação para lideranças e organizações sociais que promovam a SAN sobre o SISAN e a Política Nacional de SAN.	Porto Alegre
Realizar pesquisas e divulgação sobre resíduos químicos da água da cidade (pública)	Porto Alegre
Restringir ou até mesmo proibir a existência de bares nas escolas onde é fornecida a alimentação escolar; (Propostas dos Pescadores)	Porto Alegre
Introduzir no currículo escolar a disciplina de educação alimentar, para que as crianças tenham	Porto Alegre



noções da importância do que é se alimentar. (Propostas dos Pescadores)	
Ter um controle mais efetivo na distribuição da comida da alimentação escolar. (Propostas dos Pescadores)	Porto Alegre
Criar um espaço adequado para a escola para cursos e EJA (demandas para outras políticas). (proposta indígena)	Porto Alegre
Manutenção e ampliação do Programa Saúde na Escola, melhorando a articulação entre secretarias de educação e de secretaria de saúde.	Santa Cruz do Sul
Manutenção e ampliação das equipes do NASF para o fortalecimento das ações de educação permanente na alimentação saudável.	Santa Cruz do Sul
Manter, ampliar, fortalecer e criar cursos de aproveitamento de alimentos.	Santa Cruz do Sul
Maior divulgação do Plano de SAN Estadual.	Santa Cruz do Sul
Aquisição de no mínimo 50% da merenda escolar na produção agrícola local.	Tenente Portela
Educação permanente junto as escolas buscando uma aquisição de uma merenda ecológica e orgânica no Município. Com capacitação continuada das merendeiras para o manuseio e boas práticas quanto aos produtos orgânicos.	Tenente Portela
Incentivar a reformulação dos currículos escolares, cursos de nível superior e escolas técnicas em consonância com as diretrizes de a segurança alimentar e nutricional;	São Lourenço do Sul
Incluir no currículo escolar o conteúdo sobre segurança alimentar e nutricional, e práticas saudáveis e oportunizar momentos de alimentação saudável na escola.	Colégio Mesquita
Introduzir no currículo escolar o plantio, o cuidado, a colheita e a distribuição de alimentos saudáveis através de feiras de troca-troca nas escolas.	Colégio Mesquita
Introduzir no currículo escolar o plantio, o cuidado, a colheita e a distribuição de alimentos saudáveis através de feiras de troca-troca nas escolas.	Colégio Mesquita
A irrigação das hortas escolares deverá ser feitas com o reaproveitamento das águas das chuvas.	Colégio Mesquita
Que o governo crie programas que subsidiarão essas iniciativas nas escolas, com recursos para aquisição de equipamentos e organização dos espaços físicos para estas ações.	Colégio Mesquita
Que o calendário escolar inclua momentos de rodas de conversa e palestras para comunidade sobre o tema da segurança alimentar e nutricional.	Colégio Mesquita
Instituir em todas as escolas do território Nacional o dia da alimentação saudável.	Colégio Mesquita
DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR COM: diminuindo os produtos industrializados são mais acessíveis que alimentos orgânicos, mas são mais prejudiciais a saúde... Existe também a questão de quais alimentos realmente são mais prejudiciais a saúde, pois para espantarem as pragas utilizam agrotóxicos... Comer o mais saudável possível, buscar soluções para modificar nossa alimentação.	Colégio Mesquita
CONSCIENTIZAÇÃO: Instituições responsáveis pela alimentação que inicie desde o pré até o fim, pois para modificarmos algo temos que saber como... Voluntários para passar tudo que é necessário e até mais para a alimentação ser modificada, nós mesmos indo conscientizar as pessoas... Compartilhar nossos conhecimentos com os outros...	Colégio Mesquita
Educação permanente em relação a alimentos saudáveis...	Colégio Mesquita
Divulgação através de redes sociais e em todas as mídias sobre a importância da alimentação saudável.	Colégio Mesquita
A criação de programas para divulgar e explicar os benefícios e malefícios dos alimentos ajudaria. O fato do governo arrecadar mais impostos faz com que as informações sobre esses alimentos sejam escassas.	Colégio Mesquita
Incentivar e expandir o cultivo de alimentos em casa sem o uso de agrotóxicos.	Colégio Mesquita



Expor os efeitos colaterais da ingestão de alimentos produzidos com agrotóxicos é uma maneira para fazer as pessoas repensarem sua ingestão.	Colégio Mesquita
Melhorar a capacitação teórica e prática das equipes técnicas de ATER com base em conceitos da agricultura urbana agroecológica e de metodologias participativas (de pesquisa, diagnóstico, monitoramento e planejamento), que permitam superar as práticas baseadas na extensão rural tradicional	AUP
Ampliar o aporte nutricional da merenda escolar fornecendo-a, também, nas férias escolares a beneficiários do Programa Bolsa Escola e discentes atendidos pelos Programas Escola Aberta e Mais Educação;	Encont. Metroplitano
Capacitar o corpo docente das escolas de ensino fundamental para o desenvolvimento de ações pedagógicas no campo nutricional, incluindo a criação de programas educacionais de educação para o consumo.	Encont. Metroplitano
Contribuir para a divulgação nas escolas de material educativo sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), informando os canais de denúncia e exigibilidade reforçando a importância de Ouvidorias, Corregedorias, Promotorias e Comissões Legislativas de Direitos Humanos, Ministério Público e Defensorias para a exigibilidade do seu cumprimento;	Encont. Metroplitano
Estimular nos municípios a criação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAES) Mirins, compostas por alunos e produtores;	Encont. Metroplitano
Fomentar a implementação, na rede pública escolar, da logística e dos equipamentos adequados para aquisição, armazenamento e preparo adequado da alimentação escolar, com capacitação de merendeiras e contratação de nutricionistas.	Encont. Metroplitano
Implantação de cursos de pós graduação em Segurança Alimentar e Agro ecologia nas doze (12) regiões de Segurança Alimentar do Rio grande do Sul em parceria com universidades federais, estaduais e privadas;	Encont. Metroplitano
Realizar oficinas de capacitação em Educação Alimentar Nutricional (EAN, como fazer, como acessar, sua importância para a saúde, dentre outros temas) em parceria com o Programa SESC/Mesa Brasil e laboratórios do CEITEC nas doze (12) regiões de segurança alimentar e nutricional (SAN) do Rio Grande do Sul;	Encont. Metroplitano
Criar Núcleos de Estudos permanentes e Centros de Referência em Agroecologia nos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFES) em parceria com universidades e cooperativas representativas dos agricultores familiares;	Encont. Metroplitano
Incentivar e aumentar a incidência de Programas estimuladores da alimentação orgânica (Pró- Orgânico, SAPI, etc) para produtores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ampliando a oferta de produtos agro ecológicos na merenda escolar;	Encont. Metroplitano
Desenvolver e implementar programas de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros ecológicos e a sua inclusão na merenda escolar e na alimentação de apenados e beneficiários do Cadastro Único da Assistência Social (CAD ÚNICO);	Encont. Metroplitano
Ampliar recursos para assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em todas as etapas da cadeia produtiva, priorizando a produção agroecológica, o associativismo e o cooperativismo através de metodologias participativas voltadas para a realidade da agricultura familiar, com ampliação do quadro técnico e qualificação de profissionais;	Encont. Metroplitano
Desburocratizar a emissão de DAP's (DAP Mulher, DAP Jovem, DAP Urbana) sem custo para seus beneficiários aumentando o repasse anual para o público do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);	Encont. Metroplitano
Aumentar o recurso para a alimentação escolar	São Luiz Gonzaga



2. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE EQUIPAMENTOS DE SAN	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Implantação do Banco de Leite Humano no município	
Criação de projeto de incentivo ao aleitamento materno nas empresas e escolas de educação infantil, através da disponibilização de espaço físico adequado	Caxias do Sul
Aumentar o número de restaurantes populares e cozinhas comunitárias e/ou a quantidade de refeições fornecidas nos locais já existentes;	Caxias do Sul
Ampliar o número de hortas comunitárias, bem como aumentar a visibilidade das mesmas ; Incentivar a criação de hortas dentro do sistema prisional;	Caxias do Sul
Ampliar o Projeto Ação Integrada em forma de viandas aproveitando as cozinhas das escolas para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar	Caxias do Sul
Divulgar a existência e funções do Banco de Alimentos;	Caxias do Sul
Implantar um laboratório público regional de análises de resíduos, permitindo a fiscalização adequada da utilização de agrotóxicos na produção de alimentos.	Caxias do Sul
Incentivar a criação de programas que promovam o intercâmbio de experiências entre os participantes das Hortas Comunitárias e oferta de cursos de qualificação e gestão; (VEIO DO EIXO 3)	Caxias do Sul
Incentivar as Agroindústrias Familiares e organizar as Centrais de Comercialização de Produtos Orgânicos.	Erval Seco
A criação do banco de sementes; Restaurantes Populares; Cozinhas Comunitárias;	Santa Rosa
Manutenção e fortalecimento da ASCAR para facilitar a assistência técnica na agricultura familiar;	Santa Rosa
Potencializar o Serviço de Inspeção Municipal	Tupandi
Garantir a manutenção dos serviços da ASCAR como entidade de assistência técnica e extensão rural social na promoção da segurança e soberania alimentar no meio rural	Tupandi
Garantir ações de ATER que ampliem e qualifiquem a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar.	Tupandi
Fortalecer as ações da ASCAR na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza rural.	Tupandi
Fazer feiras locais de venda e troca de produtos dos agricultores familiares.	Tupandi
Ampliar e fortalecer a formação de grupos de certificação participativa em todas as esferas.	Tupandi
Criar políticas públicas, em todas as esferas de governo para a manutenção da biodiversidade (sementes crioulas, fauna, flora, solo, recursos hídricos...).	Tupandi
Incentivo à bancos de alimentos, feiras, restaurantes populares e oferta de alimentos em geral, através de política, programa e estratégias municipais.	Passo Fundo
Possibilitar a continuidade do Programa Fomento/EMATER.	Erval Seco
Para evitar o desperdício dos restaurantes industriais criar o Programa Prato Solidário que repassa os alimentos para as entidades devidamente cadastradas no conselho de Assistência Social no município de Bento Gonçalves.	Bento Gonçalves
Viabilizar a criação de um banco de Alimentos no município de Bento Gonçalves mesmo sem o Centro de Abastecimento.	Bento Gonçalves
Estimular que todos os restaurantes do município informem o uso e quantidade de corantes artificiais (proibidos na União Européia) e gorduras trans.	Bento Gonçalves
Incentivo às feiras locais;* Importante articular a Assistência Social e EMATER;	Palmares do Sul
Promover a abertura e reabertura urgente dos RP como forma de amenizar a insegurança alimentar local.	Gravataí
Fomentar a criação de centros de referência de SAN nas instâncias federal, estadual, distrital, municipal, regional e territorial, com caráter multidisciplinar, intersetorial e ligados ao poder executivo, voltados para a realização de processos de formação, pesquisa e monitoramento.	Crissiumal
Estimular através de insumos e de cooperação técnica a produção alimentar nas áreas urbanas;	Porto Alegre
Identificar através de pesquisas de manifestação de interesse quem deseja operar em espaços destinados a hortas comunitárias;	Porto Alegre



Implantar mais restaurantes populares. (Proposta dos Pescadores)	Porto Alegre
Implantar um restaurante popular no centro de Porto Alegre. (proposta indígena)	Porto Alegre
Incentivo a criação e manutenção de Bancos regionais de alimentos.	Santa Cruz do Sul
Melhorar a logística da entrega produção agrícola para localidades mais distantes da sede dos municípios.	Santa Cruz do Sul
Implementar bancos públicos de sementes crioulas, bem como ações de acesso e distribuição aos agricultores familiares.	Santa Cruz do Sul
Criação de espaços para feiras de economia solidaria, produtores familiares, com venda de produtos ecológicos e orgânicos.	Tenente Portela
Incluir nos programas de atenção domiciliar, os temas de segurança alimentar e nutricional.	Colégio Mesquita
Que o governo determine que instituições públicas com refeitórios comprem, preparem e distribuam alimentos respeitando as diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional.	Colégio Mesquita
Incentivar o cultivo de hortas comunitárias, reunindo vizinhos com o objetivo de alimentação mais saudável e de coesão social	Colégio Mesquita
Trazer alimentos mais saudáveis para a escola. Ex: saladas de frutas.	Colégio Mesquita

3. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE INSTÂNCIAS DO SISAN, RECURSOS HUMANOS, POLITICAS PÚBLICAS	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Disponibilizar maior número de nutricionistas nas políticas públicas relacionadas à SAN, para que as ações e programas já existentes sejam executados com efetividade;	Caxias do Sul
Saneamento Básico a toda população;	Caxias do Sul
Criar um programa, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura, que possibilite o uso dos resíduos das podas de árvores, como material a ser compostado e que possa servir de adubo orgânico para a agricultura familiar;	Caxias do Sul
Fomentar cada vez com mais força os Programas tais como: PRONAF, ATER, PAA, PNAE, PLANAPO e PRONARA, pois com eles é possível disponibilizar a produção de alimentos que tenham origem em sistemas de produção diferenciados. Maior apoio a benefícios eventuais (cestas básicas, PAA).	Erval Seco Santa Rosa
Incentivar e priorizar a demanda de profissionais na área de acompanhamento e assistência técnica junto às famílias produtoras de alimentos.	Erval Seco
Possibilitar o incentivo ao reflorestamento de frutíferas em áreas de APP.	Erval Seco
Desenvolvimentos de políticas públicas intersetoriais que promovam a saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional.	Erval Seco
O pagamento de valor diferenciado para produtos orgânicos (30% a mais)	Santa Rosa
A implantação de políticas públicas que gerem garantias ao produtor	Santa Rosa
Manutenção do Bolsa Família em função de auxiliar na renda familiar e na compra dos alimentos;	Santa Rosa
Cursos de qualificação profissional no âmbito da alimentação, aproveitamento integral de alimentos;	Santa Rosa
Programas de aquisição de alimentos e incentivo a alimentação saudável e agroecológica;	Santa Rosa
Adesão ao Programa Mais Educação para educação integral e acesso à alimentação saudável nas escolas;	Santa Rosa
Aumento do percentual da alimentação adquirida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar; Municipalização da alimentação escolar. Acompanhamento e orientação nutricional nas escolas;	Santa Rosa
Reajuste do valor repassado por aluno para alimentação escolar pela união (aumento do valor dos produtos alimentícios e aquisição de produtos da agricultura familiar);	Santa Rosa
Maior integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais na busca do acesso à alimentação adequada e saudável;	Santa Rosa



Aproveitamento dos alimentos em sua integralidade. ex.: cursos do Cozinha Brasil SESI;	Santa Rosa
Parceria e trabalhos integrados entre educação, desenvolvimento social e saúde;	Santa Rosa
Decreto de calamidade pública;	Santa Rosa
Fiscalizar a comercialização dos alimentos industrializados nas cantinas escolares;	Santa Rosa
Promover a capacitação dos profissionais envolvidos no preparo e fornecimento de alimentação em instituições a fim de promover a alimentação saudável e adequada e a segurança nutricional da população;	Santa Rosa
Ter no currículo escolar a disciplina de Educação Alimentar e Nutricional	Tupandi
Incentivar a reformulação dos currículos escolares, cursos de nível superior e escolas técnicas em consonância com as diretrizes da segurança alimentar e nutricional.	Tupandi
Assegurar profissionais de nutrição em número suficiente-Resolução nº465/2010 do CFN, nas redes de ensino e nas unidades básicas de saúde;	Passo Fundo
Prover um maior número de nutricionistas atuando no município que oriente a atuação dos nutricionistas na prevenção de mau alimentos e por consequência de doenças crônicas não transmissíveis no PPAP.	Passo Fundo
Ações/programas/políticas públicas para o enfrentamento de questões centrais para a garantia da SAN em São Leopoldo: PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, Feiras da agricultura local orgânica/ famílias, Hortas comunitárias, Bolsa Família, Incentivos Políticos para agricultura familiar, Banco de Alimentos Vale dos Sinos (OSCIPI), PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, Valorização da agricultura local, Conferências Municipais (Saúde, SAN, Meio Ambiente), EMATER/ASCAR, Vigilância Sanitária, programas sociais da UNISINOS que atuam na área de SAN;	São Leopoldo
Construção de relatório contendo as deliberações da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Novo Hamburgo
Sensibilização dos gestores municipais para adesão ao Sistema (COMSEA: reunião com Prefeito e Secretariado/ entrega e reflexão do relatório)	Novo Hamburgo
Instituição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN	Novo Hamburgo
Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	Novo Hamburgo
Mapeamento da rede municipal (ações e serviços) de Segurança Alimentar e Nutricional	Novo Hamburgo
Fortalecimento do COMSEA	Novo Hamburgo
Inserção no Plano Plurianual das demandas de segurança alimentar e nutricional	Novo Hamburgo
Os gestores não participam para a construção de uma SAN eficiente	São Leopoldo
Falta ou pouco conhecimento por parte dos gestores e comunidade em geral das políticas e legislação vigentes	São Leopoldo
Ausência de Secretaria Municipal de Agricultura	São Leopoldo
Falta de integração entre as secretarias;	São Leopoldo
Pouca participação dos setores interessados na construção de políticas em SAN	São Leopoldo
Ausência de Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que viabilizaria a implementação de agroindústrias de produtores locais	São Leopoldo
Necessidade de existir certa flexibilidade por parte dos órgãos fiscalizadores do ponto de vista sanitário no que tange à empreendimentos da agricultura familiar, oferecendo alternativas possíveis e dentro da legalidade para a solução de possíveis irregularidades.	São Leopoldo
Criação da Lei Municipal de SAN com garantia de dotação orçamentária para política de SAN no município que abrange as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social (intersectorial), enfatizando uma alimentação adequada e saudável a fim de prevenir doenças relacionadas a Má alimentação (prevenção)	Ilópolis
inclusão do pescado na alimentação escolar (no âmbito estadual ainda não há inclusão)	Rio Grande
Apreciação e deliberação da proposta enviada pelo município de Bento Gonçalves para execução do Programa de Aquisição de alimentos, sendo que o município já aderiu ao Programa de Aquisição de alimentos -PAA em maio de 2014.	Bento Gonçalves
Atualmente o PNAE é o programa que funciona plenamente em nosso município. O PAA esta em fase	Agudo



de implantação , sendo que estamos no aguardo dos repasse para sua efetiva implementação . O Bolsa Família também beneficia inúmeras famílias. Mas deveria haver maior controle desses recursos pelas famílias (cartão com sistemática semelhante ao Vale- alimentação).	
Em nível municipal temos o Programa Pró Leite e o Frutas em Agudo, como alternativas de diversificação da produção familiar.	Agudo
Implantação de CONSEAS – cadeiras específicas dos agricultores nos espaços de articulação da sociedade estimulando a participação;	Palmares do Sul
Incentivar a elaboração do Plano de Segurança Alimentar;	Palmares do Sul
Criar espaços para a discussão destas temáticas, Fóruns, etc;	Palmares do Sul
Desburocratizar o acesso ao crédito e facilitar o acesso aos programas de financiamento às mulheres. Rever exigências que impossibilitam comunidades tradicionais de ter acesso e em virtude de tais exigências, obrigados a buscar outras alternativas para a sobrevivência, bem como rever exigências para a liberação do crédito para que o valor recebido não seja inferior aos gastos com as adaptações a serem realizadas;	Palmares do Sul
Implantação de Planos Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – articulação com toda sociedade;	Palmares do Sul
Incentivo à participação nos Conselhos;	Palmares do Sul
Campanha junto aos gestores para que os municípios façam sua adesão ao SISAN.	Bagé
Que os gestores municipais promovam programas de contrapartidas dos serviços ofertados pelas secretarias de agropecuárias lincados a melhorias de saneamento básico ou a implementação de hortas e pomares com assistência técnica.	Bagé
Manter e ampliar políticas públicas, como o PAA, PNAE e programas de agroecologia	Camaquã
Criar políticas públicas em todas as esferas de governo para a manutenção da biodiversidade (sementes, crioulas, fauna, flora, solo, recursos hídricos, etc...)	Camaquã
Integrar as dimensões de saúde, educação, assistência social, sustentabilidade, direitos humanos, consumo ético e solidário em relação ao olhar do sujeito.	Crissiumal
Incentivar o governo (municipais, estadual e federal) a adquirir produtos da agricultura familiar	Erechim
Criar campanhas incentivando o consumo de produtos da cultura e produção local	Erechim
Nos centros maiores, criar pontos de vendas com horários que favoreçam o consumidor	Erechim
Incluir o profissional Nutricionista e Assistente Social com membro da equipe da Estratégia de Saúde da Família.	Ijuí
Proporcionar Campanhas permanentes de incentivo ao aleitamento materno.	Ijuí
Criar um Plano de Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Nova Palma
Ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população	Nova Palma
Criação de um programa de qualificação técnica aos agricultores voltados para a agricultura familiar. Um programa mais efetivo que acompanhe e oriente a agricultor.	Santiago
PRONAF, PAA, Equipamentos públicos: Banco de Alimentos e Cozinha Comunitária, Bolsa Família, SISVAN, PNAE e Políticas Públicas.	Santo Ângelo
É necessário cursos e palestras de Conscientização para o produtor rural sobre saúde, e produção de alimentos sem agrotóxicos.	Santo Ângelo
Formação e implantação de relógio do corpo humano em várias localidades da área rural e setores do município, principalmente em escolas e entidades sociais.	Santo Ângelo
Fomentar, fortalecer e divulgar os trabalhos dos conselhos de segurança alimentar e nutricional.	Lagoa Vermelha
Integração entre as secretarias.	Lagoa Vermelha
Ampliar o valor do repasse ao programa nacional de segurança alimentar e PAA.	Lagoa Vermelha
Assistência técnica gratuita e continua que qualifique a produção e consumo local , fortalecendo pequenos agricultores.	Lagoa Vermelha
Criar rede estadual de apoio a organizações sociais conveniadas com organizações de alimentos, dotando-as de infra-estrutura adequada para logística, transporte, distribuição e armazenamento de	Porto Alegre



produtos da indústria, agroindústria e agricultura familiar envolvendo os entes federados.	
Implantar PAAs específicos no município, atendendo as necessidades alimentares específicas de povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de matriz africana, possibilitando a sua atuação enquanto receptores, produtores e comercializadores de produtos da agricultura familiar e agroecológica;	Porto Alegre
Fortalecer a participação das agriculturas e dos agricultores familiares no CAE e nos conselhos municipais de assistência social, educação e segurança alimentar para que suas demandas específicas sejam atendidas;	Porto Alegre
Investimento nas políticas de preservação das florestas, nascentes e mananciais;	Porto Alegre
Garantir que as políticas de SANS, não sejam impostas e sim que sejam trabalhadas com os beneficiários. (Proposta dos Pescadores)	Porto Alegre
Garantir que o PAA seja implementado para os Povos Indígenas, com recursos específicos para este segmento, para aquisição de alimentos da cultura, tais como: peixe, carne suína, galinha, batata-doce, aipim	Porto Alegre
Criar um espaço para os povos indígenas de Porto Alegre para debaterem a política de Segurança Alimentar e Nutricional com encontros semestrais com a presença de entidades que trabalham com esta política	Porto Alegre
Aumentar a cota de compra do PAA	Porto Alegre
Fortalecimento das ações emergenciais em situações de insegurança alimentar.	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos, que beneficiam entidades, fornecimento de cestas básicas e equipamentos de SAN.	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer o Programa de crédito para incentivo a diversificação das propriedades rurais.	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer a assessoria a grupos de produção e comercialização agroecológica	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer políticas públicas de ATER.	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer feiras rurais de produtores, inclusive as feiras rurais itinerantes.	Santa Cruz do Sul
Ampliar e fortalecer as ações do Bolsa Família, melhorando a articulação entre secretarias envolvidas.	Santa Cruz do Sul
Além das diretrizes do Plano Nacional de SAN, é recomendável que os CONSEAs Estaduais abordem também TEMAS EMERGENTES e/ou LOCAIS, isto é, novos temas estratégicos prioritários não abordados nas Diretrizes do Plano Nacional de SAN, mas que são considerados como relevantes e inovadores no âmbito local-comunitário-territorial-regional-municipal-estadual.	Santa Cruz do Sul
Plano de aceleração de crescimento da agricultura familiar (produção, transformação, comercialização).	Santa Cruz do Sul
Pesquisa e políticas públicas para produção agroecológica, tanto no meio rural quanto no urbano.	Santa Cruz do Sul
Incentivo a agricultura urbana para os quintais orgânicos	Santa Cruz do Sul
Criação do plano municipal e regional de SAN	Santa Cruz do Sul
Estruturar e fortalecer os Conselhos e as CAISAN's, avançando para o Plano de SAN Estadual	Santa Cruz do Sul
Compor um grupo para ser realizadas discussões a nível municipal com reuniões sistemáticas para discussões sobre as políticas públicas que envolvam as questões de Segurança Alimentar e Nutricional.	Tenente Portela
Organização de grupos para trabalhar junto a todas as comunidades do Município para realização de atividades para produção da alimentação saudável e orgânica	Tenente Portela



Disponibilizar uma assistência técnica (equipe multidisciplinar) específica para das um amparo aos produtores rurais na produção ecológica e orgânica dos produtos, e com certificação desta produção.	Tenente Portela
Estruturação de uma organização de produtores e consumidores no Município, levando em consideração a época de produtividade de cada artigo.	Tenente Portela
Garantir a manutenção dos serviços da ASCAR como entidade de assistência técnica e extensão rural social na promoção de segurança e soberania alimentarem no meio rural, assim como, fortalecer as ações da ASCAR na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza rural;	São Lourenco do Sul
Garantir às ações de Assistência Técnica Rural a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar, assim como, garantir esta assistência pública e gratuita a agricultura familiar, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, pecuaristas familiares, extrativistas e demais povos e comunidades tradicionais, como estratégia de fortalecimento das políticas públicas de SAN (PNAE, PAA, Fomento a Inclusão Social e Produtiva);	São Lourenco do Sul
Manter e desburocratização o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE e Programas de Agro ecologia fortalecimento da CONAB;	São Lourenco do Sul
Abertura de editais para implantação de Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar a municípios de pequeno e médio porte, assim como, a garantia de um sistema de escoamento da produção agrícola, através de boa logística, estradas em condições, ferrovias e hidrovias;	São Lourenco do Sul
Indicar aos Gestores Municipais a adesão ao SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar).	São Lourenco do Sul
Liberação dos recursos de repasses do PAA Institucional às Prefeituras para estruturação do programa nos Municípios;	São Lourenco do Sul
Criação de Micro Crédito para o fortalecimento de cooperativas de pescadores e Agricultura Familiar para capital de Giro;	São Lourenco do Sul
Ampliar o Fomento Produtivo (PBSM) para faixa de pobreza acima de R\$ 77,00 per capita;	São Lourenco do Sul
Reforçar e Adequar a realidade o PNCF;	São Lourenco do Sul
Incentivar a produção de hortas comunitárias e hortas escolares;	Três Palmeiras
Introduzir no currículo (PPP) escolar a disciplina de Educação Ambiental;	Três Palmeiras
Buscar diminuir os custos de alimentos orgânicos;	Três Palmeiras
Formular uma campanha vinculada à Secretaria da Saúde, Educação e Agricultura Estadual para diminuir o uso de agrotóxicos;	Três Palmeiras
Introduzir no currículo escolar (PPP) a disciplina de Educação Alimentar;	Três Palmeiras
Qualificar a agricultura familiar quanto a manipulação e higiene dos alimentos, bem como repassar conhecimento quanto ao valor nutricional dos produtos oriundos deste setor;	Três Palmeiras
Criação de um programa municipal que vise o consumo consciente, este sendo de cunho educativo e que possa estar se inter-relacionando com todos os setores envolvidos (agricultura/ comercio/ escolas/ vigilância sanitária);	Três Palmeiras
Organização de Feiras da Agricultura Familiar municipais, estaduais e nacionais;	Três Palmeiras
Criação de Shopping das Agriculturas Familiares.	Três Palmeiras
Que a política nacional de medicamentos também respeite a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros.	Colégio Mesquita
Que o governo determine que instituições públicas com refeitórios comprem, preparem e distribuam alimentos respeitando as diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional.	Colégio Mesquita
Incentivar o cultivo de hortas comunitárias, reunindo vizinhos com o objetivo de alimentação mais saudável e de coesão social.	Colégio Mesquita
A criação de programas para divulgar e explicar os benefícios e malefícios dos alimentos ajudaria. O fato do governo arrecadar mais impostos faz com que as informações sobre esses alimentos sejam escassas.	Colégio Mesquita



A iniciativa teria que ser primeiramente do governo, também incentivos na escola, até para eles estarem por dentro do que estão ingerindo e saber o quão perigoso é.	Colégio Mesquita
Que o governo intensifique a Reforma Agrária para aumentar a produção da agricultura familiar.	Colégio Mesquita
Articulação com FESANS, CONSEA RS através do GTD 2.	AUP
Atualização dos Planos Diretores e inclusão de Zonas Especiais de SAN	AUP
Vínculos com outras políticas e ações (em escala federal, estadual e local);	AUP
Promover novos diagnósticos das práticas de AUP	AUP
Inclusão de Zonas Especiais de SAN nos Planos Diretores Municipais;	AUP
Promover o acesso a espaços urbanos para produção	AUP
Fortalecer o diálogo com os movimentos sociais, com destaque para os movimentos de reforma urbana, de luta pela moradia, dos sem terra e da agroecologia.	AUP
Pautar a AUP na V Conferência de SAN e demais conferências associadas à temática (das Cidades, Igualdade Racial, Assistência Social, SAN, Saúde Indígena, Saúde, dentre outras).	AUP
Organizar o Mapa da AUP desenvolvida por agricultoras e agricultores de Porto Alegre, Região Metropolitana e dos Municípios do Interior do Estado.	AUP
Aumentar recursos de linhas de crédito para os agricultores (as) familiares com juros diferenciados do agronegócio, bem como promover a desburocratização fiscal, visando a isenção de taxas e impostos para produtos comercializados através de associações ou cooperativas de agricultores, objetivando verticalização da renda e melhoria das condições de vida e trabalho;	Encont. Metropolitano
Adequar a realidade de gastos do campesino a tabela de preços mínimos do PAA/CONAB de acordo com os valores pagos pelo PNAE;	Encont. Metropolitano
Estabelecer critérios para ingresso de famílias beneficiárias no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) levando em consideração a insegurança alimentar, vazio de atendimento e vulnerabilidade social e local;	Encont. Metropolitano
Realização de pesquisa direta com comensais de restaurantes populares e cozinhas comunitárias sobre a qualidade dos serviços ofertados e impacto destes sobre sua saúde e orçamento familiar;	Pop em Situação de Rua
Promover mapeamento, recenseamento e estimativa percentual de catadores e população em situação de rua como parte de projeto de extensão universitária reunindo prefeitura e universidades avaliando questões referentes a acesso a programas de distribuição e transferência de renda e institucionais de habitação de interesse social, benefícios previdenciários e assistenciais, percepção de insegurança alimentar e situação atual de acesso a equipamentos de alimentação e nutrição;	Pop em Situação de Rua
Articular Dioceses e organizações religiosas que ofertam alimentação em via pública num Conselho de Organizações Religiosas sediado no Restaurante Popular de Porto Alegre objetivando o funcionamento deste equipamento nos feriados e finais de semana e distribuição de alimentação ao público atendido de segunda a sexta feira, o cadastramento e mapeamento destas organizações no município, aferição da qualidade do alimento distribuído e instituição de parcerias com o poder público;	Pop em Situação de Rua
Criação de oficinas de produção e preparo de alimentos naturais;	São Luiz Gonzaga
Superação da assistência técnica rural fragmentada para a diversificação da produção;	São Luiz Gonzaga
Cursos de SENAR: estimular a cooperação como forma de superar o individualismo;	São Luiz Gonzaga
Melhorar o acesso ao crédito para a produção de alimentos	São Luiz Gonzaga



4. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE LEGISLAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Aprovar uma legislação que facilite a doação de alimentos dos restaurantes;	Caxias do Sul
Decreto de calamidade pública;	Santa Rosa
Desenvolver legislação que obrigue cantina escolares a oferecer opções saudáveis aos alunos ou que proíba a oferta de determinados alimentos.	Passo Fundo
Providências através do Ministério Público para exigir a identificação/rotulagem, informando a população dos alimentos produzidos com agrotóxicos e transgênicos.	Passo Fundo
Fiscalizar a comercialização dos alimentos industrializados nas cantinas escolares;	Santa Rosa
Revisão da legislação atual considerando a adequação legal (âmbito sanitário) das diretrizes de produção/manipulação dos produtos oriundos da agricultura familiar preservando a identidade e o modo de produção local.	Tupandi
Criação da Lei Municipal de SAN com garantia de dotação orçamentária para política de SAN no município que abrange as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social (intersetorial), enfatizando uma alimentação adequada e saudável a fim de prevenir doenças relacionadas a Má alimentação (prevenção)	Ilópolis
Ausência de Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que viabilizaria a implementação de agroindústrias de produtores locais	São Leopoldo
Identificação nos rótulos de alimentos em relação às substâncias que fazem parte da composição do produto e suas causas no organismo;	Palmares do Sul
Muitas vezes os pequenos e médios produtores desistem em função das exigências legais;	Palmares do Sul
Criação de uma política nacional de regulamentação da publicidade e rotulagem de alimentos.	Bagé
Maior controle e regulamentação da venda de alimentos nas escolas.	Bagé
Ampliar e fortalecer a formação de grupos de certificação participativa em todas as esferas	Camaquã
Revisão da legislação atual considerando a adequação legal (âmbito sanitário) das diretrizes de produção e manipulação dos produtos oriundos da agricultura familiar preservando a identidade e o modo de produção local, como o exemplo do queijo serrano	Camaquã
Revisão na legislação que limita a participação do produtor na alimentação escolar a R\$ 20.000,00/ano, ampliando a mesma para, no mínimo R\$ 60.000,00/ano	Camaquã
Viabilizar aos produtores rurais e agroindustriais contratos de compra assegurados por um período superior a 12 meses.	Canguçu
Rever a legislação, promovendo a venda de alimentos da agricultura familiar.	Erechim
Criar lei, regimento interno nos municípios para incentivar as pequenas propriedades e agricultura familiar.	Lagoa Vermelha
Desenvolver uma política de certificação coletiva dos produtos orgânicos nas três esferas do governo que favoreça a agricultura familiar.	Lagoa Vermelha
Unificação e implementação do sistema de inspeção menos burocrático.	Lagoa Vermelha
- Fomentar incentivos para que o jovem permaneça no campo, desenvolvendo atividades voltadas a agricultura familiar (evitando o êxodo rural).	Lagoa Vermelha
Criar lei municipal proibindo a utilização de venenos e transgênicos;	Porto Alegre
Criar mecanismos para baratear os alimentos orgânicos e integrais a fim de torná-los acessíveis à maioria da população.	Porto Alegre
Agilizar os projetos de demarcação de terra indígena, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (demanda para outras políticas)	Porto Alegre
Alterar a lei de COMSAN's para incluir 03 vagas de titulares para os povos indígenas(01 Kaingang , 01 Guarani e 01 Charrua)	Porto Alegre
Legalizar a Zona Rural, para garantir a soberania alimentar, qualidade dos alimentos e da cultura rural. (proposta dos agricultores)	Porto Alegre
Criar a Secretaria Municipal de Agricultura e Segurança Alimentar	Porto Alegre
Cumprir a lei da compra local e do preço justo para o PAA, o PNAE e outras formas de compras da	Porto Alegre



Agricultura Familiar	
Criar legislação federal que garanta a manutenção das zonas rurais dos municípios brasileiros, como espaços indispensáveis para a promoção da segurança e soberania alimentar, restringindo a implantação de novos empreendimentos urbanos, como loteamentos e condomínios nos tradicionais territórios de produção de alimentos.	Porto Alegre
Ampliar e fortalecer as ações do SISVAN, melhorando a articulação e apropriação das ações e do monitoramento nutricional entre as secretarias envolvidas.	Santa Cruz do Sul
Tornar mais acessível o processo de produção e certificação de alimentos orgânicos (diminuição do custo burocracia), assim diminuindo o custo ao consumidor.	Santa Cruz do Sul
Desenvolver mecanismos como taxas para indústrias de produtos ultraprocessados, ou que tenha muita concentração de sais, açúcares e gorduras.	Santa Cruz do Sul
Revisão da legislação atual considerando a adequação legal (âmbito sanitário) das diretrizes de produção/manipulação dos produtos oriundos da agricultura familiar preservando a identidade e o modo de produção local;	São Lourenço do Sul
Que o governo proíba no território nacional a comercialização de alimentos transgênicos.	Colégio Mesquita
Que o governo, garanta o direito à informação nos rótulos dos produtos compostos por alimentos transgênicos.	Colégio Mesquita
Fiscalização pesada em relação ao uso de agrotóxicos	Colégio Mesquita
Os deputados querem tirar o aviso de alimento transgênico, primeiramente devemos impedir que tirem, em seguida precisamos esclarecer o pensamento da sociedade sobre os mesmo	Colégio Mesquita
Que o governo diminua os impostos dos alimentos agro ecológicos.	Colégio Mesquita

5. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE DESENVOLVIMENTO RURAL , AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Incentivar as Agroindústrias Familiares e organizar as Centrais de Comercialização de Produtos Orgânicos.	Erval Seco
Incentivo a diversificação na produção de produtos agroecológicos ampliando a produção na agricultura familiar.	Erval Seco
Incentivar e fomentar os espaços públicos e privados de alimentação para que gradativamente ofereçam somente alimentos com base agroecológica, fortalecendo o comércio local, garantindo menores custos e ofertando alimentos adequados e saudáveis nesses ambientes	Erval Seco
Apoio à agricultura familiar na produção agroecológica com certificação, para incentivo e empoderamento à venda para alimentação escolar; Redução da burocratização para os processos de implantação de agroindústrias familiares;	Santa Rosa
Trazer mais cursos, empresas e órgãos para perto da agricultura familiar;	Santa Rosa
Incentivo à população ao consumo de produtos orgânicos, esclarecendo a importância destes alimentos na alimentação humana, fortalecendo a educação alimentar e nutricional;	Santa Rosa
Troca de alimentos adquiridos na chamada pública; Fortalecimento do fundo de agricultura (aumento de valores) para situações de restrição da produção e plantação.	Santa Rosa
Fiscalizar a propaganda, a venda e o uso de agrotóxicos;	Santa Rosa
Incentivar programas/orientações para o uso adequado do solo e da água;	Santa Rosa
Incentivar a formação dos agricultores através de cursos oferecidos pela Emater, sindicatos, Embrapa, dentre outros, visando a promoção da agricultura familiar;	Santa Rosa
Incentivar o acesso à internet no campo, a fim de proporcionar acesso a informação, capacitação, educação e divulgação dos produtos produzidos localmente;	Santa Rosa



Subsidiar a produção orgânica para que os alimentos orgânicos tenham um valor mais acessível;	Santa Rosa
Educação profissional para os jovens, direcionado ao incentivo à permanência na agricultura;	Santa Rosa
Subsidiar a aquisição da propriedade rural para os jovens filhos de agricultores;	Santa Rosa
Desburocratizar e facilitar a implantação de pequenas empresas e agroindústrias provenientes da agricultura familiar, como forma de manter os agricultores familiares no campo;	Santa Rosa
Ampliar gradativamente até 50% a participação da agricultura familiar na alimentação escolar e incluir este modelo de aquisição de alimentos em outras compras institucionais (hospitais, presídios, quartéis, etc);	Santa Rosa
Estimular a criação de espaços públicos para a comercialização de produtos da agricultura familiar, como feiras livres, feiras do produtor, dentre outras.	Santa Rosa
Promover Políticas de sucessão familiar, com incentivo a permanência do jovem no meio rural ajustadas às necessidades de infraestrutura, tecnologia, saúde, lazer, educação, dentre outras, garantindo a produção de alimentos de qualidade.	Tupandi
Proibir a comercialização de produtos ultraprocessados com índices de sódio, açúcar e gordura acima dos permitidos pela OMS nos estabelecimentos de ensino.	Cachoeira do Sul
Ter a identificação correta dos alimentos transgênicos a fim de esclarecer o consumidor. E esta identificação deve estar no rótulo de maneira bastante legível de modo a não gerar dúvidas para quem for comprar o produto.	Tupandi
Criação de política pública para incentivo a hortas urbanas comunitárias de produção de alimentos;	Passo Fundo
Providências através do Ministério Público para exigir a identificação/rotulagem, informando a população dos alimentos produzidos com agrotóxicos e transgênicos.	Passo Fundo
Apoiar no transporte dos alimentos para garantir melhor qualidade do produto	Cristal
Realizar estudo da possibilidade da Inclusão do alimento da agricultura familiar na mesa do usuário PBF, pago por uma parcela (30%) do recebimento do Programa	Miraguaí
Cadastramento de mulheres que realizam “manejo” do peixe (sec.da pesca).	Rio Grande
Aplicar a legislação vigente como critério para sanções em relação ao uso indevido de agrotóxicos.*	Bento Gonçalves
A influencia externa, tanto na produção como no consumo e um dos entraves do sistema agroalimentar. Assim há pouca valorização da culinária local e regional sendo que deveria ser fomentada alguma gincana entre as escolas par ao resgate da produção de semente crioulas e a culinária típica de cada região do município.	Agudo
O preço também influencia muito o consumidor final. Assim , os custos de produção deveriam diminuir,o que acarretaria um preço final menor , o que levaria , conseqüentemente, um consumo maior de alimentos saudáveis.	Agudo
Implantação de um Programa Municipal de Agroindústrias, com incentivos fiscais e tributários.	Agudo
Fortalecimento do cooperativismo, associativismo. Possui a informação, mas não consegue agregar os grupos, geralmente os grupos devem se agregar naturalmente. Partir da necessidade da melhor qualidade de vida, planejamento, capacitação. E este processo geralmente leva três gerações.	Palmares do Sul
Divulgação dos riscos do agrotóxico ao organismo. Hoje o ser humano consome 7,2 litros de agrotóxico por ano;	Palmares do Sul
Assessoria por parte dos técnicos do Poder Executivo aos pequenos produtores para elaboração de projetos de nível federal, bem como auxiliar os mesmo para que tenham o acesso a informação necessárias para o seu desenvolvimento;	Palmares do Sul
Incentivo às feiras locais;* Importante articular a Assistência Social e EMATER;	Palmares do Sul
Reforçar o comprometimento do gestor com a garantia da SAN, fomentando com os gestores Municipais e estaduais assumam a pauta de agricultura familiar e agroecológica;	Palmares do Sul
Muitas vezes os pequenos e médios produtores desistem em função das exigências legais;	Palmares do Sul
Estratégias para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos órgãos públicos desvinculados da licitação;	Palmares do Sul
Fortalecimento da produção e consumo local dos alimentos;	Palmares do Sul
Fortalecimento do PAA, bem como estipular que sejam adquiridos produtos orgânicos pelo programa;	Palmares do Sul



Criar mecanismos contábeis que facilitem a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar para alimentação via PNAE.	Bagé
Que os gestores municipais promovam programas de contrapartidas dos serviços ofertados pelas secretarias de agropecuárias ligados a melhorias de saneamento básico ou a implementação de hortas e pomares com assistência técnica.	Bagé
Garantir ações continuadas que fortaleçam e qualifiquem a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional, fortalecendo a agricultura familiar e criando incentivos para a sucessão familiar.	Gravataí
Fortalecer as ações de regulação de preços dos alimentos (agricultor e consumidor) através dos Conselhos e Fóruns locais e regionais- instancias reconhecidas de controle social.	Gravataí
Criar políticas públicas de fortalecimento da biodiversidade local, cadeias produtivas , sementes crioulas, resgate da cultura alimentar.	Gravataí
Fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, pecuaristas familiares e povos tradicionais para o processo de comercialização e inclusão produtiva em cadeias curtas de acordo com a realidade local	Camaquã
Mais recursos tecnológicos para o produtor rural, principalmente para que o jovem tenha desejo de continuar trabalhando no campo.	Canguçu
Realizar o mapeamento da agricultura urbana e periurbana identificando perfil do agricultor. Reconhecer a prática da agricultura urbana e periurbana enquanto potencializadora do combate à pobreza, à insegurança alimentar, à degradação ambiental e a exclusão socioespacial, propiciando a diversificação e incremento da alimentação das famílias pela produção para o consumo, a geração de renda, o acesso mais democrático a cidade, em cumprimento a função social da terra urbana.	Crissiumal
Incentivar grupos e associações para a criação de cooperativas de produção e comercialização de alimentos que vão à mesa da população	Erechim
Investir em tecnologias (irrigação, estufas, entre outras) para produzir alimentos, respeitando a sazonalidade e também pensando nas embalagens adequadas para transporte;	Erechim
Viabilizar a política pública de ATERS para que se torne um processo permanente	Erechim
Fortalecer e ampliar as unidades de cooperativismo, incluindo a ATERS	Erechim
Promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos, realizadas em base equitativas.	Nova Palma
Dar maior incentivo com créditos bancários aos pequenos agricultores.	Santiago
Fortalecimento do agricultor familiar e das suas organizações.	Lagoa Vermelha
Incentivar as hortas comunitárias e familiares.	Lagoa Vermelha
Promover parcerias entre ação social, EMATER e população em geral.	Lagoa Vermelha
Democratizar os programas de acesso de alimentos na cultura de cada povo – respeitar a soberania alimentar.	Porto Alegre
Incentivar a agricultura orgânica por meio de campanhas.	Porto Alegre
Possibilitar que a Política Municipal de Segurança Alimentar crie uma campanha Porto Alegre livre de venenos e transgênicos;	Porto Alegre
Fomentar pesquisas de identificação de agrotóxicos e transgênicos dos alimentos da CEASA e outros pontos de venda e abastecimento;	Porto Alegre
Criar política de valorização de sementes crioulas;	Porto Alegre
Criar orientação técnica e incentivar a implantação de hortas comunitárias; (Propostas dos Pescadores)	Porto Alegre
Implantar Feira de Produtos Orgânicos nas Ilhas das Flores e Pintada. (Propostas dos Pescadores)	Porto Alegre
Garantir acesso a uma política de segurança alimentar com hortas comunitárias, abastecimento com implantação de feiras, oficinas de educação alimentar saudável, grupos de idosos e jovens. (Propostas dos Pescadores)	Porto Alegre
Criar um programa Nacional com subsídio de 100 % para a produção de subsistência dos povos indígenas, garantindo o acesso a insumos, como por exemplo, sementes e ferramentas, respeitando as especificidades de cada comunidade	Porto Alegre



Criar fundo municipal de apoio financeiro a transição agroecológica (proposta agricultores)	Porto Alegre
Ampliar o quadro técnico da EMATER/ASCAR e dar mais autonomia ao serviço de extensão	Porto Alegre
Melhoria no acesso as tecnologias para produção, como irrigação e sistemas protegidos, para produção sustentável	Santa Cruz do Sul
Instituir ações de valorização aos empreendimentos comerciais de alimentação que utilizem e ofertam alimentos saudáveis da agricultura familiar local ou regional.	Santa Cruz do Sul
Incentivo ao consumo de produtos da época, bem como os produtos locais e regionais	Santa Cruz do Sul
Incentivo a diminuição do uso dos agroquímicos.	Santa Cruz do Sul
Diminuição da burocracia e criação de legislação específica para agroindústrias familiares.	Santa Cruz do Sul
Subsídios para a produção agroecológica e para o uso de tecnologias pelos agricultores familiares	Santa Cruz do Sul
Subsídios para certificação da produção agroecológica.	Santa Cruz do Sul
Fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, pecuaristas familiares e povos tradicionais para o processo de comercialização e inclusão produtiva em cadeias curtas de acordo com a realidade local, aumento do valor do teto do agricultor (DAP);	São Lourenço do Sul
Fortalecimento da produção orgânica e sua certificação social e a criação de mecanismos de comercialização local, regional e estadual de produção orgânica;	São Lourenço do Sul
Falta de zoneamento para uso de agrotóxicos;	Santa Maria
Desvalorização dos saberes locais, e do conhecimento da realidade local;	Santa Maria
Engessamento dos gestores públicos e dos agentes de assistência técnica;	Santa Maria
Construir políticas públicas de feiras – agricultor próximo do consumidor;	Santa Maria
Que o governo distribua recursos nas áreas de segurança alimentar e nutricionais de maneira que oportunize aos agricultores, de produtos orgânicos, competirem de maneira mais igual com as grandes indústrias.	Colégio Mesquita
Optar por controle "natural" de pragas... Ações: Cada um plantar seu alimento, sem ser necessário a utilização de agrotóxicos... Plantar e cultivar... Melhor educação sobre alimentação... Utilização de garrafas pets para plantação de alimentos naturais...	Colégio Mesquita
Incentivar o cultivo de hortas comunitárias, reunindo vizinhos com o objetivo de alimentação mais saudável e de coesão social.	Colégio Mesquita
Foi apontado que é difícil achar os alimentos sem agrotóxicos e quando encontrados é, relativamente, mais caro. Produtores diziam que os agrotóxicos era algo benéfico, mas com estudo aprofundado percebemos que não é isso (devemos tomar uma atitude pra mudar). Se mobilizar é o único meio de reduzir ou retirar os transgênicos, devemos incentivar que isto aconteça com mais força. Também, talvez surgisse mais emprego na área da agricultura.	Colégio Mesquita
Esta iniciativa de retirar os alimentos transgênicos deve partir do governo, pois os alimentos transgênicos são referentes a boa parte da exportação do Brasil o que envolve muito dinheiro	Colégio Mesquita
Os deputados querem tirar o aviso de alimento transgênico, primeiramente devemos impedir que tirem, em seguida precisamos esclarecer o pensamento da sociedade sobre os mesmo.	Colégio Mesquita
Incentivar a agro ecologia e eliminar ou diminuir os alimentos transgênicos.	Colégio Mesquita
Nós mesmos podemos plantar alimentos na nossa residência.	Colégio Mesquita
Promover novos diagnósticos das práticas de AUP	AUP
Fortalecer o diálogo com os movimentos sociais, com destaque para os movimentos de reforma urbana, de luta pela moradia, dos sem terra e da agroecologia	AUP
Mais incentivo por parte da EMATER/RS;	São L. Gonzaga



Organização de um Banco de Alimentos na Secretaria da Agricultura;	São L. Gonzaga
Levar demandas aos órgãos competentes;	São L. Gonzaga
Melhorar a infraestrutura para o meio rural: encascalhamento de estradas;	São L. Gonzaga
Organização da produção	São L. Gonzaga

06. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE GÊNERO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Proporcionar visibilidade ao papel da mulher como agente econômico	Palmares do Sul
Paridade de gêneros na composição dos conselhos;	Palmares do Sul
Garantir os direitos territoriais e a sociobiodiversidade como: pescadores, comunidades tradicionais, quilombolas, etc;	Palmares do Sul
Fortalecer e respeitar a soberania alimentar dos povos tradicionais de matriz africana, povos indígenas e outros na cidade de Porto Alegre.	Porto Alegre
Criar cartão alimentação para as refeições nos restaurantes populares – Com a elaboração de um decreto municipal, garantindo a gratuidade de alimentação mediante um cartão alimentação com 3 refeições, nos 7 dias da semana, com o comprometimento dos poderes e apoio das entidades municipais para moradores de rua e catadores;	Porto Alegre
Garantir o acesso a alimentos frescos, descentralizando as feiras e criando políticas de incentivo a postos de vendas de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos;	Porto Alegre
Promover o direito a alimentação de todo o povo em vulnerabilidade;	Porto Alegre
Na política municipal, estadual e nacional deve ser ampliada às populações que vivem na rua, sem tetos e outros sem endereço fixo, contemplando o acesso a alimentação adequada garantindo o direito humano a alimentação adequada, para isso: Contemplar essas populações através de programas socioassistenciais como o bolsa família e outros instrumentos já existentes e com orçamento;	Porto Alegre
Criar políticas de fomento e fortalecimento as organizações sociais urbanas e rurais; Identificar através do CAD-ÚNICO e cadastro no SUS para atendimento das populações específicas em situações de insegurança alimentar criando mecanismos e instrumentos de acesso a alimentação.	Porto Alegre
Garantir entregas mensais das cestas básicas fornecidas pelo MDS que são distribuídas à População Indígena, em quantidade suficiente, com alimentos de qualidade e com prazos de validade no período para consumo;	Porto Alegre
Criar e divulgar um evento indígena municipal anual no calendário de atividades municipal a ser realizado 01 de Junho a 31 Julho com atividades culturais de cada etnia, com mostra e comercialização de artesanato, comida típica e plantas medicinais.	Porto Alegre
Desenvolvimento de projetos para trabalhar a produção de alimentos com populações que se encontram em situação de extrema pobreza.	Tenente Portela
Avançar na garantia de territórios para as comunidades indígenas, quilombolas e demais PCT, pois o território é condição indispensável para a SAN da população.	Encontro Temático PCT
Investigar as condições de qualidade e adequação das cestas de alimentos fornecidas aos PCT, indígenas, frentes emergenciais e doações simultâneas.	Encontro Temático PCT
QUILOMBOLAS: Redução da burocracia de acesso aos programas e políticas públicas; incentivo à produção de alimentos, facilitando o acesso à DAP e ao crédito fundiário para a compra de sementes e implementos agrícolas; apoio às hortas caseiras com ATER para que as famílias possam produzir diversidade alimentar.	Encont. Temat. Proj. SISAN
PCT- Terreiros: Desburocratizar o sistema que dá acesso às políticas específicas que fomentem a produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos nas áreas urbana e rural; fortalecer os programas sociais dos territórios nas suas formas organizativas; fortalecer os bancos de alimentos, reduzir a burocracia no seu acesso e reduzir o desperdício de alimentos; garantir a implementação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; respeitar e garantir a implantação do Decreto 6.040/2007..	Encont. Temat. Proj. SISAN



<p>INDÍGENAS: Desburocratizar o sistema de acesso às políticas específicas de fomento à produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos nas áreas urbana e rural; fortalecer os programas sociais dos territórios nas suas formas organizativas; fortalecer os bancos de alimentos, reduzir a burocracia no seu acesso e reduzir o desperdício de alimentos.</p>	<p>Encont. Temat. Proj. SISAN</p>
<p>MULHERES AGRICULTORAS: Acesso ao Pronaf; Programa Mais Alimentos; Programa Plano Camponês para correção do solo com adubo orgânico; acompanhamento técnico através da Emater; Projeto Ater Mulher, voltado especificamente para a produção de alimentos de base agroecológica; Projeto MDA desenvolvido pelo SINTRAF e Emater- produção de alimentos agroecológicos específica para mulheres abrangendo os municípios participantes na conferência; recuperação de variedades de sementes crioulas; Projeto Produtivo de construção de estufas para a produção de hortaliças; FEAPERGS - política de crédito para a construção de açudes e PNAE.</p>	<p>Encont. Temat. Proj. SISAN</p>
<p>Reconhecimento e visibilidade da atuação das mulheres na AUP</p>	<p>AUP</p>



EIXO TEMÁTICO III: Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade

1. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE INSTÂNCIAS DO SISAN, EFETIVAÇÃO DO SISAN, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORIGEM
Efetivar a atuação intersetorial nas três esferas de governo, com a criação de políticas conjuntas direcionadas a segurança alimentar e nutricional;	Caxias do Sul
Divulgar à sociedade a existência e funções do CONSEA, CAISAN e SISAN para que esta se empodere desta política;	Caxias do Sul
Construção e implementação do Plano Municipal de SAN;	Caxias do Sul
Fortalecer o conhecimento do SISAN com participação popular na sua construção	Erval Seco
Estimular os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para que cada vez mais possam desenvolver relevantes trabalhos na sociedade e estimular os municípios que ainda não possuem em criar seus próprios conselhos.	Erval Seco
Fortalecer o COMSEA local com o incentivo do Conselho Estadual e Nacional	Erval Seco
A educação permanente dos conselheiros municipais de segurança alimentar e nutricional sustentável;	Santa Rosa
Fortalecimento dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) na busca de melhores condições para produção e consumo de alimentos;	Santa Rosa
Incentivar a educação permanente dos Conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, para empoderá-los a exercerem sua função.	Santa Rosa
Criar arranjo institucional que agregue todas as dimensões da SANS ao que é desenvolvido por todas as secretarias (saúde, agricultura, assistência social, financeiro, meio ambiente, dentre outras);	Santa Rosa
Incentivar a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAs), bem como, outros espaços de diálogo/troca;	Santa Rosa
Construção de um Plano de SANS, implementação do SISAN, interlocução com outros conselhos;	Santa Rosa
Fortalecer a participação social dentro do SISAN, sensibilizando a sociedade civil quanto ao seu papel na promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável.	Santa Rosa
Fortalecer o pacto federativo pela SAN através da formalização de acordos para que as três esferas de gestão se comprometam a desenvolver ações voltadas à promoção e acesso a alimentos adequados e saudáveis. A autonomia e as competências dos entes federados precisam ser preservadas. Torna-se necessária a adesão municipal ao SISAN, bem como, a clareza da sociedade civil e do governo sobre as atribuições de cada parcela, especialmente das Câmaras Intersecretarias, Conferências e Conselhos.	Santa Rosa
As organizações com e sem fim lucrativos para poderem ser inseridas no Sistema, devem atender aos princípios e diretrizes do SISAN e da Política de SANS;	Santa Rosa
Através da ampla divulgação sobre a função do SISAN, sua atribuição e a participação das organizações com e sem fins lucrativos no mesmo;	Santa Rosa
As organizações com e sem fins lucrativos não podem violar a soberania alimentar e nem o direito humano a alimentação adequada e saudável;	Santa Rosa
O pacto federativo se dá com o incentivo a liberdade de expressão e ao empoderamento da sociedade civil relativo a estas questões;	Santa Rosa
Um sistema público, intersetorial, com controle social que promova ações que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) a todos e todas;	Santa Rosa
Um sistema intersetorial, com controle social que garanta ações e recursos financeiros específicos para a gestão do SISAN.	Santa Rosa
Através da consolidação e formalização de acordos envolvendo os três entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), que se comprometam com ações voltadas à promoção da SANS;	Santa Rosa



Construção do Plano Municipal de SANS;	Santa Rosa
Incentivo à criação de conselhos municipais e regionais de SANS;	Santa Rosa
Implementação do SISAN;	Santa Rosa
Política Pública de SANS estruturante e contínua nos municípios;	Santa Rosa
Desenvolver melhorias para as comunidades através de . 1- Elaborar o plano de segurança alimentar a nível municipal. 2- Criar o CAISAN. 3- Aderir ao SISAN.	Cachoeira do Sul
Criar o fundo municipal de segurança alimentar e nutricional com recursos oriundos da arrecadação de multas relacionadas à produção e/ou comercialização de alimentos.	Cachoeira do Sul
Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município.	Tupandi
Fomentar e fortalecer Fóruns de discussão no município promovendo a efetiva participação no controle social incluindo a diversidade de públicos.	Tupandi
Criar Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Passo Fundo
Municípios, estado e união atuando de forma articulada apoiando e incentivando a política nacional de segurança alimentar;	Passo Fundo
Diretriz 7 ausente	S. Livramento
Criação de CONSEA municipal	São Valério do Sul
Empoderamento da Sociedade Civil através do conhecimento da DHAA e do SISAN	Ilópolis
Treinamento de Conselheiros	Ilópolis
Empoderar a comunidade através de ações educativas quanto a SAN em parceria com as secretarias do município	Novo Hamburgo
Divulgar o SISAN para conhecimento da população	Ilópolis
A concretização da adesão do Município ao SISAN, visto que a demanda já está estabelecida e definida, pois dentro do âmbito governamental já existe a mobilização entre as secretarias Municipais juntamente com a sociedade civil.	S. Livramento
Após decretada Lei, que seja imediato feito o decreto para criação do CAISAN Municipal, pois só assim o Município poderá aderir ao SISAN	S. Livramento
Aderindo ao SISAN, por meio do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e elaboração do plano de SAN	S. Livramento
O envolvimento, comprometimento, o monitoramento, a avaliação e a conscientização de mudanças necessárias para o desenvolvimento e concretização de fato desta Política, principalmente o apoio do poder público e participação da comunidade existindo a transversalidade das informações de diferentes esferas	S. Livramento
Representativo, participativo, atuante, Inter setorial e coerente como as demandas apresentadas. Tendo o envolvimento dos Conselhos de Segurança Alimentar nas três esferas Nacional, Estadual e Municipal, com as organizações sociais e a CAISAN	S. Livramento
Estruturação da CAISAN, tanto física como em RH , monitoramento por meio dos envolvidos , programas de formação de equipe técnica, realização de conferências , participação do setor privado e apoio técnico e financeiro	S. Livramento
Esclarecer a comunidade sobre a definição de SAN	Novo Hamburgo
Realizar o levantamento de demandas e mapeamento epidemiológico de grupos quanto a necessidades específicas no município	Novo Hamburgo
Ampliar a divulgação das questões de SAN através do COMSEA-NH	Novo Hamburgo
Propor recursos a serem incluídos no PPA do Município através de solicitação do COMSEA-NH	Novo Hamburgo
Articular com as secretarias do município e COMSEA NH as capacitações para os profissionais da rede de atendimento sobre SAN	Novo Hamburgo
Foi muito enfatizada a relevância de um SISAN que tenha as seguintes características: articulação,	São Leopoldo



diálogo aberto (comunicação transparente), transversalidade.	
Sente-se uma grande carência no que tange a política de segurança alimentar e nutricional e o desconhecimento tanto dos gestores como demais atores sociais envolvidos nos mais variados âmbitos	São Leopoldo
O município ainda não possui um SISAN implantado, contudo existe um movimento articulador para que se garanta o DHAA, mas é preciso avançar nas discussões políticas e disseminação da informação referente à política de segurança alimentar e nutricional.	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Ausência de apoio do poder público, que hoje não possibilita maiores ações e a efetivação do Sistema;	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Falta de apoio para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Leopoldo	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Desconhecimento por parte dos gestores e demais envolvidos e beneficiados para avançar nas discussões a respeito da política de segurança alimentar e nutricional e implantação do SISAN	São Leopoldo
Sensibilizar as entidades civis e governamentais para a relevância do tema Segurança Alimentar e Nutricional no impacto social	S ^a Maria do Herval
Criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional	S ^a Maria do Herval
Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	S ^a Maria do Herval
Criar/construir o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campo Novo, com apoio da esfera regional e estadual	Campo Novo
Criação de Câmaras Regionais no âmbito da Gestão Estadual de apoio aos municípios para a efetivação dos Comseas, Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e adesão ao SISAN	Campo Novo
Fortalecimento do Consea/RS para apoio efetivo aos municípios e regiões	Campo Novo
Os municípios participantes, consideraram que ainda se há muito para avançar nos eixos 1 e 2, sendo estes prioridades para o momento na temática. E entendendo-se que prioritariamente devem acontecer avanços nas discussões dos eixos primários e avanços “concretos”, para que então tenhamos subsídios suficientes para a discussão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	São Martinho
Implantação do SISAN no Município	Miraguaí
A concretização da adesão do Município ao SISAN, visto que a demanda já está estabelecida e definida, pois dentro do âmbito governamental já existe a mobilização entre as secretarias Municipais juntamente com a sociedade civil.	S. Livramento
Após decretada Lei, que seja imediato feito o decreto para criação do CAISAN Municipal, pois só assim o Município poderá aderir ao SISAN	S. Livramento
Aderindo ao SISAN, por meio do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e elaboração do plano de SAN	S. Livramento
O envolvimento, comprometimento, o monitoramento, a avaliação e a conscientização de mudanças necessárias para o desenvolvimento e concretização de fato desta Política, principalmente o apoio do poder público e participação da comunidade existindo a transversalidade das informações de diferentes esferas	S. Livramento
Representativo, participativo, atuante, Inter setorial e coerente como as demandas apresentadas. Tendo o envolvimento dos Conselhos de Segurança Alimentar nas três esferas Nacional, Estadual e Municipal, com as organizações sociais e a CAISAN	S. Livramento
Estruturação da CAISAN, tanto física como em RH, monitoramento por meio dos envolvidos, programas de formação de equipe técnica, realização de conferências, participação do setor privado e apoio técnico e financeiro	S. Livramento
Esclarecer a comunidade sobre a definição de SAN	Novo Hamburgo
Realizar o levantamento de demandas e mapeamento epidemiológico de grupos quanto a necessidades específicas no município	Novo Hamburgo
Ampliar a divulgação das questões de SAN através do COMSEA-NH	Novo Hamburgo



Propor recursos a serem incluídos no PPA do Município através de solicitação do COMSEA-NH	Novo Hamburgo
Articular com as secretarias do município e COMSEA NH as capacitações para os profissionais da rede de atendimento sobre SAN	Novo Hamburgo
Foi muito enfatizada a relevância de um SISAN que tenha as seguintes características: articulação, diálogo aberto (comunicação transparente), transversalidade.	São Leopoldo
Sente-se uma grande carência no que tange a política de segurança alimentar e nutricional e o desconhecimento tanto dos gestores como demais atores sociais envolvidos nos mais variados âmbitos	São Leopoldo
O município ainda não possui um SISAN implantado, contudo existe um movimento articulador para que se garanta o DHAA, mas é preciso avançar nas discussões políticas e disseminação da informação referente à política de segurança alimentar e nutricional.	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Ausência de apoio do poder público, que hoje não possibilita maiores ações e a efetivação do Sistema;	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Falta de apoio para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Leopoldo	São Leopoldo
Entraves destacados no eixo: Desconhecimento por parte dos gestores e demais envolvidos e beneficiados para avançar nas discussões a respeito da política de segurança alimentar e nutricional e implantação do SISAN	São Leopoldo
Sensibilizar as entidades civis e governamentais para a relevância do tema Segurança Alimentar e Nutricional no impacto social	S ^a Maria do Herval
Criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional	S ^a Maria do Herval
Adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	S ^a Maria do Herval
Criação do CONSEA municipal ou microrregional através de estratégias de estímulo à criação	Ilópolis
Criação do Conselho Municipal, criação do Fundo Municipal e elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar	Cristal
Propor criação de Comissão Provisória a partir desta Conferência para Criação do Conselho Municipal, criação do Fundo Municipal e elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar	Cristal
Criar/construir o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campo Novo, com apoio da esfera regional e estadual	Campo Novo
Criação de Câmaras Regionais no âmbito da Gestão Estadual de apoio aos municípios para a efetivação dos Comseas, Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e adesão ao SISAN	Campo Novo
Fortalecimento do Consea/RS para apoio efetivo aos municípios e regiões	Campo Novo
Os municípios participantes, consideraram que ainda se há muito para avançar nos eixos 1 e 2, sendo estes prioridades para o momento na temática. E entendendo-se que prioritariamente devem acontecer avanços nas discussões dos eixos primários e avanços “concretos”, para que então tenhamos subsídios suficientes para a discussão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	São Martinho
Implantação do SISAN no Município	Miraguaí
Criação de programas municipais Inter setoriais (Ex. Sec. De Educação, Sec. De Saúde, Sec. Assistência Social e Sociedade Civil) de educação alimentar e assistência nutricional.	Palmares do Sul
GAVATAI – adesão foi assinada, existe CONSEA , mas é preciso dar continuidade a estruturação do SISAN- CACHOEIRINHA – esta em discussão.-GLORINHA- não aderiu e não tem interesse. Vantagens de aderir ao SISAN? Aplicação de projetos-Elencar as ações de SAN Organizar o que tem e planejar o que não tem par aplicação dos recursos. Articulação com todas as secretarias. Políticas devem ser voltadas para as causas anteriores e não emergências Ganhar cestas básicas. Qualificar as políticas públicas.	Gravataí
Conheciam o SISAN? Sim, porque fazemos parte de entidade e conselhos ligados a segurança alimentar, entretanto a maioria da população e ate mesmo alguns gestores desconhecem.	Bagé



Quais são os componentes fundamentais do SISAN? Intersetorialidade e participação social.3- Em seu município já existe mobilização social pelo SISAN? Não nenhum.	Bagé
Quais seriam as vantagens de se implantar o SISAN ?Ter um plano de ação e implementação de políticas de SAN. Buscar apoio e aporte de recursos para investimento na área .Atender os povos que ainda não estão incluídos. Fazer valer esse direito constitucional que é o Direito Humano a alimentação adequada. Evitar o conflito de interesses .Ter maior engajamento político e participação social.	Bagé
Criação de um consórcio de integração entre os municípios (CAISAN), com objetivo de facilitar o comércio de alimentos na região, através de, por exemplo, a criação de um serviço de inspeção regional e adequação da legislação, com apoio técnico da EMATER/RS.	Palmares do Sul
Promover ações visando sensibilização e convencimento dos gestores públicos para maiores investimentos e ações que objetivem a melhoria da segurança alimentar e nutricional, criando instrumentos para implementação do SISAN.	Palmares do Sul
Garantir recursos financeiros na lei orçamentária do município para a realização de cursos de capacitação e segurança alimentar e a manutenção do sistema de segurança alimentar no município.	Bento Gonçalves
O Município de Agudo já aderiu ao SISAN , mas falta a difusão disto entre os municípes e uma maior integração e diálogo entre os segmentos envolvidos.	Agudo
Participação da população no desenvolvimento das diretrizes do SAN presentes no plano, promovendo dialogo em todas instancias do processo através da ação continua do CONSEA e da CAISAN;	Rio Grande
Criação de indicadores de processo e resultado para verificar o alcance das metas previstas no plano.	Rio Grande
Alinhamento das politicas entre as esferas do governo respeitando as características locais;	Rio Grande
Co-financiamento das politicas permitindo a ampliação das ações e dos recursos humanos;	Rio Grande
Implantação do agentes municipais de segurança alimentar e nutricional (CAISAN, COMSEA, Conferencia...).	Rio Grande
Fortalecer o COMSEA.	Rio Grande
O diagnostico de segurança alimentar a partir da realidade dos bairros;	Rio Grande
Mapear e integrar os diferentes setores do sistema de segurança alimentar e nutricional visando à construção da soberania alimentar;	Rio Grande
Criar e fortalecer espaços de diálogo sobre sistema de segurança alimentar em suas diversas instancias.;	Rio Grande
Garantir a promoção e divulgação com, no mínimo, 4 meses de antecedência do material das Conferências tornando o processo mais articulado;	Caxias do Sul
Criação de Conselhos municipais	Camaquã
Criação de grupos de trabalhos (rede) com SANS	Camaquã
Políticas de incentivos a produção de alimentos orgânicos	Camaquã
Valorização da produção familiar	Camaquã
Desburocratização da legislação para a comercialização de alimentos oriundos da agricultura da agricultura familiar	Camaquã
Facilitar o acesso do jovem do campo às políticas públicas já existentes	Camaquã
Adesão ao SISAN tornará possível o trabalho de planejamento da segurança alimentar, possibilitando o acesso as Leis e regulamentos direcionando os trabalhos de conscientização nas bases das famílias e escolas tratando da importância de consumir um alimento saudável e nutritivo	Canguçu
Estabelecer a Câmara Intersetorial.	Canguçu
Ações que não necessitem de apoio financeiro do governo, onde o COMSEA, na medida do possível, se disponibilizará a trabalhar nas escolas com palestras para pais, alunos e professores sobre a importância da Segurança Alimentar.	Canguçu
Criar fóruns de discussão regional sobre a temática segurança e soberania alimentar.	Ijuí
Incentivar a criação legal dos COMSEAs, CAISANs e Adesão ao SISAN.	Ijuí



Necessidade de Conferencia do COMSEA e sua lei, da CAISAN.	Santo Ângelo
Benefícios e acessos a outros programas de Segurança Alimentar e desenvolvimento. (Para quem aderiu ao Sisan)	Santo Ângelo
Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.	Lagoa Vermelha
Mobilização para a criação e organização de conselhos com envolvimento dos governos e da sociedade civil.	Lagoa Vermelha
Propiciar meios de aumentar a adesão das pessoas em conselhos que visem discutir e disseminar as políticas públicas.	Lagoa Vermelha
Necessidade de informação, mobilização e responsabilização para criação e adequação do SISAN nos municípios.	Lagoa Vermelha
Necessidade de implantação e capacitação aos municípios para implantar o SISAN.	Lagoa Vermelha
Inclusão no orçamento da dotação orçamentária através da secretaria municipal de assistência social para segurança alimentar e nutricional sustentável.	Lagoa Vermelha
Implementar o SISAN Municipal considerando as particularidades de cada segmento da sociedade civil;	Porto Alegre
Divulgar os Conselhos de Segurança Alimentar de forma ampla para a sociedade civil.	Porto Alegre
Construir o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional pela sociedade civil e governo;	Porto Alegre
Articular diferentes segmentos da sociedade civil visando a consolidação do SISAN no município e garantir a sua efetivação a fim de oportunizar a obtenção de recursos financeiros a nível municipal, estadual, federal e internacional;	Porto Alegre
Avaliar, monitorar e realizar o controle social através da exigibilidade para se cobrar do Estado o cumprimento do SISAN;	Porto Alegre
Comprometer o governo federal, estadual e municipal (MDS, Presidência da República, CAISAN, CONSEA Estadual) com o financiamento do SISAN, mediante a adoção de uma política autônoma e independente da política de assistência social, focada no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional existentes com criação destes onde há vazios de políticas e desertos alimentares, intersetorialidade de ações e contratação de recursos humanos para provê-la, efetivando-a de fato;	Porto Alegre
Integrar ações do SUAS e do SISAN buscando a redução das desproteções, situações de vulnerabilidade e riscos sociais no município, agravadas pela insegurança alimentar e nutricional através da construção de uma rede sócio assistencial articulada, intersetorial;	Porto Alegre
Reconhecer o SISAN e a inclusão produtiva enquanto ações complementares no objetivo de prevenir as desproteções investindo na construção de políticas e equipamentos prioritariamente direcionadas ao público do cadastro único e beneficiários dos programas sociais e de transferência de renda Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC);	Porto Alegre
Fortalecer a intersetorialidade da política de segurança alimentar, os conselhos de direitos para exercício do controle social buscando a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação;	Porto Alegre
Criar um Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com garantias de recursos municipal, estadual e federal.	Porto Alegre
Necessária maior sensibilização e maior conhecimento da temática, tanto sociedade civil quanto governamental.	Santa Cruz do Sul
Instituir, ampliar e fortalecer os COMSEAS, incentivando a formação das CAISAN's. Incentivos para a operacionalização das CAISAN's.	Santa Cruz do Sul
Fomentar e modelar o SISAN a partir da participação social, voltado a realidade local, sendo responsável, atuante, bem vinculado ao trabalho em rede, com ideias inovadoras, porém possíveis de serem executadas.	Santa Cruz do Sul
Fortalecimento do processo de construção do SISAN.	Santa Cruz do Sul
Elaborar o plano municipal e neste constar o fortalecimento do SISAN dispondo de recursos para	Santa Cruz do



reuniões, fóruns e para discussões gerais	Sul
Adesão ao sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Tenente Portela
Sensibilizar os Gestores Municipais e suas secretarias com o tema de Segurança Alimentar, a fim de quebrar o paradigma e da cultura do “setorialismo” muito marca na administração pública, para o desenvolvimento e fortalecimento do SISAN nos municípios, e, que estes tenham diálogo e participação da Sociedade Civil, através dos CONSEAs municipais;	São Lourenço do Sul
Fomentar Fóruns, Audiências públicas, reuniões a fim de levar os governos municipais, os órgãos municipais e a sociedade civil, a discussão para melhor elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo o conhecimento, e, uma maior mobilização social para a construção do sistema;	São Lourenço do Sul
Formação para Conselheiros sobre a segurança Alimentar, para que estes tenham amplo conhecimento sobre o assunto além do compromisso, sensibilidade e condições para atender as necessidades e demandas da sociedade e seu papel dentro e fora do Conselho;	São Lourenço do Sul
Marketing das ações de controle de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como melhor aproveitamento das tecnologias disponíveis nos organismos de Pesquisa (exemplo EMBRAPA);	São Lourenço do Sul
Desenvolver estratégias estaduais de estímulo a criação de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, e de fortalecimento dos já existentes.	São Lourenço do Sul
Fortalecimento dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional;	Três Palmeiras
Criação de uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que agregue todos os programas que envolvem alimentação;	Três Palmeiras
Comprometimento dos municípios de formular uma Lei Municipal que faça com que haja a obrigatoriedade de comprar 100% do recurso provindo do FNDE ao PNAE;	Três Palmeiras
Incentivar a fiscalização dos recursos provindos para o município que se destinam a questão do incentivo à agricultura, merenda escolar, dentre outros;	Três Palmeiras
Mobilizar as famílias beneficiadas por programas sociais a participarem de cursos de formação;	Três Palmeiras
Localização de trabalho em equipe para a execução do dia da cidadania em que envolverá diferentes ações de mobilização da comunidade no qual diz respeito a este tema.	Três Palmeiras
Que o CONSEA-RS discuta e avance na criação de condições para viabilizar a representação e a participação de lideranças indígenas no CONSEA-RS, inclusive com custeio de sua vinda para as atividades com passagens, diárias e alimentação	Encontro Temático PCT
Criar e fortalecer um espaço interconselhos das PCT, por ex, CODENE, CEPI e outros Conselhos que integram PCT em seu interior para tratar de temas e questões afins, especialmente de políticas sociais, entre elas a SAN.	Encontro Temático PCT
Por ocasião da composição/recomposição do CONSEA-RS, se estabeleça um amplo diálogo para garantir ao máximo a representação dos PCT na composição do quadro de conselheiros o CONSEA-RS e sua estruturação em comissões.	Encontro Temático PCT
SAN E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA/QUILOMBOLAS E POVO NEGRO - Assegurar a implantação dos CONSEAS, CAISANS e Conferências de SANS; elaborar o Plano Municipal de SANS; garantir financiamentos para o município investir em SANS, fortalecendo os movimentos sociais.	Encont. Temat. Proj. SISAN
SAN E POVOS INDÍGENAS DE PORTO ALEGRE : Assegurar a implementação dos CONSEAS, CAISANS e Conferências de SAN; elaborar o Plano Municipal de SAN; garantir financiamentos para o Município investir em SAN, fortalecendo os movimentos sociais.	Encont. Temat. Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - Criar conselhos municipais para trabalhar do tema da Segurança Alimentar e Nutricional	Encont. Temat. Proj. SISAN
Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade que considere, desenvolva, regulamente, implemente, fomente e apoie A AUP	AUP



2. PROPOSTAS DE CONTEÚDO SEMELHANTE EQUIPAMENTOS DE SAN, POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ORGANICA, EDUCAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO	MUNICÍPIO DE ORÍGEN
Incentivar a criação de programas que promovam o intercâmbio de experiências entre os participantes das <u>Hortas Comunitárias</u> e oferta de cursos de qualificação e gestão;	Caxias do Sul
Promover a Semana da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, envolvendo a sociedade como um todo, a fim de propor debates e formação nos municípios relativos a essa temática;	Santa Rosa
Através da ampliação da <u>produção sustentável de alimentos e da reserva alimentar</u> , através de serviços de <u>Assistência Técnica e Extensão Rural</u> ;	Santa Rosa
Pela ampliação <u>da contratação de técnicos para construir alternativas sustentáveis de produção de alimentos</u> ;	Santa Rosa
Através da <u>unificação de conselhos como o CAE e o de SANS</u> . Parte da dificuldade de criação do SISAN Municipal é pelo fato de existirem muitos conselhos;	Santa Rosa
Pela <u>divulgação e socialização das experiências/vivências relativas à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável nas regiões</u> .	Santa Rosa
<u>Desburocratizar os trâmites legais (legislação sanitária, fiscal e ambiental) para a criação de agroindústrias</u> .	Santa Rosa
Estimular a compra de alimentos produzidos na área urbana através da criação de redes entre agricultores junto à economia solidária.	Canoas
Interrupção do PAA da CONAB: prejuízo aos usuários. Programa deve ser ampliado para atender maior número de pessoas	Canoas
Manter o PAA que auxilia muito a população, mas aumentar a oferta incluindo alimentos não-perecíveis	Canoas
Fortalecimento da agricultura familiar e da sucessão rural	Ilópolis
Ter programa que incentive a reciclagem através da troca de materiais por alimentos	Canoas
Fortalecer o PAA aprimorando, com apoio do Poder Público, o trabalho das entidades participantes do Programa no que se refere a distribuição dos alimentos e acompanhamento das famílias beneficiadas	Cristal
Garantir que todas as ações do PAA sejam executadas de forma articulada entre todas as Secretarias	Cristal
Estipular condicionalidades para os beneficiários do PAA diante das entidades, assim como as entidades devem ter para participarem do Programa	Cristal
Agricultor possua escala de produção	Miraguaí
Promoção e Comunicação do produto da agricultura familiar	Miraguaí
Mobilização e conscientização da comunidade em geral para compra do produto familiar	Miraguaí
Trabalhar mais com crianças para melhorar a alimentação através de oficinas	Canoas
Não permitir a venda de alimentos não saudáveis nas escolas	Canoas
Ampliar projetos de educação alimentar dentro do projeto político pedagógico para a educação infantil	Canoas
Instruir população para produção de adubo orgânico através de restos de alimentos	Canoas
Ampliar o processo de educação alimentar escolar para as famílias	Canoas
Programas de educação alimentar que alerte para os perigos de certos alimentos e condimentos	Canoas
Reforçando os demais eixos debatidos, é preciso formação de qualidade nas graduações que envolva a Segurança Alimentar e Nutricional para que tenhamos um sistema universal, horizontal e fortalecido de fato	São Leopoldo
Município deve estimular o plantio de alimentos, hortas caseiras, elaborar projeto para isso através de apoio e capacitação, de forma que reduza o uso de agrotóxicos	Canoas
Aproveitamento de áreas públicas para plantio, evitando o uso destas áreas para descarte de resíduos	Canoas
Incentivar mais a população com doação de insumos (sementes, adubos orgânicos, terra e outros), para hortas caseiras	Canoas
Incentivo a horta familiar com formação de grupos e multiplicadores e assessoria do município	Canoas



Apoio da Prefeitura para fornecer mudas de árvores frutíferas de forma a melhorar o conforto térmico	Canoas
Ter políticas públicas para a produção de alimentos saudáveis	Canoas
Ter espaço público e/ou ponto de comercialização de alimentos saudáveis, bem como, de economia solidária, cooperativas e agricultura familiar	Canoas
Incentivo Municipal de Entrada e Saída do Produto da agricultura familiar	Miraguaí
Criação de um espaço para Feira Livre dos produtos familiares	Miraguaí
Associação dos agricultores para produção e venda (frutas, verduras, artesanato doméstico, derivados de leite e carnes em geral)	Miraguaí
Estimular o aproveitamento integral de alimentos nas famílias	Canoas
Trabalhar de forma evitar o desperdício de alimentos em todos os níveis	Canoas
Regular a publicidade de alimentos	Canoas
Garantia de preço mínimo dos produtos da agricultura familiar	Miraguaí
Implantar Restaurante Popular Mathias	Canoas
Casa das Juventudes não possuem verba para lanches, gostariam de ter lanches naturais e da agricultura familiar, incluindo equipamentos públicos e projetos sociais	Canoas
Ter mais Restaurantes Populares na cidade, um por quadrante.	Canoas
Município deve incentivar com recursos financeiros a implantação de Cozinhas Comunitárias nos bairros para geração de renda e aprendizagem	Canoas
Fomentar os Bancos de Leite humano para suprir a necessidade da cidade, e verificar a situação nas cidades	Canoas
Maior fiscalização dos produtos de origem animal	Canoas
Discutir com órgãos específicos da produção de alimentos (vigilância sanitária), a legislação vigente, que normatiza esta atividade, de forma a não colocar a economia solidária no mesmo patamar de uma grande empresa. Isso estimularia a comercialização de pequenos empreendimentos urbanos de forma a gerar renda na cidade com a oferta de alimentos mais saudáveis	Canoas
Manter frentes de trabalho	Canoas
Fortalecer agricultura familiar;	Rio Grande
Atuação da FEPAGRO e EMATER no processo de produção da agricultura local;	Rio Grande
Incentivar a agroecologia;	Rio Grande
Promoção de assistência técnica agroecológica pela prefeitura nos locais de produção;	Rio Grande
Desenvolver nas escolas principalmente rurais programas de soberania alimentar;	Rio Grande
Promover a educação permanente sobre educação nutricional.	Rio Grande
A escola, que é uma política pública universal, seja um espaço pedagógico da segurança alimentar sendo somente ofertado alimentos saudáveis;	Rio Grande
Criação de política para agricultores familiares	Rio Grande
Criar oficinas de educação alimentar para difusão de conhecimento sobre nutrição, aleitamento materno, combate ao desperdício, aproveitamento total dos alimentos, confecção de receitas alternativas utilizando talos, cascas, sementes e folhas de vegetais, etc. Ligada à educação alimentar está à higiene pessoal, limpeza da moradia principalmente da cozinha e/ou lugar onde são preparados e produzidos os alimentos.	Bento Gonçalves
Realizar cursos sobre segurança alimentar para os conselheiros, bem como para funcionários da área da saúde, Assistência social, educação e da sociedade civil, visando a intersetorialidade e a formação de multiplicadores das políticas de segurança alimentar nas diferentes secretarias e afins.	Bento Gonçalves
Incentivar a criação do banco de alimentos de Bento Gonçalves, através da centralização de doações de alimentos não perecíveis para democratização as entidades assistenciais, organizando as coletas e doações.	Bento Gonçalves
Implementar restaurante popular com o objetivo de proporcionar o acesso centralizado a uma	Bento



refeição nutricionalmente adequada a população em situação de vulnerabilidade utilizando à área física para capacitações e oficinas.	Gonçalves
Promover cursos de formação para criação de hortas caseiras, escolares e comunitárias em parceria com o IFRS-BG e EMATER como forma de aumentar a oferta de alimentos de alto valor nutritivo e melhorar, principalmente, as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional.	Bento Gonçalves
Realização de pesquisa que demonstre o consumo ideal de cada alimento.	Agudo
Estimular a criação de hortas escolares nas escolas que ainda não possuem.	Agudo
Diversificar a alimentação escolar com produtos da agricultura familiar.	Agudo
Fomentar o dialogo nos municípios entre CRAS , APAE, Sindicatos Rurais , Agricultores ,escolas e Poder Publico.	Agudo
Elaboração de um diagnostico regional sobre a produção e disponibilidade de alimentos, e do estado nutricional da população, bem como das entidades que atuam nessa área da região Este diagnóstico deve ser executado e apoiado, pelo governo municipal, governo estadual, governo federal e universidades.	Palmares do Sul
Incentivo a produção e comercialização, de alimentos orgânicos e ecológico, a exemplo das políticas públicas PNAE e PAA como estratégia de sustentabilidade para produção de alimentos.	Palmares do Sul
Criação de programas municipais Inter setoriais (Ex. Sec. De Educação, Sec. De Saúde, Sec. Assistência Social e Sociedade Civil) de educação alimentar e assistência nutricional.	Palmares do Sul
Incentivo a criação de escolas agrícolas	Camaquã
Investimentos na agricultura familiar para produzir alimentos saudáveis sem agrotóxicos.	Canguçu
Criação de incentivos exclusivos para produtores orgânicos.	Canguçu
Criação de Lei que proíba a existência de bares nas escolas.	Canguçu
Promoção da emancipação social de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo: <ul style="list-style-type: none"> - Geração de emprego e renda com investimento em ações de formação profissional continuada (Pronatec) - Geração de trabalho e renda na forma cooperada, baseada na economia popular solidária (com investimentos na formação profissional e na assistência técnica continuada). - Ações de educação alimentar e nutricional de incentivo a produção ao alto consumo como forma de reduzir custos com a aquisição de alimentos no mercado. - Assegurar a distribuição de cestas que contribuem para a emancipação social e inclusão produtiva dos grupos atendidos, priorizando a aquisição de produtos da agricultura familiar. - Assegurar condições de infraestrutura (cozinha com equipamentos, água potável, energia elétrica, refeitório com mesas e cadeiras) e recursos humanos capacitados para o preparo adequado de refeições saudáveis nas escolas e a promoção da sociabilidade entre os escolares, e que tais condições sejam fiscalizadas pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). - Fortalecer a educação do campo, a partir de metodologias e que qualifiquem a população do campo, especialmente a juventude rural, valorizando a convivência com os biomas, a agricultura de base ecológica, contribuindo para o aumento da autoestima dessa população e a valorização da vida, do saber e do fazer rural. - Apoiar iniciativas tais como: a conservação de sementes crioulas e tradicionais e a economia solidária e mercado justo, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Das escolas do campo, dos currículos escolares e de criação de escolas técnicas agroecológicas, valorizando o trabalho dos jovens e mulheres, e envolvendo estes e a família na gestão da propriedade. - Contribua para gerar autonomia dos sujeitos nas escolhas alimentares processos educativos onde, deve ser assegurado a população o direito a informação sobre os efeitos da utilização de agrotóxicos, hormônios, antibióticos, transgênicos, aditivos alimentares nas etapas de produção, processamento e comercialização dos alimentos, assim como o consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras sódio e açúcares. - Inclusão do tema da alimentação adequada e saudável, no projeto político pedagógico das escolas 	Crissiumal



municipais, estaduais e particulares, por meio da inserção do conteúdo da segurança alimentar nutricional na grade curricular e de forma transversal a outras disciplinas. - Resgatar as práticas alimentares saudáveis e adequadas para aproveitamento integral dos alimentos, realizando divulgação nas escolas e comunidade, veiculando campanhas educativas nas diversas mídias.	
Todos os municípios obrigatoriamente devem dispor de sistema de inspeção e vigilância sanitária ativos.	Erechim
Permitir que profissionais da área de alimentos (como por exemplo, Engenheiros de Alimentos), sejam responsáveis técnicos nos sistemas de inspeção e vigilância sanitária.	Erechim
Dotação de recursos e obrigatoriedade de funcionamento dos conselhos de segurança alimentar para efetivação de políticas públicas	Erechim
Motivar e promover a conscientização sobre a importância da educação para a efetivação do conceito de segurança alimentar.	Erechim
Oficinas nas comunidades sobre o tema “cozinhas alternativas” favorecendo o aproveitamento integral dos alimentos.	Nova Palma
Elaborar uma cartilha sobre segurança alimentar a fim de ser distribuída para a população em geral	Nova Palma
Propor palestras sobre segurança alimentar nas comunidades, visando temas como produção saudável de alimentos e consumo de qualidade e quantidade	Nova Palma
Compor uma equipe técnica para dar sustentabilidade e diversificação na produção.	Santiago
Formar uma rede de planejamento da produção local para atender a demanda local.	Santiago
Fortalecimento da cultura rural com a promoção de políticas públicas para o incentivo e permanência do jovem no meio rural, ajustadas as necessidades de infraestrutura, tecnologia, saúde, lazer, educação, etc. garantindo a produção de alimentos de qualidade.	Lagoa Vermelha
Incentivar a reformulação dos currículos escolares, em consonância com as diretrizes de SAN.	Lagoa Vermelha
Levar para cada município o conhecimento sobre o assunto da segurança alimentar e nutricional do SISAN nos municípios.	Lagoa Vermelha
Construir a Rede Estadual de Assistência às organizações sociais conveniadas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) distribuidoras de alimentação a populações vulneráveis (pessoas em situação de rua e catadores de recicláveis) e povos e comunidades tradicionais, dotando-as de infraestrutura adequada para transporte, distribuição e armazenamento dos produtos da agricultura familiar e produtos agroindustrializados com envolvimento dos entes federados e efetiva ação do controle social;	Porto Alegre
Implementar bancos públicos de sementes crioulas, bem como ações de acesso e distribuição aos agricultores familiares.	Santa Cruz do Sul
Introdução de matérias voltadas a Segurança Alimentar e Nutricional na grade curricular da Educação Básica no Município, sendo cobrado tanto da educação municipal como estadual.	Tenente Portela
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - Criar ou implementar uma legislação que diminua o uso de agrotóxicos utilizados para a produção de alimentos e controle no uso do 24D;	Encont. Temat, Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - produzir alimentos como hortaliças, oleícolas, frutíferas sem a utilização de agrotóxicos;	Encont. Temat, Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - organizar agricultores familiares e suas respectivas propriedades para a produção de alimentos e plantas isentas de agrotóxicos para realizar uma amostra destes produtos para a comunidade;	Encont. Temat, Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - incentivar a não utilização de agrotóxicos criando uma comissão denominada de “Promotores da Alimentação de Verdade” desenvolvendo trabalho nas escolas e nas comunidades;	Encont. Temat, Proj. SISAN
provocar um debate nas entidades locais e regionais para trabalhar a produção e comercialização de produtos orgânicos;	Encont. Temat, Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - conscientizar as pessoas na prática com hortas comunitárias, onde possam ver a diferença nos alimentos sem agrotóxicos com assistência técnica da	Encont. Temat, Proj. SISAN



Emater;	
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - trabalhar com a comunidade em geral o tema da Educação Alimentar;	Encont. Temat, Proj. SISAN
SAN E MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES - produzir material de informação por meio massivo e popular utilizando as mídias e meios de informação eletrônicos para conscientizar e informar as pessoas sobre a importância da segurança alimentar e nutricional.	Encont. Temat, Proj. SISAN
Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersectorialidade com:	AUP
Incorporação da AUP nos currículos universitários e escolas técnicas para a formação de quadros, assim como nos currículos escolares em uma perspectiva interdisciplinar, superando a fragmentação entre os saberes;	AUP
Promover Encontros de AUP reunindo agricultores, gestores e sociedade civil.	AUP
Incorporar aos projetos habitacionais financiados pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” uma utilização produtiva do solo;	AUP
Promover acesso à habitação, a terra e a soberania alimentar	AUP
Fortalecer o acesso às políticas habitacionais e a soberania alimentar centradas na ideia da qualidade	AUP
Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade e como forma de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano	AUP
Melhorar a articulação na implementação das ações de AUP e as de SAN, em nível Estadual, Municipal, com os Sistemas de SAN;	AUP
Garantir a população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializadas em saúde, com foco na integralidade do atendimento contemplando o acesso à água, a soberania e a segurança alimentar e nutricional.	AUP
Criação de decreto nacional estabelecendo a obrigatoriedade de constituição, em estados federados e municípios, dos Fundos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);	Encontro Metropolitano
Criação de Marco Regulatório (Lei) instituindo a Política Nacional de Abastecimento Alimentar;	Encontro Metropolitano
Oferecer a SDR/RS o status de secretaria estadual, com proposta de fortalecer a produção da agricultura familiar e as compras institucionais alargando as mesmas aos Povos e Comunidades Tradicionais, empreendendo ações de desburocratização, apoio e articulação entre agricultores e gestores para acesso das comunidades mais vulneráveis a alimentos "de verdade", saudáveis;	Encontro Metropolitano
Estabelecer marco regulatório disciplinador do envio de recursos públicos para organizações não governamentais realizarem ações de segurança alimentar e nutricional evitando o avanço do processo de terceirização e sucateamento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição;	Encontro Metropolitano
Entender que o controle social não se reduz a fiscalização dos fundos e orçamentos ou acompanhamento rotineiro das ações governamentais, mas engloba principalmente o conhecimento da legislação, a democratização e socialização do acesso às informações das políticas em seus 03 níveis (nacional, estadual e municipal) e a consciência do nosso papel;	Encontro Metropolitano
Catalogar e socializar todas as experiências realizadas nos municípios da Região 01 relacionadas a segurança alimentar e nutricional, sejam estatais ou iniciativas da sociedade civil;	Encontro Metropolitano
Reafirmar a política de compras constitucionais enquanto uma política pública de Estado, conquista do Povo brasileiro defendendo sua manutenção ante a ameaça dos representantes do agronegócio e do capitalismo internacional (Confederação Nacional de Agricultura);	Encontro Metropolitano
Criar nos municípios de médio e grande porte nas doze (12) regiões de segurança alimentar do Rio Grande do Sul Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da População de Rua para inclusão de ações incluindo catadores e pessoas em situação de rua nos sistemas de segurança alimentar e nutricional dos mesmos;	Pop em Situação de Rua
Incentivar produtores rurais através de programas de créditos para garantir a Soberania Alimentar do município;	São L. Gonzaga
Aumento do dinheiro <i>per capita</i> para a merenda escolar;	São L. Gonzaga



Trabalhar a questão da reeducação alimentar desde casa, pois se torna difícil a aceitação de alimentos de origem da agricultura familiar nas escolas;	São L. Gonzaga
Implantar o Guia Alimentar para a População Brasileira nas escolas, a fim de conscientizar as crianças do que é uma alimentação adequada, um alimento adequado.	São L. Gonzaga



Documento 02

Sistematização incentivadora para os “Grupos” por Eixo

Propostas Aglutinadoras

EIXO TEMÁTICO II

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. SUSTENTABILIDADE - AGROECOLOGIA	61
2. INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL, MULHERES, JOVENS, IDOSOS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	62
3. DESENVOLVIMENTO RURAL	62
4. REGULAMENTAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO	63
5. EDUCAÇÃO FORMAÇÃO PESQUISA ENSINO	65
6. ACESSO UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE, EQUIPAMENTOS DE SAN	67
7. SOBERANIA ALIMENTAR, DHA, POLÍTICA DE SAN, SISAN	67
8. USO DA ÁGUA	68

EIXO TEMÁTICO II

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. EDUCAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E INFORMAÇÃO	69
2. EQUIPAMENTOS DE SAN	70
3. POLITICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	71
4 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANS	72
5. DESENVOLVIMENTO RURAL , AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE	73
6. GÊNERO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	74

EIXO TEMÁTICO III

TEMAS AGLUTINADORES	PÁGINA
1. INSTÂNCIAS DO SISAN, EFETIVAÇÃO DO SISAN, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	75
2. EFETIVAÇÃO DO SISAN, INTERSETORIALIDADE E DIVULGAÇÃO	76



EIXO TEMÁTICO I: Comida de verdade: Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar

01. SUSTENTABILIDADE - AGROECOLOGIA

A segurança alimentar e nutricional deverá se estruturar com a adoção de um modelo agroecológico e sustentável de produção, extração, processamento, abastecimento e encurtamento dos circuitos de distribuição de alimentos, de forma descentralizada, através de:

- a. Ampliação do acesso aos alimentos agroecológicos *in natura*, da oferta de alimentos orgânicos nos diferentes espaços de comercialização, em especial em feiras agroecológicas de agricultores familiares (maior frequência e acessibilidade – periferia, bairros);
- b. Fortalecimento do debate sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos e transgênicos (riscos, malefícios e impactos ambientais e sociais) entre os órgãos públicos competentes (saúde, agricultura, educação, assistência social) e a sociedade, visando à redução do uso de agrotóxicos, e à transição dos sistemas de produção convencional para o sistema agroecológico e orgânicos;
- c. Políticas públicas como Programas de Agroecologia e Produção Orgânica (municipal, regional, estadual) para agricultura familiar destacando jovens e mulheres: acesso à água, ampliando crédito para produção, processamento (agroindústria familiar), organização de grupos para comercialização e consumo de alimentos orgânicos, por meio de assistência técnica e social continuada;
- d. Incentivo à soberania alimentar e autossuficiência da agricultura familiar por meio da Agroecologia que contemplem sua sociobiodiversidade promovendo e valorizando sua cultura e tradição alimentar, medicinal, religiosa com produção diversificada a partir de sementes crioulas, plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), frutíferas nativas locais/regionais (valorização, resgate, preservação e multiplicação);
- e. Desenvolvimento de atividades com o consumidor de incentivo ao uso de alimentos *in natura*, aproveitamento integral dos alimentos, de produtos da época (sazonalidade), diversificados, alimentos orgânicos a preço acessível;
- f. Incentivo à pesquisa em Agroecologia e produção orgânica para o desenvolvimento de insumos e tecnologias, permitidos para a produção orgânica, equipamentos e máquinas adaptadas ao pequeno agricultor e que desonerem a mão de obra;
- g. Valorização da agricultura familiar, em especial do protagonismo das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, na produção e preparo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos;
- h. Organização de grupos formais e informais para produção orgânica por assistência técnica qualificada e continuada para a produção agroecológica e orgânica por meio de capacitações, possibilitando acompanhamento técnico e social por parte dos órgãos públicos e não governamentais;
- i. Fortalecimento e articulação entre as associações e cooperativas de agricultores e de consumidores;
- j. Formação de redes produtivas com feiras de produtos orgânicos estimulando a consciência do consumidor para valorar e consumir o alimento local, de forma a diminuir a burocracia para adequação sanitária de produtos da agricultura familiar
- k. Garantia da permanência da identificação em rótulos de produtos alimentícios que contenham transgênicos, através do símbolo já reconhecido pela sociedade brasileira.



02. INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL E URBANO MULHERES, JOVENS, IDOSOS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Melhorar o acesso das comunidades tradicionais junto aos órgãos que têm competências (saúde, educação, agricultura, assistência social, justiça, direitos humanos...) para elaborar e implementar programas e ações por meio de políticas públicas que promovam a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, de mulheres, jovens, idosos, povos e comunidades tradicionais, propiciando a sucessão familiar com inclusão social e produtiva no meio rural e urbano por meio de resgate de suas origens, cultura e tradições regionais, combatendo a discriminação, desvalorização da identidade e cultura alimentar através de:

- a. Acesso a bens e serviços nas comunidades rurais como postos de saúde mais próximos e/ou disponibilidade de transporte até os mesmos, segurança (postos de policiamento fixos) e energia elétrica trifásica para possibilitar a permanência dos agricultores no campo;
- b. Criação de Programas para o jovem no meio rural, pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal, com a redução da taxa de juros do Pronaf, incentivando sua permanência no meio rural, por meio de estímulo à produção orgânica e agroecológica e agregação de valor destes produtos, através do fomento de agroindústrias familiares e assistência técnica para o uso sustentável do solo, água; ensino de qualidade e adequado à sua realidade, lazer, comunicação (telefone, internet, etc.) são exemplos de ações para que o jovem agricultor permaneça no campo;
- c. Políticas públicas direcionadas aos públicos mais vulneráveis do campo, com destaque para mulheres rurais (quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, pescadoras): atividades de formação ligadas à segurança e soberania alimentar, além da manipulação de alimentos, resgate e preservação da cultura alimentar (comidas tradicionais);
- d. Apoiar a organização de grupos de mulheres, jovens, idosos, povos e comunidades tradicionais e conscientizar essas populações sobre as políticas públicas que as beneficiam. Melhorar o acesso dos órgãos que trabalham nestas comunidades e incentivar a ação intersetorial em SAN por ser tema transversal;
- e. Fortalecer e ampliar as ações de assistência técnica e social (ATERS) na promoção da inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza extrema no meio rural;
- f. Ações de assistência social para populações urbanas vulneráveis como os catadores e seus familiares (preparação adequada de marmitas, noções de educação alimentar, etc);
- g. Desenvolver um projeto intersetorial articulando o urbano, periurbano e rural de incentivo à implantação de hortas escolares, comunitárias e caseiras, oportunizando o aproveitamento de espaços disponíveis públicos e privados.

03. DESENVOLVIMENTO RURAL

Desenvolvimento rural com políticas públicas que valorizem a agricultura familiar como produtora de alimentos diversificados saudáveis para a população do campo e da cidade respeitando os componentes ambientais (água, solo, paisagem), culturais, sociais locais/regionais, mantendo uma paisagem rural equilibrada, estimulando a participação da população nos diferentes espaços de decisões (controle social) através de:

- a. Incentivo às políticas públicas municipais, estaduais e federais de apoio a agricultura familiar, ampliando as verbas orçamentárias estimulando a produção, disponibilização de infra-estrutura (estradas rurais), acesso ao crédito, capacitação, condições para a adequação sanitária, a compra de alimentos da agricultura familiar, diminuindo a burocracia para esse segmento produtivo, com garantia de preços justos, incentivos fiscais, redução de impostos sobre os insumos, apoio na logística e transporte de alimentos;
- b. Maior incentivo a agricultura familiar e à formação de cooperativas agrícolas e empreendimentos da Economia Solidária;
- c. Estímulo em todas as esferas às agroindústrias familiares por meio de criação/ampliação de programas, projetos, fundos;



- d. Incentivo para ampliação de política existente do Programa Nacional de Crédito Fundiário através de flexibilização dos critérios de elegibilidade do programa
- e. Fortalecimento e garantia de execução da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural executada pela EMATER para ampliar e qualificar a produção de alimentos para o autoconsumo, abastecimento local e regional fortalecendo a agricultura familiar; organização da produção, processamento e comercialização (grupos informais e formais, associações, cooperativas, agroindústrias familiares) para acessar os programas de compra direta do agricultor familiar como por exemplo: o PAA e PNAE (para além do mínimo de 30% da agricultura familiar), Fundos Estaduais;
- f. Apoio técnico em boas práticas de produção de alimentos (qualidade e racionalidade do uso da água, época correta de plantio e colheita, aptidões agrícolas, redução de desperdício na colheita, armazenamento e transporte adequados, etc.);
- g. Criação e melhoria de espaços diferenciados para comercialização de alimentos da agricultura familiar: Feiras Locais - feira do produtor (em bairros e centros de comercialização); Feiras Regionais; Eventos gastronômicos (produtos e receitas) que contemplem a Cultura Alimentar: resgate das nossas origens, cultura e tradições, estimulando a consciência do consumidor para valorar e consumir o alimento local/regional, sazonal;
- h. Estimular o governo para que intensifique a Reforma Agrária para aumentar a produção da agricultura familiar.

04. REGULAMENTAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

REGULAMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO:

Desenvolver, aprimorar, implementar, regulamentar e vigiar legislações intersetoriais que induzam, desburocratizem e facilitem a produção, a transformação, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis com:

- a. O desenvolvimento de uma Legislação austera acerca da rotulagem dos alimentos, com obrigatoriedade da descrição dos produtos e componentes utilizados no processo de produção, que identifique agrotóxicos, aditivos, excesso de sal, açúcares e gorduras saturadas e trans, manter a identificação da presença de transgênicos (OGM), com a informação completa do que será consumido, desde a origem até o produto final, com a data de validade visível, acessível e de fácil compreensão para a população, ao exemplo do que é feito nas embalagens de cigarro e de medicamentos;
- b. Proibição da produção de alimentos com sementes transgênicas;
- c. Incluir nas políticas públicas existentes (PNAE, PAA) a limitação para aquisição de produtos transgênicos;
- d. A retirada de isenções de impostos aos agrotóxicos e não permitir o uso de defensivos agrícolas banidos em outros países, realizando a efetiva fiscalização pelos órgãos responsáveis ao uso desenfreado de agrotóxicos, inclusive na Política de Segurança Pública que coíba a entrada de agrotóxicos ilegais no país;
- e. A implementação de Lei de regulamentação dos meios de comunicação quanto à regulamentação e controle da propaganda de alimentos industrializados, ultra processados, transgênicos (OGM), com agrotóxicos, excesso de sal, açúcares e gorduras saturadas e trans, assim como demais alimentos que não saudáveis;
- f. A criação de um arcabouço legal e complexo regulatório, com atribuições definidas nas três esferas de governo, para a garantia, promoção, proteção e certificação da produção agroecológica. Uma legislação norteada por uma nova lógica, que desburocratize, garanta direitos e fomentos às pessoas que produzem neste modelo, extensiva às suas Associações e Cooperativas, incluindo também pequenos (as) produtores (as) urbanos (as), que preservem e ampliem seus territórios de produção limpa de alimentos, facilite a comercialização através da adoção preferencial e subsidiada dos alimentos agroecológicos nas compras de órgãos governamentais e que regule a informação e propaganda de alimentos, de modo a resguardar os direitos dos consumidores a uma alimentação saudável e adequada e a motivar coletividades para o consumo consciente de alimentos limpos;
- g. Regulamentação inclusiva, educadora e garantidora da livre comercialização de rua, da economia solidária, que incorpore a noção de cultura e historicidade neste modo de comercialização, como um patrimônio cultural imaterial das cidades, como um segmento importante da economia e principalmente que incorpore a noção de direito entendendo-a como estratégica para sobrevivência de muitas famílias em vulnerabilidade, no meio rural e



- urbano;
- h. Proibição de alimentos industrializados ou prejudiciais à saúde nas escolas (Cantinas), incentivando o consumo de alimentos *in natura*;
 - i. Criação de uma ouvidoria relacionada à alimentação escolar;
 - j. A garantia do cumprimento da legislação existente no município, quanto às capacitações necessárias aos estabelecimentos de alimentação, escolas, e demais locais envolvidos na manipulação de alimentos;
 - k. Fiscalização da comercialização de alimentos;
 - l. Desburocratização e unificação nas três esferas federativas da legislação sanitária, para que efetivamente o (a) agricultor (a), associações, cooperativas e agroindústrias familiares possam se regulamentar, sem que isso lhe (s) cause qualquer ônus, que ao adequar-se ao Sistema de Inspeção Municipal (SIM) este agricultor(a) esteja apto(a) para alçar todos os outros mercados. Repensar uma legislação sanitária que considere a adequação sanitária, porém que leve em conta os modos tradicionais de produção e manipulação de alimentos, preservando e fortalecendo a originalidade dos produtos oriundos da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais, garantindo as identidades e o modo de produção local e artesanal;
 - m. O cumprimento da Resolução CFN nº 380/2005 que dispõe sobre o número mínimo de nutricionistas por área de atuação, para promoção da alimentação saudável e adequada à população;
 - n. A ampliação do número de profissionais (nutricionistas, psicólogas e assistentes sociais, nas áreas de saúde, educação e assistência social) atuantes nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - o. A ampliação da responsabilidade social das empresas que tenham conexão com os objetivos da segurança alimentar;
 - p. Regular a influência do agronegócio e das grandes corporações na cadeia produtiva de alimentos;
 - q. Que os governos municipais cumpram a função social das cidades, conforme Lei Federal do Estatuto da Cidade, garantindo o gravame dos Territórios de matriz africana, quilombolas e indígenas e outras comunidades tradicionais como Áreas Especiais de Interesse Cultural e Social e econômico, no Plano Diretor da Cidade, conforme Lei 434 de 1999, do PPDUA de Porto Alegre, em primeiro lugar para preservação destes territórios e garantir a implantação de programas de produção alimentar orgânica com respeito à cultura e aos valores civilizatórios destes segmentos na contribuição da Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Estendendo esta política aos municípios com mais de 20.000 habitantes, que obrigatoriamente devem ter Planos Diretores.

CONSCIENTIZAÇÃO E INFORMAÇÃO:

Desenvolver na esfera pública Políticas, Projetos, Programas, Ações de amplo alcance que informem, divulguem e qualifiquem as capacidades de escolha das coletividades, no que diz respeito ao consumo de alimentação saudável e adequada e que estimulem a adoção de práticas alimentares saudáveis através de:

- a. Ações Públicas continuadas de estímulo à alimentação saudável e adequada em todos os ciclos da vida, incentivando a prática de cozinhar e com ações educativas que informem todo o processo de produção, transformação e comercialização dos alimentos;
- b. Criação de campanhas incentivando o consumo de produtos da cultura e produção local;
- c. Incentivo aos pais e crianças da rede escolar pública e privada a consumirem alimentos saudáveis, através de campanhas municipais em parceria com COMSEA, secretarias municipais de educação, saúde, agricultura, assistência social e meio ambiente;
- d. Estímulo, divulgação e conscientização para produção de produtos agroecológicos e orientação para o consumo de alimentos livre de agrotóxicos, ao mesmo tempo mobilizar diferentes setores incluindo profissionais da área da saúde, educação e assistência social para conscientizar e difundir os benefícios do consumo de alimentos limpos, divulgação de feiras locais e orgânicas;
- e. Estímulo a criação de órgãos de certificação participativa de produtos orgânicos;
- f. Conscientização da população em geral para evitar o desperdício e sobre a importância do aproveitamento integral dos alimentos;
- g. Incentivo a fóruns amplos/intersetoriais de debate para acesso e divulgação de informações em relação a segurança alimentar e nutricional sustentável da população e fazer campanhas nas mídias a cerca do que é



- alimento de verdade, ao mesmo tempo desenvolver ações em feiras, mercados, praças, na Semana da Alimentação, com estudantes dos cursos ligados à área da alimentação, SENAC, dentre outros;
- h. Ações de motivação para o aleitamento materno exclusivo até os seis meses, que garantam a promoção, proteção e o apoio ao aleitamento materno, fortalecendo a Política Nacional de Aleitamento Materno e o cumprimento da legislação brasileira que protege a prática da amamentação continuando a prática até pelo menos os dois anos de idade da criança, conforme preconizado pela OMS, junto a isso concomitante divulgação e valorização do aleitamento materno como o primeiro alimento de verdade e o primeiro direito humano a alimentação adequada e saudável, na sequência informando e divulgando a alimentação complementar saudável e adequada;
 - i. Formulação, implementação e fomentação da Rede de Prevenção e Enfrentamento do Sobrepeso e Obesidade;
 - j. Ação pública para transformar a comida em patrimônio cultural de forma que valorize e fortaleça nossas origens, cultura e tradições regionais, que destaque-se por: comida que promova saúde, em bom estado de conservação, alimentos agroecológicos, mais natural, menos industrializada, diversificada, com qualidade, balanceada e em quantidade suficiente, produzida localmente, respeitando a sazonalidade da produção;
 - k. Ações de fortalecimento da vigilância sanitária, em novos paradigmas inclusivo e solidário, tornando a vigilância mais eficaz nos supermercados, quanto à procedência das hortaliças e frutas, carnes, embutidos, etc; com o objetivo de fortalecer a produção local de alimentos limpos e promoção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional;
 - l. Capacitação efetiva dos fiscais sanitários (municipal, estadual e federal) para atuarem nas agroindústrias familiares de forma colaborativa e com prestação de assistência técnica para sua adequação, preservando a originalidade do modo de produção tradicional e/ou agroecológico;
 - m. Amplo incentivo de sistemas de coletas de resíduos sólidos como realizar ações de conscientização para reciclagem e reaproveitamento do lixo orgânico na compostagem como forma de conservação do solo, água e do meio ambiente em geral;
 - n. Apoio a programas de inclusão, divulgação e colocação de profissionais da área de alimentos formados em instituições de ensino localizadas no município.

05. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, PESQUISA, ENSINO

Desenvolver e implementar processos educativos, participativos e continuados que, unindo saberes técnicos e tradicionais, oportunizem a qualificação da capacidade de escolhas alimentares e promovam a adoção de práticas alimentares saudáveis, em constante diálogo entre órgãos de governo e organizações da sociedade civil com:

- a. Programas públicos educativos e empoderatórias de ampla abrangência, que informem a população a respeito de todo os processos envolvidos na cadeia alimentar e os interesses que orquestram esta economia gigante, que vai desde a produção até o consumo, incentivando a ingestão de alimentos *in natura* e integrais, desmotivando o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, com excesso de sal, gorduras e açúcar, esclarecer acerca dos riscos do consumo de alimentos com agrotóxicos, promovendo uma alimentação mais saudável, agroecológica com o fortalecimento dos hábitos alimentares tradicionais, com valorização da cultura alimentar de cada povo e do ato de cozinhar como prática cotidiana. Para isso propiciar qualificação permanente em espaços públicos e nas comunidades, abordando temas como reaproveitamento e aproveitamento integral dos alimentos, consumo de produtos da época, diminuição do desperdício e educação ambiental;
- b. Projetos de conscientização permanente de estudantes, também para pais, professores (as), trabalhadores (as) e gestores (as) quanto ao cuidado com o meio ambiente e hábitos alimentares saudáveis, considerando as práticas alimentares de cada povo, raça e etnia, com a inclusão da educação ambiental e nutricional no currículo escolar (PPPs), desde a educação infantil, o ensino médio até o superior. Utilizando-se inclusive de instrumentos pedagógicos que envolvam as práticas de cozinhar, alimentos orgânicos na alimentação escolar, fazer hortas e hortos escolares, comunitários e caseiros, para isso deverá ser propiciado material didático atraente para a educação em segurança alimentar e nutricional e ambiental, assim como realizar avaliação nutricional periódica dos



- estudantes e da comunidade escolar;
- c. Proibição alimentos industrializados, ultraprocessados, com índices de sódio, açúcar e gordura acima dos permitidos pela OMS ou prejudiciais à saúde nos estabelecimentos de ensino (Cantinas), incentivando o consumo de alimentos *in natura*, *integrais*, *frutas*, *legumes e verduras (FLVs)*;
 - d. Incentivo da irrigação das hortas escolares com o reaproveitamento das águas das chuvas, com programas de governo que subsidiem essas iniciativas com recursos para aquisição de equipamentos e organização dos espaços físicos para estas ações;
 - e. Instituição em todo o território nacional o Dia da Alimentação Saudável na escola e programa de tecnologias sociais e inovadoras para Educação Alimentar Nutricional;
 - f. Projeto municipal de produção de material orientador para cantinas de escolas particulares, de forma a estimular a comercialização de alimentos saudáveis;
 - g. Aumento dos itens da Alimentação do Escolar provenientes da Agricultura Familiar, incluindo os agroindustrializados, aumentando o repasse do PNAE preferencialmente para alimentos orgânicos;
 - h. Criação de uma ouvidoria relacionada à alimentação escolar e fortalecimento da função dos Conselhos de Alimentação do Escolar e de Segurança Alimentar na execução das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - i. Execução do PNAE, tanto da rede estadual quanto da municipal, em nível de município, e não regionalizado, priorizando os agricultores locais;
 - j. Implementação de programas de capacitação em Segurança Alimentar para os profissionais envolvidos nas atividades ligadas à alimentação;
 - k. Cumprimento da legislação existente, quanto às capacitações necessárias aos estabelecimentos de alimentação, escolas, e demais locais envolvidos na manipulação de alimentos;
 - l. Formação de uma Rede de entidades públicas e da sociedade civil para implementar uma ação permanente em educação, saúde e qualificação profissional focada no público participante dos projetos do PAA e Bolsa Família;
 - m. Cumprimento da legislação federal com relação ao número de Nutricionistas adequado ao público existente nas escolas municipais e nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), garantindo que a educação nutricional e as avaliações nutricionais exigidas sejam realizadas;
 - n. Campanhas para Inclusão dos idosos no processo educativo, valorizando os aspectos e manejos histórico-culturais na Produção de Alimentos;
 - o. Desenvolvimento de estudos permanentes para conhecer, monitorar e debater com a sociedade, sobre as formas que a população está encontrando para obter o acesso aos alimentos, quais os critério que utiliza ao fazer suas escolhas alimentares, verificando a influência da alimentação dos antepassados nos dias atuais;
 - p. Estímulo da criação de novos cursos na área de produção, transformação, conservação e distribuição de alimentos. Propiciar apoio técnico em boas práticas de produção de alimentos, em escolas técnicas públicas para formação do pequeno agricultor, que auxiliem no equacionamento de gargalos como: qualidade e uso racional da água, redução de desperdício na colheita, armazenamento e transporte adequados, entre outros;
 - q. Ampliação de Financiamento do ensino, pesquisa e extensão para as instituições envolvidas no desenvolvimento de projetos voltados para a produção de base ecológica;
 - r. Formulação de um Programa Municipal de Educação Alimentar que inclua os temas da segurança e soberania alimentar, a segurança nutricional, a importância da agricultura familiar, da produção e desenvolvimento local, da contaminação dos alimentos, dos alimentos agroecológicos, além da alimentação adequada para cada ciclo de vida e manipulação dos alimentos (BPMA). O Programa precisa incluir toda a comunidade escolar, público atendido nos CRAS, CREAS e CAPS-AD; entidades sociais ligadas ao PAA, além de grupos independentes em condições de insegurança alimentar.



06. ACESSO UNIVERSAL, UNIVERSALIDADE, EQUIPAMENTOS DE SAN

Assegurar o acesso Universal a todas as pessoas a uma alimentação saudável, e todas as condições necessárias para provê-la, quer produzindo, quer adquirindo, inclusive os bens e serviços necessários através:

- a. Do acesso à água de qualidade a todos e incentivo ao seu uso de forma racional;
- b. Da Garantia ao acesso à alimentação de qualidade e segura aos grupos sociais rurais e da cidade; comunidades indígenas, quilombolas e grupos tradicionais, através da facilitação da forma de aquisição dos alimentos destinados a esses grupos, priorizando e incentivando o consumo de alimentos condizentes com suas culturas;
- c. Da ampliação da qualidade e acesso ao produto orgânico em quantidade e variedade;
- d. Do fortalecimento do consumo de alimentos produzidos na região, mantendo a cultura local;
- e. Do fortalecimento e incentivo da produção proveniente da agricultura familiar, através da valorização, fomento e descentralização das feiras livres municipais, oportunizando o acesso a todos a alimentos de qualidade e saudáveis; que tenham registro e procedência;
- f. Do acesso à renda digna para adquirir alimentos e outros bens necessários ao provimento familiar;
- g. Do estímulo ao uso de ervas de chás medicinais educação para o cultivo caseiro, para uso ritualístico e consumo de pessoas envolvidas em religiões de matriz africana;
- h. Das políticas afirmativas as populações em vulnerabilidade, oportunizando maior poder aquisitivo e garantia de terra a estas populações;
- i. Do enfrentamento da desvalorização da cultura dos povos tradicionais, combater a discriminação, desvalorização da identidade, desvalorização de comidas/pratos tradicionais;

07. SOBERANIA ALIMENTAR, DHA, POLÍTICA DE SAN, SISAN

Promover a Segurança e a Soberania Alimentar, o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável através de Políticas Públicas que:

- a. Promovam um novo modelo agroalimentar que priorize a Segurança Alimentar e Nutricional, como forma de reduzir as doenças crônicas que abalam a sociedade;
- b. Criem mecanismos que efetivem o direito humano a alimentação adequada, respeitando a cultura alimentar, a diversidade étnica e cultural das populações;
- c. Incentive a soberania da população e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno, à preservação de sementes crioulas e da sociobiodiversidade;
- d. Efetivem a intersetorialidade por meio dos conselhos e fortaleçam e articulem a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em articulação com o SUAS, através da organização das ações de atenção básica e proteção especial aos segmentos previstos no LOAS;
- e. Propiciem maior articulação dos conselhos que envolvem a segurança alimentar, no sentido de somar forças, sendo imprescindíveis ações propositivas eficazes e efetivas;
- f. Fortaleçam a intersetorialidade e transversalidade da política de segurança alimentar, os conselhos de direito e o exercício do controle social buscando a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação;
- g. Mantenham, aprimorem e fortaleçam os programas PNAE e PAA;
- h. Promovam ações que incluam populações tradicionais ou grupos específicos nas discussões de políticas públicas sobre segurança alimentar e nutricional, visando efetivamente às necessidades destes grupos;
- i. Incluam nos programas de atenção domiciliar, os temas de segurança alimentar e nutricional;
- j. Aproximem a política nacional de medicamentos *a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros*;
- k. Criem mecanismos de condicionalidades para o comprometimento das famílias na produção e cultivo de alimentos para subsistência associado a programas sociais.



8. USO DA ÁGUA

Garantir o acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, desenvolver processos de conscientização para o uso consciente da água como fator de segurança alimentar, com respectivo aperfeiçoamento de legislações regulamentem a matéria, promovendo a sua utilização racional, reconhecendo-a como bem público e recurso natural esgotável, inclusive na fiscalização quanto ao uso racional e ao manejo, desenvolvendo para isso:

- a. Apoio e adoção de métodos de captação, armazenamento, gerenciamento e distribuição de água de qualidade para o consumo humano, animal e produção de alimentos, que preservem os recursos naturais renováveis e as nascentes dos cursos de água e incentivem e promovam a recuperação de áreas degradadas;
- b. Incentivo ao produtor (a) através da disponibilidade a água potável, ao saneamento básico ao serviço de saúde, que garanta a qualidade de vida;
- c. Da realização de pesquisas e divulgação sobre resíduos químicos da água da cidade (pública);
- d. Monitoramento público da qualidade microbiológica da água no meio rural e urbano;
- e. Criação de estratégias urgentes para proteção da água, dos mananciais, das fontes;
- f. Incentivo e informação quanto ao aproveitamento das águas da chuva;
- g. Incentivo a produção de alimentos para consumo próprio e construção de depósitos de água de chuva (cisternas) aos beneficiários do Programa Bolsa Família, com suporte técnico, sendo condicionalidade para receber benefício;
- h. Cuidado com a água na propriedade do agricultor (a) e das populações urbanas com oficinas de educação para o uso racional.



EIXO TEMÁTICO II: Estratégias e políticas públicas em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local

01. EDUCAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Eleger e implementar estratégias de conduta e aprimorar e ou desenvolver políticas públicas para a conquista da comida de verdade no âmbito local, com atenção destacada para a produção progressiva e atualizada de conhecimentos, alçando a concretude com ações continuadas, processos educativos e participativos com toda a sociedade, que impactem na reconversão do modo de produção de alimentos, tendo como princípio a promoção da saúde, a recuperação, preservação, promoção da sustentabilidade ambiental e a soberania nacional, formando e informando, de modo a qualificar a capacidade de escolha alimentar dos indivíduos e coletividades e motivando a adoção de práticas regulares de alimentação saudável, através:

- a. Do desenvolvimento de parcerias público-privada, também envolvendo instituições de ensino superior para elaboração de projetos de educação e pesquisas voltados a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável da população, que viabilize aos consumidores o conhecimento da procedência dos alimentos, capacitando-os para identificar as potencialidades de consumir alimentos agroecológicos, *in natura*, frutas verduras e legumes em contraposição aos riscos do consumo de alimentos ultra processados, com agrotóxicos, transgênicos, altas cargas de sal, açúcares e gorduras que consomem, alertando também para os impactos quanto ao desperdício de alimentos, estimulando o seu aproveitamento integral, oportunizando desta forma a possibilidade de escolha acertadas na hora de comprar;
- b. Do envolvimento intersetorial, em especial com instâncias do SUS, do SUAS, entre outros;
- c. Da criação de projeto de incentivo ao aleitamento materno nas empresas e escolas de educação infantil, através da disponibilização de espaço físico adequado;
- d. Do desenvolvimento de ações de promoção, formação e divulgação da agricultura familiar, dando atenção especial aos jovens e mulheres rurais, desenvolvendo fomentos para a produção de auto consumo, com destaque para a produção agroecológica, entendendo-a como fornecedora acertada e prioritária, promotora de uma alimentação ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justa;
- e. Do controle e fiscalização da propaganda de alimentos na mídia, destacadamente dos ultraprocessados, que interferem no direito humano a alimentação adequada e saudável;
- f. Da valorização e do protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável e da implementação de programas de qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social para que estas possam se inserir no mercado de trabalho e/ou contribuir com a renda familiar oportunizando a aquisição de uma alimentação de maior qualidade;
- g. Do desenvolvimento da concepção de que toda a rede de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, é o ambiente privilegiada de educação para boas práticas alimentares e modos de vida saudáveis, implementando a educação alimentar e nutricional nos currículos escolares, interagindo com o programa Família na Escola para abordar temáticas relacionadas à alimentação, com alertas especiais aos riscos do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos e por organismos geneticamente modificados (OGMs);
- h. Da regulação e fiscalização, ou até mesmo proibição da existência de bares, cantinas nas escolas onde é fornecida a alimentação escolar;
- i. Da qualificação de espaços para a escola realizar cursos e Ensino de Jovens e Adultos-EJA, a manutenção e ampliação do Programa Saúde na Escola, melhorando a articulação entre secretarias de educação e de secretaria de saúde;
- j. Do incentivo e fomento nos espaços públicos e privados de alimentação, para que gradativamente ofereçam somente alimentos com base agroecológica, fortalecendo o comércio local, garantindo menores custos e ofertando alimentos adequados e saudáveis nesses ambientes;
- k. Da divulgação da existência e as funções dos: banco de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, centros de referência em segurança alimentar e nutricional, hortas e hortos escolares e comunitários, bem como demais equipamentos sociais de Segurança Alimentar e Nutricional, propiciando o convívio a inclusão social e formação em Segurança Alimentar e Nutricional;
- l. Do respeito e apoio as práticas tradicionais de saúde de povos indígenas e povos de comunidades tradicionais,



reconhecê-las e descriminalizá-las para que com seus conhecimentos possam garantir a segurança alimentar de seus povos;

- m. Do um processo de educação permanente em segurança alimentar e nutricional, dirigida aos gestores, profissionais de diversas áreas e conselheiros da sociedade civil, visando o desenvolvimento de capacidades para formulação e implementação da política de segurança alimentar e nutricional e seus programas de ação;
- n. Do Aumento do número de profissionais qualificados, com formação, para trabalhar com educação nutricional para a população; incluindo os profissionais Nutricionista e Assistente Social com membro da equipe da Estratégia de Saúde da Família;
- o. Da ampliação do Projeto Ação Integrada em forma de viandas aproveitando as cozinhas das escolas para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar;
- p. Da organização e articulação de eventos provendo alimentação saudável, caracterizando o município como promotor de saúde;
- q. Da realização periódica de avaliação nutricional e inquéritos alimentares para subsidiar a atualização permanente das políticas públicas de SAN;
- r. De um programa permanente de formação para lideranças e organizações sociais que promovam a SAN sobre o SISAN e a Política Nacional de SAN.

02. EQUIPAMENTOS DE SAN

Implementar, de direito e de fato, o que preconiza a Constituição Federal no seu artigo 6º, bem como o que diz a Lei 11.346/2006, que Instituem respectivamente: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Garantia do Direito Humano a Alimentação como um dever de Estado, através de ações concretas realizadas por equipamentos públicos, prioritariamente voltados para a garantia do direito humano a uma alimentação adequada e saudável e que se destinem a atender principalmente às populações mais vulnerabilizadas, através:

- a. Da criação, aprimoramento e apoio aos Restaurantes Populares, cozinhas comunitárias, Programa de Aquisição de Alimentos, feiras livres nas cidades, oferecer refeições a populações em vulnerabilidade através de outros equipamentos públicos como CRAS, CRES, CAPS e outros, criar mais bancos de alimentos;
- b. Da realização de parceria público-privada para implantação de cozinhas comunitárias e refeitórios públicos em áreas próximas aos grandes centros e unidades de triagem e compostagem para atender aos catadores em situação de rua, galpões e cooperativas organizadas, também a povos indígenas, povos tradicionais de matriz africana, povo negro, comunidades quilombolas e comunidades de pescadores;
- c. Da transformação dos equipamentos de SAN (cozinhas comunitárias e restaurantes populares) em centros de referência de segurança alimentar;
- d. Da determinação de que instituições públicas com refeitórios que comprem, preparem e distribuam alimentos devam respeitar as diretrizes da política nacional de segurança alimentar e nutricional;
- e. Do incentivo ao cultivo de hortas comunitárias, através de grupos de vizinhança com o objetivo de possibilitar uma alimentação mais saudável e de coesão social e da implantação de hortas em espaços públicos como praças e parques que são utilizados pela comunidade.



03. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Desenvolvimento e implementação de políticas públicas intersetoriais em todas as esferas de governo relacionadas com a Segurança Alimentar e Nutricional, integrando as dimensões de saúde, educação, assistência social, sustentabilidade, direitos humanos, consumo ético e solidário em relação ao olhar do sujeito por meio de:

- a. Disponibilização de saneamento básico a toda população urbana e rural;
- b. Criação de um Plano de aceleração de crescimento da agricultura familiar (produção, transformação, comercialização); pesquisa e políticas públicas para produção agroecológica, tanto no meio rural quanto no urbano.
- c. Ampliação, fortalecimento e fomento de políticas públicas que estão dando certo como ações e programas para o enfrentamento de questões centrais para a garantia da SAN: PRONAF, PAA, PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e que seja implementado o Programa Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos - PRONARA, incentivando e priorizando profissionais de ATERs para assistir famílias da agricultura familiar; Bolsa Família, Equipamentos públicos: Banco de Alimentos (OSCIP) e Cozinha Comunitária, Programa de Alimentação do Trabalhador, Valorização da agricultura local, participação de Conferências Municipais (Saúde, SAN, Meio Ambiente), estruturação de equipes de Vigilância Sanitária;
- d. Criação de Feiras Municipais de Agricultores Ecológicos; fomento de Hortas comunitárias, articulando com programas sociais e de extensão de Universidades que atuam na área de SAN;
- e. Manutenção da Bolsa Família, mas deveria haver maior controle sobre o uso desses recursos pelas famílias (cartão com sistemática semelhante ao Vale-alimentação);
- a. Garantia que as políticas públicas de SANS, não sejam impostas e sim que sejam trabalhadas com os beneficiários e atores envolvidos;
- f. Desburocratização do acesso ao crédito - programas de financiamento às mulheres, e populações de comunidades tradicionais, revendo exigências que impossibilitam o seu acesso;
- g. Reajuste do valor repassado por aluno para alimentação escolar pela união (PNAE) e aumento do valor dos produtos alimentícios e aquisição de produtos da agricultura familiar;
- h. Criação em âmbito municipal um espaço de diálogo para os povos indígenas para debaterem a política de Segurança Alimentar e Nutricional com encontros semestrais com a presença de entidades que trabalham com esta política;
- i. Prosseguir e ampliar o Programa FOMENTO do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) que atende famílias rurais de pobreza extrema articulando com outras políticas públicas intersetoriais;
- j. Adesão ao Programa Mais Educação para educação integral e acesso à alimentação saudável nas escolas que promovam a saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional;
- k. Elaboração e implementação de Programa Agroecológico junto às Secretarias Municipais do Meio Ambiente para o uso de resíduo de corte de árvores para adubo orgânico e com o incentivo a quintais orgânicos (hortaliças e frutas) para a agricultura familiar, periurbana e urbana;
- l. Criação de políticas de promoção do reflorestamento com frutíferas em áreas de preservação permanente – APPs;
- m. Incentivo de gestores e técnicos (municipais, estadual) a adquirir produtos da agricultura familiar por meio de políticas públicas já existentes;
- n. Criação de campanhas incentivando o consumo de produtos da cultura e produção local;
- o. É necessário cursos e palestras de conscientização para o produtor rural sobre saúde, e produção de alimentos sem agrotóxicos.
- p. Ampliação e fortalecimento de políticas públicas de ATER;
- q. Aumento do percentual da alimentação adquirida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar; Municipalização da alimentação escolar;
- r. Ampliação e fortalecimento de feiras rurais de produtores, inclusive as feiras rurais itinerantes. Nos centros maiores, criação de pontos de vendas de alimentos da agricultura familiar com horários que favoreçam o consumidor;
- s. Criação de Programas municipais, estaduais e federais que contemplem alternativas de diversificação da produção familiar, propiciando a manutenção da biodiversidade (sementes crioulas, fauna, flora, solo, recursos hídricos, preservação das florestas, nascentes e mananciais, etc);



- t. Formação e implantação de hortos medicinais relacionando-as aos órgãos humanos em que atuam aos moldes do relógio do corpo humano em várias localidades da área rural e setores do município, principalmente em escolas e entidades sociais.
- u. Construção de uma Rede Estadual de Assistência às organizações sociais conveniadas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) distribuidoras de alimentação às populações vulneráveis (pessoas em situação de rua e catadores de recicláveis) e povos e comunidades tradicionais, dotando-a de infraestrutura adequada para transporte, distribuição e armazenamento dos produtos da agricultura familiar e produtos agroindustrializados com envolvimento dos entes federados e efetiva ação do controle social;
- v. Elaboração de um diagnóstico regional sobre a produção e disponibilidade de alimentos, e do estado nutricional da população, bem como das entidades que atuam em SAN nas regiões. Este diagnóstico deve ser executado e apoiado, pelo governo municipal, governo estadual, governo federal e universidades;
- w. Ampliar às populações que vivem na rua, sem tetos e outros sem endereço fixo, contemplando o acesso a alimentação adequada garantindo o direito humano à alimentação adequada, nas políticas municipais, estadual e nacional, contemplando-os através de programas sócio-assistenciais como o Bolsa Família e outros instrumentos já existentes e com orçamento próprio;
- x. Promoção da emancipação social de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo a geração de emprego e renda com investimentos em ações de formação profissional continuada (Pronatec);
- y. Reconhecimento pelo SISAN e a inclusão produtiva enquanto ações que se complementam, com o objetivo de prevenir as desproteções investindo na construção de políticas e equipamentos prioritariamente direcionadas ao público do cadastro único e beneficiários dos programas sociais e de transferência de renda Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- z. Acompanhamento e orientação nutricional nas escolas, capacitação dos profissionais envolvidos no preparo e fornecimento de alimentação em instituições, aproveitamento dos alimentos na sua integralidade e inserção no currículo escolar a disciplina de Educação Alimentar e Nutricional.

04. LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANS

Fortalecer, aprimorar e desenvolver, quando necessário, marco legal e regulamentador, com interferência intersetorial, que garanta, proteja, respeite, promova e amplie a Segurança e a Soberania Alimentar, bem como o Direito Humano a uma Alimentação Saudável e adequada e saudável, que:

- a. Motivem a criação da Lei Municipal de SAN com garantia de dotação orçamentária para política de SAN no município que abrange as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social (intersectorial), enfatizando uma alimentação adequada e saudável a fim de prevenir doenças relacionadas a má alimentação (prevenção); ***
- b. Crie lei, regimento interno nos municípios para incentivar as pequenas propriedades e agricultura familiar;
- c. De providências perante órgãos de justiça, como o Ministério Público, para exigir a identificação na rotulagem e regular a propaganda de alimentos, informando a população dos alimentos produzidos com agrotóxicos e transgênicos, com a identificação e alertas em relação às substâncias que fazem parte da composição do produto e suas causas no organismo, a exemplo do que é feito em embalagens de cigarro e medicamentos;
- d. Crie mecanismos para baratear os alimentos orgânicos e integrais a fim de torná-los acessíveis à maioria da população;
- e. Crie instrumentos que motivem e estimulem a permanência das mulheres e a juventude no meio rural;
- f. Revise e unificação do sistema de inspeção e da legislação Sanitária, garantindo a execução das diretrizes de boas práticas na produção e manipulação dos produtos oriundos da agricultura familiar, porém preservando as identidades culturais e o modo de produção tradicional, garantindo inclusive a obrigatoriedade da instalação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, em todas as cidades, facilitando o acesso a quem dele necessite;;
- g. Desenvolva legislação que obrigue as cantinas escolares a oferecerem opções saudáveis aos alunos ou que proíba a oferta de determinados alimentos;
- h. Aprove uma legislação que facilite a doação de alimentos dos restaurantes;



- i. Institua um decreto para atender populações vulneráveis em casos de calamidade pública;
- j. Revise na legislação que limita a participação do produtor na alimentação escolar a R\$ 20.000,00/ano, ampliando a mesma para, no mínimo R\$ 60.000,00/ano;
- k. Revise a legislação, promovendo, facilitando e desburocratizando a comercialização de alimentos da agricultura familiar, a adequação simplificada dos seus empreendimentos, incluindo agroindústrias, associações, grupos informais e cooperativas e ainda que institua, regularize e regule a certificação participativa dos alimentos produzidos de forma orgânica e agroecológica, que desenvolva uma política de certificação coletiva dos produtos orgânicos nas três esferas do governo que favoreça a agricultura familiar;
- l. Agilize os projetos de demarcação de terra indígena, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988;
- m. Legalize as Zonas Rurais nas cidades, para garantir acesso as políticas públicas de desenvolvimento rural aos sujeitos sociais que nela vivem, para promover a soberania alimentar, a qualidade dos alimentos e preservação da cultura rural. Criando legislação federal que garanta a manutenção das zonas rurais dos municípios brasileiros, como espaços indispensáveis para a promoção da segurança e soberania alimentar, restringindo a implantação de novos empreendimentos urbanos, como loteamentos e condomínios nos tradicionais territórios de produção de alimentos;
- n. Crie a Secretaria Municipal de Agricultura e Segurança Alimentar;
- o. Desenvolva mecanismos como taxas para indústrias de produtos ultraprocessados, ou que tenha muita concentração de sais, açúcares e gorduras.
- p. Criação de Consórcio de Integração entre os municípios, com objetivo de facilitar o comércio de alimentos nas regiões, através de, por exemplo, a criação de um serviço de inspeção regional e adequação da legislação, com apoio técnico da EMATER/RS;

05. DESENVOLVIMENTO RURAL , AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE

Fomentar a diversificação e produção agroecológica na agricultura familiar, incentivar para que se faça uma transição gradativa para servirem alimentos orgânicos, nos espaços públicos e privados que oferecem refeições, criando centrais de comercialização e feiras de produtos orgânicos e agroecológicos como:

- a. Garantir ações continuadas que fortaleçam e qualifiquem a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento local e regional, fortalecendo a agricultura familiar e criando incentivos para a sucessão familiar;
- b. Incentivar a população o consumo de alimentos orgânicos, esclarecendo a importância na saúde e, no ambiente; incentivando os alimentos *in natura*, ampliando o acompanhamento das nutricionistas para a redução dos alimentos processado e ultraprocessados
- c. Garantir os direitos territoriais e a sociobiodiversidade dos pescadores, indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, etc; por meio de políticas públicas de fortalecimento cadeias produtivas, sementes crioulas, valorização da culinária local e regional;
- d. Incentivar feiras locais com a articulação da Assistência Social e assistência técnica e social (EMATER e organizações não governamentais);
- e. Fortalecimento do PAA, para que sejam adquiridos produtos orgânicos pelo programa;
- f. Programa Prato Solidário, implementação de hortas comunitárias, e pomares com assistência técnica;
- g. Fortalecer as ações de regulação de preços dos alimentos (agricultor e consumidor) através dos Conselhos e Fóruns locais e regionais - instâncias reconhecidas de controle social.
- h. Desenvolvimento de política de certificação participativa dos produtos orgânicos que favoreça a agricultura familiar.



06. GÊNERO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

O Estado deverá fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano a uma Alimentação Saudável e Adequada reconhecendo as desigualdades históricas que as mulheres, os jovens, os povos indígenas, as populações negras e os povos e comunidades tradicionais e populações em vulnerabilidade social enfrentam até hoje, em relação ao acesso aos alimentos saudáveis, a renda, educação, serviços públicos, territórios e oportunidades. Para tanto, através de políticas públicas afirmativas, reparatórias e compensatórias, deverá garantir, respeitar, prover, proteger e promover condições de vida adequadas, de forma participativa e dialógica com estes sujeitos sociais, unindo os saberes técnicos com os saberes tradicionais, agindo de toda a ordem, para a emancipação e desenvolvimento destes indivíduos, famílias, comunidades em articulação com suas entidades associativas e representativas, através de:

- a. Desenvolvimento de ações que dêem visibilidade e garantias a mulher como agente econômico ativo;
- b. Paridade de gêneros na composição dos conselhos;
- c. Garantia dos direitos territoriais e a sociobiodiversidade como: pescadores, comunidades tradicionais, quilombolas;
- d. Criação do cartão alimentação para as refeições nos restaurantes populares – Com a elaboração de um decreto governamental, garantindo a gratuidade de alimentação mediante um cartão alimentação com 3 refeições, nos 7 dias da semana, com o comprometimento dos poderes e apoio das entidades municipais para moradores de rua e catadores;
- e. Garantia ao acesso a alimentos frescos, descentralizando as feiras e criando políticas de incentivo a postos de vendas de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos;
- f. Política municipal, estadual e nacional deve ser ampliada às populações que vivem na rua, sem tetos e outros sem endereço fixo, contemplando o acesso a alimentação adequada garantindo o direito humano a alimentação adequada, para isso deverá contemplar essas populações através de programas socioassistenciais como o bolsa família e outros instrumentos já existentes e com orçamento;
- g. Políticas de fomento e fortalecimento as organizações sociais urbanas e rurais e identificar através do CAD-ÚNICO e cadastro no SUS para atendimento das populações específicas em situações de insegurança alimentar criando mecanismos e instrumentos de acesso a alimentação;
- h. Entregas mensais das cestas básicas fornecidas pelo MDS que são distribuídas à População Indígena, população negra e povos e comunidades tradicionais, em quantidade suficiente, com alimentos de qualidade e com prazos de validade no período para consumo;
- i. Evento indígena municipal anual no calendário de atividades municipal a ser realizado 01 de Junho a 31 Julho com atividades culturais de cada etnia, com mostra e comercialização de artesanato, comida típica e plantas medicinais.
- j. Cumprimento da função social das cidades, em especial em Porto Alegre, conforme Lei Federal do Estatuto das Cidades, garantindo o gravame dos Territórios de matriz africana, quilombolas e indígenas e outras comunidades tradicionais, como Áreas Especiais de Interesse Cultural e Social e econômicas no Plano Diretor da Cidade, conforme Lei 434 de 1999, do PPDUA de Porto Alegre, em primeiro lugar para preservação destes territórios e garantir a implantação de programas de produção alimentar orgânica com respeito à cultura e aos valores civilizatórios destes segmentos na contribuição da Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Estendendo esta política aos municípios com mais de 20.000 habitantes, que obrigatoriamente devem ter Planos Diretores.



EIXO TEMÁTICO III: Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersectorialidade.

1. INSTÂNCIAS DO SISAN e APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR e NUTRICIONAL

Conferir legitimidade aos marcos legais da política de Segurança Alimentar Nutricional inicia com a promulgação da Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN) e estabeleceu os alicerces para a Construção da Política e do Plano de Segurança Alimentar Nutricional (Decreto 7.272/2010), tendo como base e vetor a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) expressos na nossa Constituição Federal em 2010. No RS esse processo, através das Conferências Municipais/Regionais de SANS, vem propondo a implantação, o aperfeiçoamento e a ampliação do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional, pacto federativo, participação social e intersectorialidade através da(o):

- a. Criação e fortalecimento dos espaços de diálogo nos municípios sobre o Sistema de Segurança Alimentar Nutricional em suas diversas instâncias através de processos educativos acerca da importância e das funções de cada componente do SISAN;
- b. Implantação, estruturação e fortalecimento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e as CAISAN's a partir de sensibilização (falta ou pouco conhecimento) da comunidade, profissionais da rede pública e dos gestores municipais sobre as políticas e legislações vigentes em SAN buscando a integração entre as secretarias, a partir de suas competências, realizando um mapeamento da rede municipal (ações e serviços) vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional;
- c. Mapeamento e integração dos diferentes setores do sistema de segurança alimentar e nutricional visando à construção da soberania alimentar e diagnóstico de segurança alimentar a partir da realidade local;
- d. Participação da população no desenvolvimento das diretrizes da SAN presentes no plano, promovendo o diálogo em todas as instâncias do processo, através da ação contínua do CONSEA;
- e. Dotação de recursos e obrigatoriedade de funcionamento dos conselhos de segurança alimentar para efetivação de políticas públicas juntamente com a construção e implantação dos Planos Municipais de SANS, e a criação de Fundo Municipal para a Segurança Alimentar Nutricional;
- f. Observação da paridade de gênero na composição dos conselhos, e implantação de agentes municipais de SANS;
- g. Comprometimento por parte do governo federal, estadual e municipal (MDS, Presidência da República, CAISAN, CONSEA Estadual) com o financiamento do SISAN, mediante a adoção de uma política autônoma e independente, focada no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional existentes, com criação destes onde há vazios de políticas e desertos alimentares, intersectorialidade de ações e contratação de recursos humanos para provê-la, efetivando-a de fato;
- h. Fomento e modelação do SISAN a partir da participação social, voltado à realidade local, sendo responsável, atuante, vinculado ao trabalho em rede, com idéias inovadoras, porém possíveis de serem executadas, e ampliando e fortalecendo os COMSEAS e que neles constem cadeiras específicas dos agricultores nos espaços de articulação da sociedade estimulando a sua participação;
- i. Elaboração de Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e neles constar o fortalecimento do SISAN dispendo de recursos para reuniões, fóruns, e para discussões gerais realizando articulação com toda sociedade com campanha junto aos gestores para que os municípios façam sua adesão ao SISAN;
- j. Viabilização do trabalho de Planejamento da Segurança Alimentar Nutricional, através da adesão ao SISAN, possibilitando o acesso às Leis e regulamentos direcionando os trabalhos de conscientização nas bases das famílias, e escolas tratando da importância de consumir um alimento saudável e nutritivo;
- k. Elaboração e implantação de Planos Municipais e Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional a partir de articulação com toda sociedade, e campanha junto aos gestores para que os municípios façam sua adesão ao SISAN e avance para um Plano de SAN Estadual;
- l. Criação de indicadores de processos e resultados para verificar o alcance das metas previstas nos Planos de SANS, contendo o levantamento de demandas e mapeamento epidemiológico de grupos quanto a necessidades específicas dos municípios.



2. EFETIVAÇÃO DO SISAN, INTERSETORIALIDADE E DIVULGAÇÃO

Consolidar o SISAN, firmando, assessorando e vigiando as competências de cada esfera federativa, e fortalecendo o seu caráter intersetorial, através da formação permanente e desenvolvimento de capacidades dos diversos segmentos sociais envolvidos e da informação atualizada com vista a empoderar estes agentes sociais como protagonistas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com:

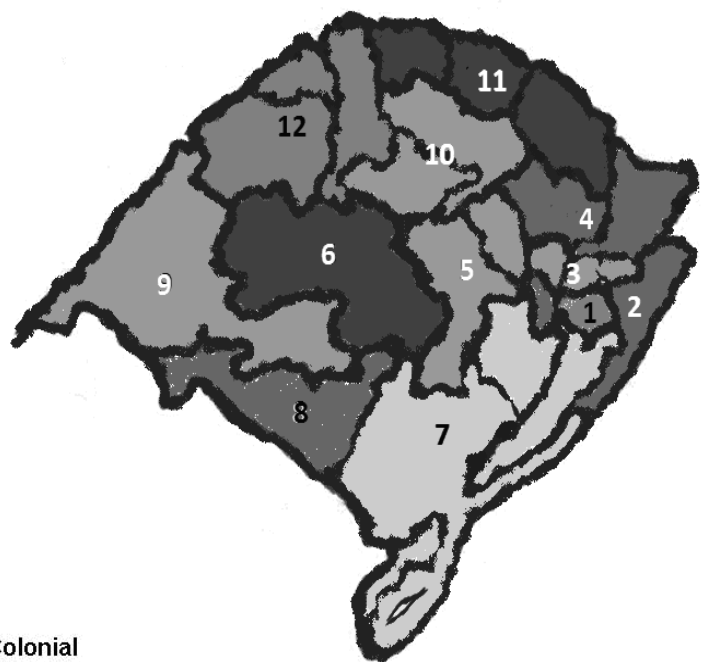
- a. Criação de Leis Municipais de SANS com garantia de dotação orçamentária para política de SANS nos municípios com abrangências das Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social (intersectorial), enfatizando uma alimentação adequada e saudável a fim de prevenir doenças relacionadas a má alimentação;
- b. Integração de ações do SUAS e do SISAN buscando a redução das desproteções, situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos municípios, agravadas pela insegurança alimentar e nutricional, através da construção de uma rede sócio assistencial articulada e intersectorial; consolidando desta forma a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em consonância com o SUAS, incluindo a organização das ações de atenção básica e proteção especial aos segmentos previstos na LOAS;
- a. Fortalecimento da intersectorialidade da política de segurança alimentar, através dos conselhos de direitos para exercício do controle social buscando a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação;
- b. Fortalecimento e reconhecimento do SISAN com participação popular, provendo atuação destacada dos conselheiros de SANS e promoção da criação de Conselhos nos municípios onde não tem;
- c. Promoção, interação e colaboração entre CONSEAS Municipais, Estadual e Nacional efetivando a intersectorialidade nas três instâncias federativas sobre o SISAN;
- d. Realização de cursos sobre segurança alimentar para conselheiros, bem como para funcionários das áreas da saúde, assistência social, educação, da sociedade civil, visando a intersectorialidade e a formação de multiplicadores das políticas de segurança alimentar nas diferentes secretarias afins;
- e. Garantia da promoção e divulgação com, no mínimo 4 meses de antecedência, do material das Conferências tornando o processo mais articulado;
- f. Ampliação da divulgação das questões de SAN através dos COMSEAS bem como a relevância de um SISAN que tenha as seguintes características: articulação, diálogo aberto (comunicação transparente), transversalidade;
- g. Divulgação da Política de SANS devido a uma grande carência no que tange essa política pública que aponta para o desconhecimento tanto dos gestores como demais atores sociais envolvidos nos mais variados âmbitos, precisando avançar nas discussões políticas e disseminação da informação referente à política de segurança alimentar e nutricional, constatando a ausência de apoio do poder público, que hoje não possibilita maiores ações e a efetivação do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional.



REGIÕES de SANS no RS

REGIONALIZAÇÃO de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (SANS) no RS

1.  Metropolitana
2.  Litoral
3.  Vales: Sinos, Paranhama e Cai
4.  Serra/ Hortênsias
5.  Vales: Rio Pardo e Taquari
6.  Central
7.  Sul / Centro-Sul
8.  Campanha
9.  Fronteira Oeste
10.  Produção e Alto Jacuí
11.  Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste
12.  Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial



Municípios indicados em *Itálico e sublinhados*: Contém COMSEA-Municipal
Municípios indicados em **Negrito**: Já estão, também, oficialmente no SISAN

Os demais Municípios: Estimulados a constituírem o COMSEA e SISAN-Municipal



Região 1: METROPOLITANA

Metropolitana/Delta do Jacuí: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Triunfo, Viamão, Porto Alegre.

Região 2: LITORAL

Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Torres, Xangri-lá. (Magistério)

Região 3: VALES DOS SINOS-PARANHAMA-CAÍ

Sinos: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

Paranhama: Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas.

Vale do Caí: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

Região 4: SERRA- HORTÊNSIAS

Serra: Antonio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Campestre da Serra, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Ipê, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araça, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Protasio Alves, Santa Teresa, São Jorge, São Marcos, São Valentim, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre da Prata.

Hortênsias: Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Vacaria, Monte Alegre dos Campos e Muitos Capões.

Região 5: VALES DO RIO PARDO – TAQUARÍ

Vale do Rio Pardo: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Vale do Taquari: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vila Nova, Fontoura Xavier, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Lajeado, Marquês de Souza, Mato Leitão, Muçum, Nova Brésia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, São João do Herval, Sério, Tabai, Taquari, Teotônia, Travesseiro e Vespasiano Corrêa (Coqueiro Baixo).



Região 6: CENTRAL

Santa Maria, Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aquiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novos Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santiago, São Francisco de Assis, São José do Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul, Santa Margarida do Sul.

Região 7: CENTRO SUL

Centro-Sul I: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

Centro-Sul II: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Canguçu, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chувиска, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

Região 8: CAMPANHA

Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, e Baqé.

Região 9: FRONTEIRA OESTE

Fronteira Oeste I - Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Uruaiana

Fronteira Oeste II - Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento

Região 10: PRODUÇÃO – ALTO JACUÍ

Produção: Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Camargo, Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Monte Castelhanos, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda alta, Rondinha, Santo Antônio da Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, Sarandí, Soledade, Sertão, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro e Vila Maria.

Alto Jacuí: Alto Alegre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Lagoa do Três Cantos, Mormaço, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera e Vitor Graeff.



Região 11: MÉDIO URUGUAI – NORTE – NORDESTE

Nordeste: André da Rocha, Barracão, Cacique Doble, Caseiros, Charrua, Esmeralda, Ibiraja, Ibiraiaras, Laqoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tupanci do Sul.

Norte: Aratiba, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenários, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Porto, Ponte Preta, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viaduto.

Média do Alto Uruguai: Alpestre, Ametista do Sul, Boa vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheiro do Vale, Planalto Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

Região 12: FRONTEIRA NOROESTE-MISSÕES-NOROESTE COLONIAL

Fronteira Noroeste: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campinas das Missões, Cândido Godoy, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto de Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi,

Missões: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Pirapó, Porto Xavier, Roque Gonzalez, Salvador das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro de Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, e Vitória das Missões.

Noroeste Colonial: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguai, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.



EQUIPES DE TRABALHO DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DO RS - 2015

a) Comissão Organizadora:

Edni Oscar Schroeder (Coordenação), Leandro Sonne, Carla Danieli Giacomelli de Oliveira, Treici Pedrotti, Eliane Pereira Brochet, Roberta de Almeida, Elisete Ribeiro Lopes.

b) Comissão Executiva:

Miguel Medeiros Montaña (Coordenação), Edni Oscar Schroeder, TreiciPedrotti, Írio Luiz Conti, Aline Bettio, Elson K. Schroeder, Henrique A. F. Schuster, Maria Noelci Homero, Vera Mazzini, Lívia Bento.

Subcomissões

c) SC-Administrativa:

Aline Bettio (Coordenação), Lívia Bento, Ana Maria Duarte, Treici Pedrotti, Amílcar Alves, Tathiane Muriel Medeiros, Eduardo Grapiglia, Marina Gonçalves, Vicente A. Costa

d) SC-Conteúdo e Metodologia:

Irio Luiz Conti (Coordenação), Lívia Bento, Edni Oscar Schroeder, Miguel Medeiros Montaña.

e) SC-Mobilização -

João Gabriel dos Santos (Coordenação), Aline Bettio, Vilson Alba, Joice Baldez, Cleonice Back, Sidnei Aragon Santos, Melissa Bargmann, Leila Ghizzoni, Ivete Dornelles, Alexandre Ben Rodrigues, Reinaldo Luiz dos Santos, Ana Maria Aquino, Ismael de Medeiros, Maria do Carmo Maciel, Leandro Noronha de Freitas, Meister

f) SC-Comunicação -

Elson Schroeder (Coordenação), Gisele Ortolan, Eurides Costa, Reinaldo Luiz dos Santos

g) SC-Formação:

Vera Mazzini, Gilda Glauce Martins Alves, Eduardo Grapiglia, Irio Luiz Conti, Edni Oscar Schroeder

h) SC-Cultura:

Maria Noelci Homero (Coordenação), Carmem Silvia Fontoura, Fernanda Marques da Silva, João Pedro, Iara de Almeida, Eliane Donato Castro.

i) SC-Sistematização:

Henrique A. F. Schuster (Coordenação), Regina Miranda, Gilda Glauce Martins Alves, Agda Ikuta, Sonia Martinelli, Brizabel Rocha, Sabrina Parrino, Juracema Daltoé.

Agradecemos também a todos e todas que não conseguimos incluir nesta relação, mas que de uma forma ou de outra também contribuíram para a realização deste Documento.